

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIX

FLORIANÓPOLIS, 16 DE OUTUBRO DE 2009

NÚMERO 6.098

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Carlos Chiodini
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça (Peninha)
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Pedro Uczai - Presidente
Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Carlos Chiodini
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.ale.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2098
1ª EDIÇÃO - 6 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 089ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 7/10/2009..... 2
Ata da 090ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 8/10/2009..... 15
Ata da 019ª Sessão Especial da
16ª realizada em 8/10/2009..... 24

Atos da Mesa

Ata da Mesa DI..... 27

Publicações Diversas

Audiência Pública..... 27
Atas das Comissões
Permanentes 34
Projeto de Lei..... 35
Redações Finais..... 35

PLENÁRIO

ATA DA 089ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 7 DE OUTUBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

As 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Cirio Vandresen - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Reporta-se à Cartilha do Seguro Defeso e ao PL que dispõe, define e disciplina a piscicultura no estado.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Concorda com a importância do seguro defeso.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Manifesta solidariedade ao deputado Rogério Mendonça; elogia a administração de Lindóia do Sul; comenta censo do IBGE sobre agricultura familiar.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Cumprimenta o vereador Eurico dos Santos, de Barra Velha, e Moacir dos Santos, presidente do PSDB de Presidente Getúlio.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores Arino Scheidt Marian e Evaldir Neri Linhares, de Leoberto Leal.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Agradece a presença dos alunos da cidade de São Bento do Sul.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Discorre sobre requerimentos que aprovou na comissão de Segurança Pública, que tratam de questões relacionados ao presídio de Joinville e à transferência de unidades policiais de Barreiros, em São José.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Manifesta-se contrário à transferência de unidades policiais de Barreiros, em São José.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (aparte) - Lembra a necessidade urgente da construção de centro de triagem na Grande Florianópolis.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Anuncia a visita do clube da terceira idade do bairro Planície Alta, de Guabiruba, acompanhado do vereador José Vicente Baron.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Traz à baila a situação salarial dos delegados da Polícia Civil catarinense.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Lamenta que a Segurança Pública em SC esteja recuando.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI (pela ordem) - Registra a presença do vereador Lorival Dionísio Demathe, do PMDB de Jaraguá do Sul.

Partidos Políticos

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Defende a aprovação de reforma política no país.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Lamenta que o Congresso Nacional não ouça a voz dos parlamentares estaduais.

DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN (pela ordem) - Registra a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Alfredo Wagner, vereador Paulo César Rossi.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Analisa as mudanças ambientais em função dos hábitos de uma sociedade cada vez mais consumista.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Cumprimenta o vereador Gean Marques Loureiro pela realização do evento denominado Câmara Cidadã.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Discorre sobre a palestra do ex-presidente Fernando Henrique em Blumenau.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Mostra pesar pelo falecimento em serviço do soldado Jackson dos Santos, em Joinville.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Defende o aprimoramento de políticas públicas para crianças e adolescentes; informa a instituição do Fórum Catarinense das Mudanças Climáticas Globais.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Incorpora-se à idéia de investimento em política pública ligada ao meio ambiente.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Manifesta sua satisfação com a escolha do Rio de Janeiro para sede dos Jogos Olímpicos de 2016 e incita políticos a fiscalizarem o dispêndio de recursos públicos nas obras que serão realizadas.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Espera que as Olimpíadas sirvam de motivação para o governo resgatar as dívidas sociais com a nação.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Confia que o Brasil aproveitará bem a chance de sediar as Olimpíadas de 2016.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Afirma que os Jogos Olímpicos serão uma oportunidade para os governos atentarem para a importância do esporte amador.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Sauda os jovens que participam do Parlamento Jovem.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Deseja sucesso aos participantes da 8ª edição do Parlamento Jovem.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Aborda a importância da realização dos Jogos Olímpicos de 2016 no Brasil.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Cumprimenta a executiva da Associação Comercial e Industrial de Brusque, que completa 75 anos.

DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Trata da pavimentação asfáltica da SC-407.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Manifesta sua opinião sobre a pavimentação da SC-407.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Ataca o secretário regional da Grande Florianópolis, Valter Galina.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Retifica informação sobre a ONG Projeto Rondon do Brasil; informa sobre o manifesto que elaborou sobre a questão da demarcação das terras indígenas.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Solicita relatório sobre a ONG Projeto Rondon do Brasil.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Fala sobre vários temas relacionados à educação.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Comenta as declarações do deputado Pedro Uczai quanto ao tema educação; pede o cumprimento da Lei n. 14.134; elogia o 1º Senágua.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Lamenta não estar ouvindo as declarações de Lírio Parisotto, maior acionista privado da Celesc.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Analisa o êxodo rural no estado.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Registra sua satisfação em haver participado da abertura da 8ª edição do Parlamento Jovem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o deputado Padre Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

Enquanto s.exa. dirige-se à tribuna, aproveite para fazer o registro da presença do vereador Arino Scheidt Marian, de Leoberto Leal.

Muito obrigado também aos vereadores que estiveram hoje acompanhando a abertura do Parlamento Jovem, numa demonstração de que todos estamos preocupados com o futuro do país, com o futuro das lideranças políticas.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, eu gostaria, neste espaço de Breves Comunicações, de trazer presente um pouco do que aconteceu, na manhã de hoje, na reunião da comissão da Aquicultura e Pesca da Assembleia. Ao mesmo tempo quero também aproveitar para passar algumas informações, como, por exemplo, o fato de ter entrado nesta Casa um projeto de lei que tramita nas diferentes comissões, que trata da questão da diferenciação, e outro projeto de lei que busca disciplinar a piscicultura no estado de Santa Catarina.

Essas matérias tratam dos produtos relacionados à aquicultura e à pesca no nosso estado e estabelecem a relação com o meio ambiente, estabelecendo alguns critérios. Tratam das licenças, cadastros e autorizações, como, por exemplo, o licenciamento ambiental simplificado, a licença de operações de porte médio, a licença de operações de porte grande. E além de tratar dessas questões, essas matérias trazem presentes os impactos ao meio ambiente e as penalidades àqueles que transgredirem as normas ambientais, como também os incentivos à proteção à piscicultura.

Gostaríamos de lembrar que temos alguns estados que já possuem toda uma legislação amplamente construída e em pleno vigor. Então, que no estado de Santa Catarina também pudéssemos avançar no sentido de facilitar essa atividade tão importante e necessária, tanto no litoral como no interior do estado. Precisamos fazer com que essa cultura possa gerar recursos, renda, para a manutenção dessa atividade importante no estado.

É um projeto que já está tramitando nas diferentes comissões, e esperamos que ele seja aprovado na Assembleia e sancionado pelo governo do estado, claro, após um espaço democrático para aperfeiçoá-lo.

Além disso, tivemos, em nome da comissão, a alegria de apresentar, fruto de um trabalho da assessoria e de contribuições dos diferentes parlamentares, uma pequena cartilha, que nasceu como sugestão dentro da comissão de Aquicultura e Pesca, como base e orientação sobre o seguro defeso. Não existe dúvida de que é uma cartilha extremamente importante, que serve como subsídio e orientação a todos que vivem dessa atividade, tratando de uma forma muito objetiva, esclarecedora e orientadora do seguro defeso.

Tentamos levar o perfeito entendimento e compreensão a todos os nossos pescadores e pescadoras, quais os requisitos para ter acesso ao seguro defeso e o que é necessário para isso. Com várias ilustrações, temos os detalhes e as orientações de qual encaminhamento, de onde se dá esse encaminhamento, de quem define o período do defeso, do que é preciso apresentar na hora de solicitar o seguro defeso, o que é exigido, o que é necessário para de uma forma mais rápida obter o benefício.

Depois, junto à cartilha, temos a Lei n. 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício do seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Além dessa lei, colocamos também a Resolução n. 394, de 8 de junho de 2004, que estabelece e consolida os critérios para a concessão do seguro desemprego aos pescadores artesanais durante os períodos de defeso, instituídos, claro, pela Lei n. 10.779. A cartilha traz presente a Resolução n. 469, de 21 de dezembro de 2005, que serve de subsídio, de orientação, para todos os profissionais.

Portanto, a comissão achou por bem divulgar todas essas informações porque é um direito desses trabalhadores e trabalhadoras de todo o estado de Santa Catarina e do país. Elas são um instrumento para orientar o nosso profissional, deputado Serafim Venzon, que busca esse direito do defeso.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Padre Pedro Baldissera, na verdade, além de ser um direito também estimula as pessoas que trabalham com isso a permanecer nessa atividade. V.Exa., que é lá do extremo oeste, também conhece todas as atividades que dependem de estação do ano, que são sazonais. Elas geram uma intranquilidade nas pessoas, fazendo com que elas muitas vezes fujam daquela atividade.

Por isso, essa lei do defeso dá uma estabilidade, uma garantia salarial quando eles não podem pescar. Nós temos que pensar nisso na hora em que o produtor, digamos, não pode produzir na agricultura ou quando ele tiver algum impedimento em decorrência do tempo instável.

Parabéns, deputado, pela cartilha.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Não resta dúvida nenhuma, deputado Serafim Venzon, e agradeço o seu aparte.

O Deputado Professor Grando estava no microfone de apertes, mas como o meu tempo está esgotado...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito para falar em Breves comunicações é o sr. deputado Jailson Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar os companheiros deputados, os funcionários desta Casa, o deputado Valmir Comin, que está presidindo esta sessão.

Eu quero aqui, hoje, fazer coro ao pronunciamento do deputado Peninha na sessão de ontem. Inclusive, estão estampadas no *Diário Catarinense* as reclamações sobre a secretaria da Segurança Pública, no que se refere ao atendimento dado ao nosso alto vale.

Quanto àquelas viaturas dos municípios da referida região, se pegarmos as Ipanemas e tudo mais que há lá, e são mais de 50, não dá para tirar um carro, não dá! Inclusive, no mês de julho, a única viatura, a única Ipanema que havia na cidade de Chapadão do Lageado, quando a Polícia Militar foi procurar um meliante, como se diz, deputado Sargento Amauri Soares, numa curva ela despencou no rio. Teve problema na ponteira. E esse município está até hoje sem uma viatura.

Até fizemos um ofício à secretaria da Segurança Pública, mas até hoje sequer uma resposta obtivemos. Por isso, o deputado Peninha está muito certo, porque com segurança não podemos brincar.

Ontem citei aqui o estado das viaturas do município de Presidente Getúlio e também as duas Ipanemas. Já citei aqui, deputado Serafim Venzon, o estado das viaturas do município de Mirim Doce, que não tem nada de doce porque o que nós estamos enfrentando, hoje, na segurança pública, com esse debate na Assembleia, nada mais é do que um tema extremamente amargo.

O presidio de Rio do Sul, deputado Sargento Amauri Soares, recebeu, felizmente, uma viatura para os agentes prisionais depois daquela audiência pública que fizemos lá e depois de vistoriarmos aquele presidio que foi inaugurado sem a menor condição técnica e de segurança. Agora estão fazendo melhorias, através do secretário de Desenvolvimento Regional, Ítalo Goral. E queremos parabenizá-lo pela intervenção, mas o resultado será quando tivermos, por parte da Assembleia, uma investida. E em breve estaremos lá de novo, deputado Sargento Amauri Soares - e v.ex.a. é da comissão de Segurança Pública -, fazendo as vistorias, porque foram dados 60 dias para o secretário. E aqui quero ser testemunha de que ele está trabalhando no sentido concretizar as melhorias naquele presidio.

Mas deixo aqui a minha solidariedade ao deputado Peninha, que é da região do alto vale e tem sido um grande batalhador nesta Casa. Portanto, o nosso reconhecimento pelo seu trabalho. Vamos ver se depois dessa investida do deputado Peninha aqui e com o apoio dos demais parlamentares, esse cenário muda, principalmente na região do alto vale e no restante do estado também. Nós temos que entender que segurança pública é responsabilidade de todos e não apenas de um. Por isso é importante atuarmos no mesmo conceito de que o cidadão tem que ser privilegiado.

Quero também fazer o registro de que o prefeito municipal de Lindóia do Sul, Aderson Carlos Bussolaro, e o vice-prefeito Pedro Ari Parizotto mandaram-nos uma revista prestando contas do trabalho realizado naquela cidade de quatro mil seiscentos e poucos habitantes.

Enquanto muitos prefeitos reclamam, vemos na revista uma frota de ônibus novos para o transporte escolar e a aquisição de máquinas. O prefeito, administrando com pujança, com vigor e com racionalização de recursos, está colocando Lindóia do Sul no estrelato dos municípios catarinenses.

Parabéns ao prefeito que presta contas do seu primeiro ano de mandato à população de Lindóia do Sul. E a revista mostra o trabalho na agricultura, na piscicultura, o sistema de tratamento de efluentes e também o trabalho brilhante na área de saúde. Portanto, o nosso reconhecimento, nesta Casa, ao prefeito de Lindóia do Sul!

Como sou um parlamentar do Partido dos Trabalhadores, tenho que enaltecer o último censo do IBGE em relação à agricultura familiar. Santa Catarina dá uma demonstração de produção na agricultura familiar, de crescimento e de distribuição de renda. E isso também no Brasil.

O que mostra o censo do IBGE? Mostra que a agricultura familiar é o setor que emprega 75% da mão de obra no campo, e foi objeto de estudos aprofundados do IBGE em todos os rincões do Brasil, mostrando que a ótica do governo Lula de investir na agricultura familiar foi um dos pontos cruciais da manutenção da economia e um dos pilares que

permitiram que nós navegássemos durante esse período de crise internacional aqui no Brasil como uma verdadeira marolinha, como dizia o presidente Lula.

Em relação aos números relativos à agricultura familiar de Santa Catarina contidos no levantamento do IBGE, são especialmente significativos e animadores. Dos 196 mil estabelecimentos agropecuários que produzem no estado, 87%, portanto, 168 mil, classificam-se na categoria de agricultura familiar, segundo o critério da Lei n. 1.326/2006. O índice médio nacional é de 84%. Em Santa Catarina é 87%.

Segundo o censo, 63,8% do arroz em casca, 79,2% do feijão preto, 93% da mandioca, 87,1% do leite de vaca, 67,8% do plantel de aves e 66% de suínos do estado originam-se da pequena agricultura familiar. Esse é um fato extremamente importante.

Quero aqui colocar um dado importante para os srs. deputados. Caro deputado Serafim Venzon, que é médico, e deputado Gelson Merísio, que irá assumir amanhã a Presidência, no laudo que elaboramos aqui na Casa sobre insalubridade, eu mandei analisar essa espuma contida no microfone que usamos. E através de análise feita em laboratório, foi observada a existência de *Staphylococcus Coagulase Negativa*. Portanto, nós, deputados, também temos direito à insalubridade. Assim, terá que criada uma verdadeira camisinha para que seja trocada diariamente porque, por incrível que pareça, essa espuma produz uma bactéria que se torna preocupante do ponto de vista de contaminação.

Mas esse é um tema que iremos abordar mais à frente e daí veremos de que forma vamos ter que atuar aqui para evitar os riscos de contaminação para os parlamentares que usam os microfones nesta Casa.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero cumprimentar todos os visitantes que estão nas galerias e, de forma especial, o vereador Eurico dos Santos, de Barra Velha, e o sr. Moacir dos Santos, o Macarrão, presidente do PSDB de Presidente Getúlio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A Presidência registra, com satisfação, a presença de 21 alunos da Escola Básica Municipal Professora Nair Soares Heller, de São Bento do Sul.

Sejam bem-vindos ao Parlamento de Santa Catarina.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, desejo registrar a presença, nesta Casa, do presidente da Câmara de Vereadores de Leoberto Leal, vereador Arino Scheidt Marian, que está acompanhado do vereador Evaldir Neri Linhares. O vereador Arino nos recebeu naquela cidade, juntamente com os seus amigos, no domingo retrasado.

Estão aqui tratando de assuntos daquela cidade e espero que tenham êxito. Além disso, tiveram a oportunidade de acompanhar, hoje, na parte da manhã, a garotada na Escola do Legislativo.

Sejam bem-vindos ao Parlamento de Santa Catarina!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, desejo agradecer a presença dos alunos de São Bento do Sul. O deputado Sílvio Dreveck não se encontra aqui, mas queremos acolhê-los da melhor maneira possível e dizer que o Parlamento catarinense está à disposição.

Obrigado, São Bento do Sul!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados e telespectadores da TVAL, gostaríamos de informar que aprovamos, na manhã de hoje, na comissão de Segurança Pública, três requerimentos de nossa autoria. Um deles, que estava desde o dia 6 de julho protocolado naquela comissão, solicita uma visita dos deputados da comissão ao presidio de Joinville, como aquela realizada no presidio de Rio do Sul.

Há cerca de dois meses estávamos solicitando essa visita ao presidio de Rio do Sul que, finalmente, vai acontecer na manhã da próxima sexta-feira, dia 9 de outubro. No presidio de Rio do Sul houve aquela rebelião no domingo pela manhã, com a morte, inclusive, de um companheiro policial militar.

O outro requerimento aprovado solicita a realização de uma audiência pública para discutir a proposta estranha, talvez maluca, de transferir do bairro Barreiros, em São José, para o bairro Potecas os quartéis da cavalaria, do canil e, ouvi falar, do 7º Batalhão da Polícia Militar, o Batalhão de Operações Policiais Especiais - Bope - e lá construir o presidio.

Existem manifestações da comunidade de Barreiros, existem manifestações da comunidade de Potecas e existe a vontade legítima dos policiais que residem em São José e cujas unidades ficam naquela cidade, para que não haja essa transferência. Até porque o quartel da cavalaria e o canil foram construídos com o braço dos policiais que lá trabalham há vinte e tantos anos.

Da mesma forma, a comunidade de Potecas não quer o presidio. Aliás, aquela comunidade quer que seja tratado aquele esgoto para que pare de exalar mau cheiro no nariz da população que lá reside. E esse é mais um motivo por que os policiais não querem ir para Potecas. Aliás, querem concentrar toda a Segurança Pública da Grande Florianópolis em Potecas para cheirar um esgoto sanitário mal feito e mal cheiroso.

Então, a realização da audiência pública foi aprovada na manhã de hoje na comissão de Segurança, para debater esse assunto em data ainda a ser marcada.

O Sr. Deputado José Natal - V.Ex.a. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Sr. deputado, participamos da reunião, este deputado, v.ex.a. e três vereadores do município de São José, com o comando da cavalaria para discutir esse assunto. Inclusive, já me manifestei contrário à proposta feita pelo prefeito Djalma Berger, qual seja: ele consegue uma área para a construção do presidio e em troca fica com a área onde estão instalados, hoje, o 7º Batalhão da Cavalaria e o canil da Polícia Militar. Isso é um absurdo porque o município e, inclusive, este deputado que lhes fala contribuíram para que muitas

obras daquelas que se encontram lá fossem concretizadas. Ademais, a população não quer isso.

Quanto àquela história de que o Bope viria para Florianópolis, se nós não interviéssemos junto ao governador há uns 40 dias, isso também já teria ocorrido.

Somos contrários, já me manifestei. Quero parabenizar v.exa. e participar, se convidado for, dessa reunião para expressar o meu repúdio ao ato do prefeito Djalma Berger, que quer a área e não diz o que pretende fazer. E o mais grave é que o governo do estado, provavelmente na administração passada, concedeu um pedaço enorme de terreno para o Ministério Público. O terreno está lá há mais de cinco anos sem ser utilizado, incomodando a comunidade, e o Ministério Público está gastando com a limpeza. É dinheiro do povo jogado pelo ralo! Eles fiscalizam, falam de todo mundo, já gastaram uma fortuna com a limpeza do terreno e até agora não disseram o que pretendem fazer.

Obrigado, deputado!

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grandó - O assunto é realmente polêmico.

Em primeiro lugar, quero dizer que participei da reunião juntamente com os prefeitos e com a secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, em função da urgência da construção de um centro de triagem, porque todos sabem o que aconteceu com o cadeião do Estreito. É preciso, pois, que os municípios ao redor de Florianópolis disponibilizem um terreno, porque o governo do estado tem recursos. Então, tendo o terreno e o projeto, as coisas fluirão mais facilmente.

Em segundo lugar, concordo com o deputado José Natal, porque nessa questão de permuta é preciso transparência, saber o que vai ser feito. E isso só será resolvido se houver transparência, se houver realmente a parceria entre o município e estado. Por quê? Porque o estado de Santa Catarina não recebe recursos federais de combate ao crime justamente por ter um índice baixo de criminalidade. Vejam, é penalizado por isso! E o governo do estado está passando por dificuldades nessa área, tem recursos para resolver, mas precisa de uma área, mas ninguém quer esse equipamento no seu município.

Então, tem que haver consciência e discussão sobre qual o local e de que forma vai-se construir esse centro de triagem. É um assunto polêmico, mas esta é a condição de sermos parlamentares: discutir!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Professor Grandó, mas o problema é que a comunidade de Potecas diz o seguinte: "Jogaram no nosso nariz todo o esgoto da Grande Florianópolis e, não contentes, agora querem trazer o presídio"! Ou seja, por acaso a Grande Florianópolis odeia a comunidade de Potecas? Essa é a grande interrogação que vamos ter que debater nessa audiência pública.

Mas eu creio, deputado José Natal, assim como todos os colegas que apartearam - e o deputado Círio Vandresen também já falou desse assunto aqui no Parlamento -, que devemos realizar essa audiência pública com todas as lideranças de São José.

V.Exas., que são lideranças originárias de lá, devem mobilizar a Câmara de Vereadores, os setores comunitários interessados, a sociedade em geral e, evi-

dentemente, também os companheiros trabalhadores da Segurança Pública, mais precisamente os policiais militares daquelas unidades estabelecidas no município de São José, que precisam continuar naquele município fazendo o serviço de segurança, mas também o serviço social, através da cavalaria, por exemplo, que desenvolve há vários anos a equoterapia, que é uma forma de recuperação de pessoas com deficiência física, deficiência motora através dos cavalos.

Por fim, o terceiro requerimento do qual gostaríamos de falar e que aprovamos na reunião da comissão de Segurança Pública, refere-se à realização de uma audiência pública nesta Casa para discutir a Proposta de Emenda Constitucional n. 300, de autoria do deputado federal Arnaldo Faria de Sá, de São Paulo, que tramita na Câmara dos Deputados, pois foi definida pela comissão especial que discute essa PEC a realização de uma audiência pública em cada estado.

Então, sugerimos à comissão de Segurança, que aprovou, que a própria comissão convoque essa audiência pública, evidentemente que em consonância com a comissão especial da Câmara Federal que está debatendo esse assunto. Essa PEC trata de um assunto muito importante, que é o estabelecimento de um piso nacional de salário para os trabalhadores da Segurança Pública, tendo como parâmetro o salário dos policiais e bombeiros do Distrito Federal, que é de R\$ 4,2 mil, ou seja, mais que o dobro do que os policiais militares de Santa Catarina recebem.

Então, a importância desse debate... (Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, deputado Gelson Merísio, com satisfação, quero anunciar a visita do clube da terceira idade do bairro Planície Alta, do município vizinho de Brusque, Guabiruba, que está aqui acompanhado pelo vereador José Vicente Baron e sua esposa. Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense!

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, que substituirá o deputado Sílvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, também quero cumprimentar o time da melhor idade do município de Guabiruba, terra onde meus ancestrais se estabeleceram quando vieram da Itália. Inclusive, alguns parentes meus também estão aqui participando. Além disso, v.exa., deputado Dagomar Carneiro, sabe que em Lageado Alto está sepultado o meu bisavô.

Assim, cumprimento v.exa. por ter oportunizado a vinda desse grupo a esta Casa no dia de hoje.

Mas o assunto que trago à tribuna nesta tarde, deputados Sílvio Dreveck e Valmir Comin, há tempo a bancada do Partido Progressista vem debatendo, cobrando, sendo solidária, pois cada vez mais o governo se afasta dos seus compromissos. Estou-me referindo à luta intensa que temos empreendido em favor de melhores salários para os policiais de Santa Catarina.

Deputado Sargento Amauri Soares, um pequeno grupo da corporação de v.exa. foi privilegiado em detrimento da grande massa

dos praças e ainda não vi ainda acontecer aquilo que foi tão comemorado desde de 2003, desde a aprovação da Lei Complementar n. 254.

Depois disso a Polícia Civil também iniciou uma marcha, uma luta, na tentativa de ver sua dignidade resgatada, através de melhores condições de trabalho, da recuperação das perdas salariais, de equipamentos, de armamentos e da posse de centenas de policiais aprovados no último concurso.

Irresponsavelmente, deputado Valmir Comin, o governo enviou, no mês de julho, um e-mail para cada policial dizendo que poderiam preparar-se para vir para a Academia; alguns deixaram seus empregos, alugaram moradia aqui na Grande Florianópolis e até hoje não foram chamados. E o que estamos vendo é essa falência agora, também, por falta de pessoal na Polícia Civil.

Relatei aqui, deputado Genésio Goulart, na semana passada, o episódio de Sangão, onde há apenas um policial para atender o município inteiro. E na semana passada, deputado Valmir Comin, apenas em um dia houve dois assaltos, sendo que uma das vítimas ainda se encontra na UTI, além de ter tido seu carro e a renda do seu negócio furtados. Mas até agora não conseguimos nenhuma resposta por parte do governo.

A situação da Polícia Civil, em especial daqueles que representam o topo da carreira, que são os delegados de polícia, está insustentável. V.exas. lembram que já no começo do ano recebemos aqui a representação dos delegados e dos servidores da Polícia Civil e empreendemos aquela luta para que o governo encaminhasse o projeto que foi aprovado, que foi comemorado e que não representou nenhum centavo de incremento, de aumento, de reposição salarial para os servidores da Segurança Pública.

Agora os delegados de polícia resolveram dar um basta em tudo isso. A partir desta semana está sendo lançada uma campanha, e trago aqui a camiseta que os delegados começarão a usar para trabalhar, que diz o seguinte: "Delegado de Polícia de Santa Catarina - o pior salário do Brasil". Há mais de 11 anos sem reposição salarial. Deputado Valmir Comin, esse é o uniforme que os delegados de polícia de Santa Catarina vão começar a usar. É com esse uniforme que eles vão-se apresentar no trabalho daqui para frente, para mostrar o tamanho do descaso deste governo com uma categoria de servidores imprescindíveis no combate ao crescimento da violência no estado e no país.

Faz parte da campanha também um *outdoor*, que será colocado em lugares estratégicos das principais cidades do estado, dando conta da situação dos delegados, com o seguinte teor: "Delegados de Polícia de Santa Catarina - 11 anos sem reposição salarial - pior salário de delegados de polícia do Brasil".

Essa é a realidade da Polícia Civil de Santa Catarina!

Nesse período todo de governo de Luiz Henrique da Silveira foi concedido apenas 1% de reposição a essa categoria. E no período anterior, de Esperidião Amin, nós conseguimos fazer a reposição de 28,8%, mas que acabou constituindo-se apenas, deputado Sargento Amauri Soares, na transformação da gratificação que os delegados já tinham e que quando incorporada produziu alguns efeitos, porque foi incorporada, virou vencimentos e ninguém mais tira. De lá para cá absolutamente nada foi concedido aos delegados que, naturalmente, representam o topo da carreira. Imaginem, então, os cargos inferiores, escrivão, investigador e demais

integrantes da carreira da Polícia Civil. É a pior situação do Brasil!

O único alento que nós temos é que a Adin que o nosso partido protocolou e que está em andamento, graças a Deus, a passos largos no Supremo Tribunal Federal já tem o parecer favorável do advogado-geral da União, obrigando o governador a proceder à reposição salarial.

Só o que se percebe é um comando politiqueiro e partidarizado da Segurança Pública como nunca visto na história deste estado, a ponto do nosso colega, deputado Peninha, vir aqui reclamar que a nossa região do alto vale, deputado Sargento Amauri Soares, está sendo discriminada, ou seja, uma região com 28 municípios não recebeu nenhuma viatura e, conforme a imprensa vem denunciando, a própria RBS tem divulgado com muita insistência, continua com viaturas que datam de 1994.

Que segurança é essa? Para onde estamos caminhando? E com essa ação que vai ser desencadeada agora pelos delegados, justa e necessária, nós vamos começar a ver, deputados Círio Vandresen e Padre Pedro Baldissera, que a realidade dos números da violência em Santa Catarina está sendo maquiada, que os números publicados nos BOs não são verdadeiros. Agora a verdade virá à tona e nós vamos ver que além do pior salário, nós temos aqui, por conta dessa politicagem implementada pela Segurança Pública, a pior segurança do país em termos de comando de política pública.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e concordar plenamente com o que v.exa. falou. Se for justa a demanda dos delegados, que têm o pior salário do Brasil, eles que estão no topo da carreira, então dá para avaliar a nossa situação, a situação dos outros todos! É isso que vimos falando há quase três anos desta tribuna.

Quando v.exa. questiona para aonde está caminhando a Segurança Pública em Santa Catarina - e até falei ontem, no meu pronunciamento dessa tribuna -, eu digo que ela está recuando, ou seja, está caminhando para trás. Infelizmente!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Deputado Padre Pedro Baldissera, para v.exa. ter uma idéia, o distrito federal está abrindo concurso, neste momento, para delegado de polícia, e o salário inicial é R\$ 13.368,00. Aqui o salário de um delegado com mais de dez anos de carreira é de menos de 10 salários mínimos, R\$ 4 mil, ou seja, um delegado de Santa Catarina já pode entrar no programa habitacional do presidente Lula, destinado àqueles que ganham menos de dez salários!

Enquanto isso, o secretário Ronaldo Benedet vai descentralizando a violência por toda Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Gostaria de registrar a presença, sr. presidente, nesta Casa, do vereador Lorival

Dionisio Demathe, do PMDB de Jaraguá do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência dá boas-vindas ao vereador.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, tenho vários assuntos para colocar nesta tarde, entre eles estava o da Segurança Pública, mas como isso já está sendo debatido desde ontem nesta Casa, vou focar a minha fala no que diz respeito a algumas leis que, na minha avaliação, estão deixando a desejar para a sociedade catarinense e brasileira.

Desta tribuna alguns colegas deputados se manifestaram dias atrás a respeito da tão falada reforma política, reforma eleitoral. E aqui vários colegas contribuíram, entre eles os deputados José Natal, Pedro Uczai e Joares Ponticelli, dizendo que, na verdade, não aconteceu reforma eleitoral coisa nenhuma, foi apenas um pequeno remendo que não acrescentou muito pouco, vamos dizer assim, ao processo eleitoral.

Repito desta tribuna que enquanto não houver reforma eleitoral, em especial a reforma política, enquanto não se estabelecer o financiamento público de campanha e o fortalecimento dos partidos com programas ideológicos, enquanto não se estabelecer um calendário único de eleições de vereador a presidente da República, continuaremos tendo o voto personalizado, ou seja, não no programa de um partido, um programa ideológico, mas, sim, o voto em pessoas aliadas ao poder econômico e que dominam as eleições.

Acredito que nós, na Assembléia Legislativa, como parlamentares e representantes do povo, devemos e temos a obrigação de persistir, mesmo não sendo de nossa alçada, na reforma política. Apesar de ser da responsabilidade do Congresso Nacional, temos o dever, sim, de persistir e de defender essa reforma tão importante para o Brasil, porque certamente permitirá outras reformas importantes para o país, como a reforma tributária, a reforma trabalhista e a reforma previdenciária.

Falando em reforma tributária, temos que a iniciar pelo estado de Santa Catarina. No dia 23 de julho de 2009 foi publicado no Diário Oficial do Estado dispositivo legal que dispõe sobre a substituição tributária nas operações de material de construção, acabamento, bricolagem e adorno.

Srs. deputados, as empresas catarinenses estão perdendo espaço para as empresas do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Além da substituição tributária, a nossa alíquota de ICMS é diferenciada, o que faz com esses estados vendam para Santa Catarina e nós não consigamos, em contrapartida, vender para eles.

Não é segredo, deputado José Natal, o que está acontecendo no cenário dos negócios. O dólar está cada dia mais baixo, o real está-se fortalecendo, o que tem seu aspecto positivo, em função da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Mas há necessidade urgente de os governos estaduais e federal - e não estou falando de cor partidária, mas de uma situação sistêmica do Brasil - permitirem, concederem, facilitarem ou isentarem a carga tributária para os exportadores, não porque são empresas que exportam, mas porque geram emprego e renda.

Sr. presidente, essa é a alternativa para que o nosso estado e o nosso país

tenham condições de continuar a gerar emprego e renda. Repito que isso só será possível através de uma reforma política, para depois fazer as outras reformas tão importantes e necessárias para o Brasil, para o estado de Santa Catarina, desburocratizando e criando oportunidades de emprego e renda.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Nobre deputado, já estamos nesta Casa há mais de três anos e desde o primeiro momento em que me encontrei com v.exa., como parlamentar, vem tocando na questão da reforma tributária brasileira.

Eu e alguns outros deputados, lamentavelmente, não conseguimos que a nossa voz, que é o eco dos reclamos da sociedade, que gera emprego e renda neste país, seja ouvida no Senado da República e na Câmara Federal. Por isso, continuamos vivenciando essas situações, porque as reformas feitas no estado, e lá também, referem-se a situações pontuais, momentâneas. Os lobistas, infelizmente, têm mais vez e voz do que nós, parlamentares, por incrível que pareça, porque alguma coisa acontece em Brasília quando os lobistas se organizam.

Naquele dia que fui à Brasília descobri que aquelas pessoas que ficam nos corredores daquela Casa pedindo a alteração de uma lei ou a aprovação de uma PEC são aludadas por entidades que têm interesse num assunto e que se movimentam em prol dos seus interesses. Por isto as coisas acontecem no afogadilho, porque a voz de quem conhece os problemas não é ouvida.

Mas espero que, antes de sairmos desta Casa, ainda possamos vivenciar essa reforma em Santa Catarina, não para o bem dos empresários ou das pessoas, mas para o bem do nosso estado, pois estamos vivendo momentos difíceis. Poderíamos estar melhor se não fosse essa crise.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado pela contribuição de v.exa., nobre deputado.

Não vamos desistir, não! Temos a obrigação de persistir porque, como v.exa. colocou com propriedade, é para o bem do estado e para o bem das pessoas. É isso o que nós defendemos.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Círio Vandresen - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Círio Vandresen.

O SR. DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Alfredo Wagner, vereador Paulo César Rossi. Ele é quase tão artilheiro, em Alfredo Wagner, quanto o Rossi, que foi quem fez dois ou três gols contra o Brasil naquela Copa Mundial.

Agradeço a presença dele e da assessora da Câmara de Vereadores que o acompanha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Sejam bem-vindos a esta Casa.

Esta Presidência também anuncia a presença dos seguintes vereadores de Capivari de Baixo: Jonas Machado, do PDT; Ricardo Arboite, do PP; Onassis da Silva, do PP; e Fernando de Oliveira da Silva, do PMDB, acompanhados do sr. Djalma. A eles, nossas boas-vindas ao Parlamento catarinense.

Também gostaria de dar boas-vindas ao tesoureiro do PDT de Itajaí, Camilo; ao suplente de vereador Fabricio Santos, a todos que nos acompanham nesta sessão da Assembleia Legislativa, bem como ao presidente da Sociedade Tamararé, de Gaspar.

Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Dagomar Carneiro, que preside esta sessão.

Srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos estão acompanhando neste momento e anteriormente citadas, eu gostaria de falar um pouquinho de um assunto que acabou sendo postergado em virtude de outras urgências de algumas semanas atrás.

Nós temos passado, e isso não é novidade, por tragédias ambientais em nosso estado, como cheias, enxurradas, chuvas de granizo, furacões e até tornados, coisas que antes não aconteciam aqui e que agora estão acontecendo. O ritmo das chuvas é uma coisa extraordinária. Eu não sei se alguém aqui se lembra da última vez que fez um dia inteiro de sol; um sol que tenha começado de manhã e tenha ido até ao anoitecer. Eu creio que ninguém vai-se lembrar desse dia porque já faz muito tempo. Ou seja, tem chovido praticamente todos os dias, mesmo com pouca intensidade, e tem chovido bastante também com uma frequência que há dez anos seria inimaginável. Ocorreram as enchentes de 1983 e de 1984 na região do vale, mas tudo voltou depois à normalidade. Mas as chuvas de agora continuam de forma frequente e estranha. É evidente que a situação ambiental do globo terrestre está alterada.

Srs. deputados, apontar o dedo para alguma iniciativa específica, como para a aprovação do Código Ambiental, afirmando ser o responsável pelos atuais problemas, acho que é um exagero, embora tenha relação. Ter evitado, pelo menos até agora, por decisão do Ministério Público, a construção da fosfateira em Anitápolis é importante e tem a ver com esse assunto, mas a reflexão precisa ser bem mais ampla.

A forma de vivermos na sociedade está destruindo as condições de vida na Terra. Estamos tornando cada vez mais consumidores, perdulários, destrutivos com relação às condições ambientais. Um colega do nosso gabinete falou outro dia sobre uma questão que me fez refletir. Nós não estamos mais produzindo cidadãos e sim consumidores; nós não estamos construindo jovens e sim consumidores. Isso tem-se transformado numa ideologia de uma forma de pensar, em que as pessoas são consideradas não pelo que valem, mas sim pelo que consomem! Não pelo conhecimento que possuem, pelo aporte de valores para a sociedade, mas pelo extrato bancário, pela quantidade de coisas que podem comprar. Um terço da sociedade que pode consumir, consome, na maioria das vezes, coisas desnecessárias. A produção industrial em geral está pensada dessa forma. Todo ano troca-se de celular, todo ano troca-se de carro, e isso tudo está levando à destruição das condições ambientais. O valor principal na sociedade atual é o consumo. As coisas são pensadas dessa forma.

Eu vi, lá no alto vale, uma propaganda de uma empresa de motosserra falando em nome do meio ambiente! Motosserra "x" (não vou dizer o nome da empresa) defende o meio ambiente! Mais ou menos assim.

Inclusive, as palavras têm assumido nuances para dizer uma coisa diferente daquilo que elas realmente significam.

O transporte da sociedade de massa estará cada vez mais inviabilizado para os próximos anos...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência registra, com satisfação, a presença do vereador Paulo César Rossi, presidente da Câmara de Vereadores de Alfredo Wagner, bem como da assessora de comunicação, sra. Susi. Registra também a presença de Cristian Martins, Simone Miranda Martins e Miriam Borges, da cidade de Araranguá.

Sejam todos bem-vindos ao Parlamento catarinense.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a deputada Professora Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos acompanham, imprensa falada, escrita e televisada, hoje venho a esta tribuna, com muita alegria, para parabenizar o presidente da Câmara de Vereadores de Florianópolis, o vereador Gean Marques Loureiro, o mais votado da nossa bela cidade, pelo evento denominado Câmara Cidadã, realizado no sábado, das 9h às 17h.

Naquele evento, sr. presidente, foi dado um atendimento *vip* à população carente. As pessoas puderam fazer a Carteira de Identidade, CPF, Carteira de Trabalho, teste de colesterol, de diabetes e medir a pressão arterial. Puderam também fazer consultas, limpeza de pele, corte de cabelo e manicure, porque elas têm que andar com as unhas bem limpas. A população esta teve atendimento na área da saúde e de lazer.

Nós tivemos naquele evento, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, 117 entidades que foram dar atendimento àquelas pessoas que necessitavam ser atendidas.

Nós pudemos constatar, através de uma matéria do jornal *Noticias do Dia*, o contentamento das pessoas por serem atendidas. Foi um trabalho maravilhoso e tivemos ali aproximadamente 800 voluntários dando um atendimento especial às pessoas.

Não poderia deixar também de registrar e dizer que sempre que eu liguei para o vereador Gean Loureiro fui atendida na hora. E quando vou conversar com ele em seu gabinete, atende-me prontamente. É um jovem político que tem uma carreira pela frente brilhante, uma pessoa altamente educada, uma pessoa fina, uma pessoa que atende bem todos que o procuram.

Este é o nosso papel! Nós, como servidores do povo, servidores públicos, temos que atender todas as pessoas bem, atender a pessoa da comunidade carente, o trabalhador. Por isso quando alguém vem ao meu gabinete, eu atendo bem.

Então, por todas essas características, eu queria dizer que esse jovem político é uma pessoa que cairia como uma luva na prefeitura de Florianópolis, pois com certeza trataria o povo florianopolitano com carinho. Sua assessoria é maravilhosa, ele nos atende muito bem, e por isso quero mandar um abraço a ele pelo belo trabalho que tem prestado à nossa cidade.

Um abraço e que Deus abençoe todos!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - A Presidência cumprimenta o vereador Paulo César Rossi, o Paulinho, de Alfredo Wagner.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Giancarlo Tomelin, de Blumenau, tucano mor daquela cidade, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente e srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital e deputado Jailson Lima, há tucanos em Blumenau de muito melhor plumagem do que este que está no momento falando. Blumenau é um celeiro e lá temos Dalirio Weber e Maurici Nascimento, que foram fundadores nacionais do PSDB. Sou apenas um aprendiz nessa seara.

Mas o que me traz à tribuna, na tarde de hoje, é um assunto que reverberou muito na cidade de Blumenau, que está em festa por conta da Oktoberfest. No sábado aconteceu um desfile maravilhoso, com aproximadamente 39 mil pessoas presentes. Todos estavam quase delirando com aquele brilhante desfile realizado pelas comunidades, pelos alunos que estavam trajados com roupas tipicamente germânicas.

Sr. presidente e srs. deputados, neste último final de semana, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que é professor e sociólogo, esteve no estado. E eu gostaria de lembrar que no ano passado a ADVB de Santa Catarina, na pessoa do presidente Carlos Amaral, convidou-o para vir a Santa Catarina, para que ficasse sabendo do que havia acontecido em Blumenau em virtude do desastre climático de 22 de novembro de 2008. Ele prontamente aceitou e disse que estaria naquela cidade conforme agenda. No início do ano, então, fizemos-lhe oficialmente o convite, em comitiva, e foi acertada a sua vinda ao nosso estado.

Ele esteve em Blumenau, chegou na tarde de sexta-feira e em nossa companhia foi conhecer os problemas da cidade, as áreas atingidas, foi até ao Morro do Baú, onde aconteceu a pior catástrofe de novembro. Após ter visto o que aconteceu naquelas áreas, preparou-se e deu uma brilhante palestra no Teatro Carlos Gomes, que ficará na história de Blumenau, pois desaguou em resultados práticos.

Nós, brasileiros, temos orgulho de ter o ex-presidente da República entre os cinco maiores cachês do mundo em termos de palestra. Se convidássemos Bill Clinton para dar uma palestra no Brasil, ela seria tão cara ou igual à de Fernando Henrique Cardoso. Mas ele abriu mão desse cachê e doou-o integralmente a uma escola. Nós escolhemos a Escola Municipal Urbana Profª Alice Thiele, que durante a tragédia, deputado Elizeu Mattos, serviu de abrigo para as pessoas que foram atingidas pela enchente.

Mas antes de falar sobre a escola, antes de falar sobre o magnífico resultado financeiro da palestra - novamente Blumenau dá as mãos pela solidariedade -, tenho como obrigação falar sobre o conteúdo da palestra.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, num ato de humildade, de inteligência, em nenhum momento trouxe para si os benefícios e os méritos da estabilização da economia. Chegou até a elogiar, em algumas situações, o atual governo, na sua continuidade. Mas, mais do que isso, tocou o dedo na ferida da sociedade que estamos

construindo, fez um histórico do Brasil perante o mundo e do mundo perante o Brasil e o que nos espera daqui para frente. Falou também da esperança que podemos ter em função de um país que hoje tem a sua economia mais sólida, tem uma rede de proteção social, tem as empresas individualmente consideradas e economicamente fortalecidas. Por quê? Pela abertura da economia.

Foi uma palestra marcante e, inclusive, no *Jornal de Santa Catarina* de hoje, o sociólogo Everaldo Silva traz um artigo completo sobre a palestra do professor Fernando Henrique Cardoso.

Mas o professor Fernando Henrique também fez alguns alertas, como, por exemplo, a necessidade de aprimorarmos a democracia. Que democracia? Vivemos uma democracia plena? Talvez sim, talvez não! Mas quando ele diz que a Carta Magna, a Constituição do Brasil, afirma que todos somos iguais perante a lei, pergunta-se: será que somos? Será que um cidadão simples, que cometeu um delito, merece ser condenado da mesma forma que um cidadão mais abastado, do ponto de vista financeiro ou de poder? Só seremos uma democracia fortalecida quando a punição ao mais simples cidadão, se cometer um delito ou qualquer que seja a questão juridicamente imputada a ele, for dada da mesma forma ao cidadão mais abastado. Isso porque o brasileiro tende sempre a achar caminhos para transgredir e encontrar soluções pessoais em detrimento do coletivo.

Foi, sr. presidente e srs. deputados, uma verdadeira declaração de amor ao Brasil e à democracia!

O resultado final da palestra, que eu tenho a honra de anunciar desta tribuna do Parlamento catarinense, foi o presente de R\$ 75 mil que serão entregues à Escola Municipal Urbana Profª Alice Thiele, resultante do lucro da palestra do professor Fernando Henrique Cardoso, sob a coordenação do professor Maurício Nascimento e sua equipe. Com o auxílio da ADVB, com Carlos Girola, com Miguel Luzzi, com a Associação Comercial e Industrial de Blumenau, na pessoa de Ricardo Stodieck, com o CDL, na pessoa de Marcelino Campos, do Sindilojas, na pessoa de Alexandre Peters, nós reunimos mais de 500 pessoas para ouvir a palestra do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. E o resultado prático da mesma, repito, é o valor de R\$ 75 mil que serão entregues à escola já referida, para que possa refazer-se, sendo que o projeto técnico será feito pela equipe da secretaria de Educação de Blumenau.

Por isso parabéns, professor Fernando Henrique Cardoso!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, há um requerimento deste deputado na pauta da Ordem do Dia solicitando envio de mensagem telegráfica aos familiares do soldado Jackson dos Santos, de Joinville, que infelizmente morreu no cumprimento do dever, no interior de uma viatura colhida por um trem no último final de semana.

Eu só quero, sr. presidente, deixar registrado aqui o meu sentimento com relação à morte do soldado Jackson dos Santos, de Joinville, que morreu no cumprimento do dever, no interior de uma viatura, quando foi colhido por um trem, no final de semana, assunto que já foi falado pelo deputado Sargento Amauri Soares.

Desejo que os soldados Nelson Oliveira e Silva, Tarcísio Melo Schroeder e Wagner Sardo possam recuperar-se, pois estão internados no hospital da Unimed, em Joinville.

Sr. presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Está registrado, deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, grande médico da região de Canoinhas, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaríamos de saudar o presidente, o médico e deputado Jailson Lima, as sras. deputadas, os srs. deputados, a comunidade catarinense que nos escuta, alertando que este é um momento de reflexão, pois vamos falar um pouquinho na terceira idade e, principalmente, nas crianças, pois dia 12 de outubro é o seu dia.

(Passa a ler.)

"Há poucos dias reverenciei os idosos catarinenses pela passagem do dia que a eles é dedicado e hoje antecipo os festejos do Dia da Criança, comemorado em 12 de outubro, também data alusiva à padroeira do Brasil.

A faixa mais jovem do nosso país engloba cerca de 30% do total da população. No censo do ano 2000, os brasileiros entre zero e 14 anos formavam um grupo estimado em 50 milhões de brasileiros. Talvez esse seja um número aproximado dos que estão agora na faixa dos nove aos 23 anos. Possivelmente tenhamos hoje, na faixa etária de zero a 14 anos, algo em torno de 60 milhões de brasileiros, portanto um grupo muito representativo, a quem se atribui o futuro do Brasil, pois ao mesmo tempo em que temos responsabilidades para com as nossas crianças, elas representam uma esperança para a população.

O nosso país ainda registra uma população que cresce. Em 2004, o IBGE registrou a taxa de crescimento populacional de 1,44% ao ano. Vejam que nos anos 50 e 60 do século XX o crescimento demográfico brasileiro era de 3% ao ano. E o próprio IBGE prevê que em 2050 a população vai crescer a taxas mínimas, ou seja, estima-se um crescimento de 0,24% ao ano. E cito tais números para que possamos refletir sobre a importância que essa população jovem tem para o futuro do Brasil e de Santa Catarina.

Muitos países desenvolvidos, hoje, já registram crescimento demográfico negativo e são obrigados a adotar políticas de estímulo à natalidade. No Brasil, de outra parte, temos que aprimorar políticas públicas de proteção às crianças e adolescentes. Trabalhamos em campanhas de saúde para aprimorar a vacinação contra doenças que põem em risco as nossas crianças, e aí podemos orgulhar-nos da recente campanha de imunização contra a poliomielite, que vacinou mais de 99% das crianças entre zero e cinco anos, o que representa mais de 400 mil crianças.

Santa Catarina também desenvolve ações importantes em favor do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida das gerações que farão o seu futuro a partir da educação. O nosso estado trabalha pela melhoria das escolas, tem uma das mais elevadas taxas de escolaridade e alfabetização, com o secretário da Educação, deputado Paulo Bauer.

Houve uma diminuição da taxa de mortalidade infantil, uma das menores do Brasil, graças ao desenvolvimento e o apoio à saúde dado pelo governador Luiz Henrique da Silveira.

Este ano o governo catarinense distribuiu uniformes escolares para mais de 400 mil crianças e material didático para 623 mil alunos da rede pública, incluindo livros de literatura de autores catarinenses. São ações importantes, e poderíamos citar muitas outras, embora, é claro, tenhamos a convicção de que sempre há muito por fazer.

Agora mesmo o Brasil vive um momento muito especial que tem relação direta com a juventude, com a confirmação da escolha do Rio do Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016. Estamos vibrando, sim, pois realizar as Olimpíadas no Brasil representa elevar o nome do país em nível internacional, pois vai ser o país mais falado na mídia internacional. Inclusive, existe uma grande expectativa em relação às oportunidades que poderão surgir para a juventude, se o país realmente desenvolver uma política de massificação da prática de esportes.

Santa Catarina é exemplo também nessa área. Desde os anos 60 aqui são realizados os Jogos Abertos. Mais recentemente também se incrementou o calendário esportivo com os Jogos Abertos, para a faixa de até 16 anos. Temos um modelo esportivo que valoriza clubes e agremiações, contando com o apoio de municípios, do estado, de federações esportivas e empresas.

Nosso estado é celeiro de atletas em muitas modalidades, que vão do atletismo à natação, do vôlei ao basquete, do futsal ao handebol, da vela ao remo, do ciclismo ao futebol, ao judô e a tantas outras modalidades. Santa Catarina tem também a marca consolidada no esporte que representa uma tradição de várias gerações.

Nós precisamos acreditar no potencial de mudança que vem por aí, na força dessa juventude. O país vai viver um clima de saudável expectativa pelos Jogos Olímpicos, que vai contagiar não apenas a futura cidade sede, mas toda a juventude, o que é muito bom. E Santa Catarina certamente acompanhará a expectativa de mudanças, a partir do projeto vitorioso empreendido por seu governo, que já trabalha fortemente com a valorização dos jovens.

Quando pensamos nas gerações que irão suceder-nos, precisamos pensar em saúde, educação e segurança, que são atividades essenciais do estado, mas também projetar oportunidades para a geração de emprego e renda às famílias. Só um país que tem condições de prover e garantir o sustento dos seus filhos com qualidade de vida pode assegurar boa educação e dias melhores para as gerações do amanhã. E as famílias têm grandes desafios, bem como a sociedade como um todo. Sem educação e perspectivas os jovens são marginalizados e ficam submetidos ao risco da atração pelas drogas. Portanto, todos nós temos a nossa parcela de responsabilidade.

Por isso, queremos antecipar os festejos do Dia da Criança, celebrando o futuro e as mudanças que virão. Queremos também, já que o PMDB possui um tempo maior, parabenizar o secretário de Desenvolvimento Econômico Sustentável, deputado Onofre Santo Agostini, eis que hoje pela manhã, juntamente com o governador Luiz Henrique da Silveira, tivemos um encontro importante, em Florianópolis, no sentido de começarmos a dar sustentabilidade ao meio ambiente, a pensar na qualidade de vida, na prevenção de catástrofes em Santa Catarina.

Santa Catarina tem sofrido seguidas catástrofes com grande impacto para a vida dos catarinenses. Há registros que apontam

para uma realidade preocupante, em que o estado aparece como segunda região mundial com incidência de tornados. Digo isso com propriedade, porque em Canoinhas há alguns anos tivemos um tornado que repercutiu em nível nacional, com 22 mortes e 18 feridos graves, no distrito de Felipe Schmidt, mais precisamente na localidade de Valinhos.

Em nosso estado, sem dúvida nenhuma, temos ainda tempestades de graniço, enxurradas, furacões e prolongadas estiagens, motivos mais do que suficientes para que a administração pública atente à necessidade de estudar as causas, para buscar a prevenção possível em defesa da população, do meio ambiente e da economia.

Portanto, está na hora de começarmos a pensar na prevenção das catástrofes, das enxurradas, dos furacões. E com tal finalidade o Executivo instituiu, nesta semana, o Fórum Catarinense das Mudanças Climáticas Globais, envolvendo representações de todos os níveis de governo, instituições de pesquisa e órgãos ambientais, no sentido de criar uma política mais efetiva de controle de emissão de gases com influência sobre o efeito estufa e avanços nas ações preventivas. A iniciativa é acompanhada por um projeto de lei que tramitará na Assembleia Legislativa para criar uma estrutura administrativa de gerenciamento das ações pertinentes.

Os fenômenos parecem multiplicar-se como consequência das mudanças climáticas. Há também a maior facilidade de tomarmos conhecimento sobre efemérides trágicas, que abalam comunidades, em razão dos avanços da comunicação, que permitem uma integração instantânea, através das mais diversas mídias que hoje podemos acessar. Mas é certo que as grandes tragédias já há muito acontecem.

Na cerimônia de lançamento do fórum, o governador Luiz Henrique da Silveira se lembrou de um episódio ocorrido em 1948, quando Santa Catarina foi muito atingida, principalmente a região de Blumenau e de Itajaí, por desastre climático."

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não, concedo um aparte ao nobre deputado Pedro Uczai.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Sr. deputado Antônio Aguiar, quero cumprimentar v.exa., porque esse tema não é só do futuro para Santa Catarina e do Brasil, é um tema do presente. Precisamos adaptar-nos às mudanças climáticas, ao aquecimento global, às novas tecnologias.

É preciso que a Vigilância e a Defesa Civil entrem com equipamentos e material humano, e para isso poderia ser feito um concurso público, pois temos que admitir que precisamos reagir com novas políticas públicas para atender à necessidade de substituir a energia fóssil por energia renovável, com uma nova política pública no Brasil e em Santa Catarina.

Quem sabe o pré-sal, que é energia suja, sirva para financiar a energia limpa para reagirmos à mudança climática no Brasil e aqui no estado.

Temos que enfrentar esse debate. Até quero parabenizar o estado por promover esse evento. Não tive a oportunidade de ir à abertura, e queria ter ido. Todos sabem que sou oposição ao governo do estado, mas quero registrar a importância desse debate que v.exa. traz a este Parlamento.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - V.Exa. se refere à energia suja, e é muito importante esse fato, pois quando estivemos nos Estados Unidos, deputado Pedro Uczai,

vimos que a fonte de energia suja deles é de 95%; no Brasil temos 75% de energia limpa, energia renovável, energia hídrica, energia solar e energia eólica.

(Continua lendo.)

"É importante o debate sobre esse tema, e o Parlamento precisa aprofundar estudos, mostrar agilidade, garantindo a aprovação do suporte gerencial necessário para que o Executivo possa, com eficiência e eficácia, avançar nas ações para o controle da preservação ambiental, garantindo maior segurança e desenvolvimento sustentável, fundamental para os catarinenses."

Éramos o que tínhamos, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, nobre deputado Antônio Aguiar.

Quero registrar a presença do prefeito de Presidente Getúlio, sr. Nilson Francisco Stainsack.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados aos Democratas.

Com a palavra o deputado Darcy de Matos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, amigo deputado Jailson Lima, srs. deputados, sras. deputadas, deputado Pedro Uczai, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alecs Digital, desejamos fazer um registro externando toda a nossa alegria, toda a nossa satisfação, sr. presidente, pelo fato de o Brasil ter conquistado, na semana passada, o direito de sediar, no Rio de Janeiro, as Olimpíadas de 2016. Essa, sem dúvida alguma, foi uma vitória do Rio de Janeiro, do Brasil, do presidente da República, deputado Pedro Uczai, e, sobretudo, de todos os brasileiros.

Sediaremos em 2014 a Copa do Mundo e em 2016 os Jogos Olímpicos. Essas duas oportunidades, deputado José Natal, vão dar condições de mostrarmos efetivamente para o mundo, deputado Romildo Tilton, o nosso país, as coisas boas que temos: a nossa cultura, a nossa gastronomia, a irreverência, a alegria, a criatividade do povo brasileiro, porque infelizmente, hoje, as notícias que chegam aos demais países são notícias ruins, que comprometem a imagem do nosso país.

Portanto, essas duas oportunidades, a realização da Copa do Mundo, deputado Pedro Uczai, e a realização das Olimpíadas, vão-se constituir em oportunidades únicas para podermos mostrar tudo que temos de bom ao mundo inteiro. Mas também temos que considerar, sr. presidente, que a realização de uma Olimpíada, deputado Pedro Uczai, não significa, não se traduz pura e simplesmente em competições entre atletas, mas, sim, num espetáculo dotado de uma capacidade única de alavancar e transformar a economia do nosso país.

As Olimpíadas foram confirmadas no Brasil. Derrubamos outras grandes cidades do mundo, porque o Brasil é um país pacífico, porque o Brasil possui uma economia estabilizada e, sobretudo, porque o Brasil é hoje, felizmente, um país democrático.

Quero também, sr. presidente, poder dizer que foi acionado o *community* e a partir desse momento, deputado José Natal, precisamos tomar as providências devidas e cabíveis para preparar o Rio de Janeiro e o Brasil para receberem, aproximadamente, um milhão de turistas e 15 mil atletas.

Cabe ao Poder Executivo executar as obras de infraestrutura, de segurança, de urbanização das favelas do Rio de Janeiro. Mas

cabe ao Poder Legislativo, a todos nós e, sobretudo, aos deputados federais e senadores, promover a fiscalização da aplicação dos recursos nessas obras monstruosas e necessárias que haverão de ser implantadas no Rio de Janeiro e no país.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - O seu tempo é curto, mas espero que as Olimpíadas, no Brasil, tenham sido um gol do nosso país. Agora, quero acreditar que as prioridades deste país não sejam esquecidas em prol das Olimpíadas. Nós temos graves problemas na educação, na saúde e na segurança, principalmente, no Rio de Janeiro. É nessa linha que faço a minha colocação, mas sou um torcedor de que seja um sucesso. E torço mais ainda para que o governo brasileiro cumpra tudo aquilo que na área social não cumpriu até o presente momento e que deve à nação brasileira.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Deputado José Natal, em cima daquilo que v.exa. acabou de colocar, queremos dizer que temos preocupação, sim, com as dificuldades que o Rio de Janeiro e o país enfrentam no campo social e na segurança. Mas se nós pegarmos o exemplo de Barcelona, deputado Nilson Gonçalves, onde foram realizadas as Olimpíadas de 1992, veremos que a preparação de uma cidade não é somente para as Olimpíadas, as exigências deixam um legado de desenvolvimento para a cidade.

Barcelona se constituiu, hoje, no terceiro destino turístico mais importante da Europa, deputado Pedro Uczai, e v.exa. conhece Barcelona, pois depois das Olimpíadas houve um incremento no turismo de cerca de 20%. Portanto, não tenho dúvida de que, após as Olimpíadas, o Rio de Janeiro será outra cidade.

Quero encerrar dizendo que esporte é confraternização, esporte é vida, esporte é aquecimento da economia. Nós vamos ter, com a realização das Olimpíadas, um aquecimento da economia da ordem de R\$ 102 bilhões, aproximadamente, em nosso país.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Quero cumprimentá-lo, parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que as Olimpíadas são um patrimônio do Brasil.

O discurso do deputado José Natal serve justamente de desafio para chegarmos bem à Copa do Mundo em 2014, para chegarmos bem às Olimpíadas em 2016. Toda essa perspectiva de investimento serve como oportunidade para resolvermos o problema social, o problema educacional, o problema de saúde do país, a fim de, em 2016, apresentemos um Brasil melhor e mais desenvolvido. Agora, as próprias Olimpíadas são indutoras do desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Parabéns, deputado, porque as Olimpíadas vão construir não a dicotomia entre o econômico e o social, vão ajudar as duas questões.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Eu gostaria de corroborar com tudo aquilo que o deputado acabou de falar e também fazer minhas as palavras do deputado Pedro Uczai, porque eu entendo que através da Copa do

Mundo e das Olimpíadas, principalmente, é que este país vai acordar definitivamente para a questão do esporte amador, principalmente nas escolas, nas universidades. E isso vai contribuir de maneira muito especial para o desenvolvimento do país e, principalmente, para os nossos jovens se afastarem das drogas e, de maneira saudável, procurarem um futuro melhor.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Queremos dizer que temos um desafio: além de apresentar uma boa imagem do país aos turistas, aos atletas em 2016, temos o desafio de preparar com competência uma geração de novos atletas para fazer bonito nas Olimpíadas de 2016.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Presidente, é importante atentar para um fato: dê uma olhada para este plenário hoje. Está lotado de jovens e eu duvido que haja algum jovem aqui com mais de 25 anos. Imagine, sr. presidente, estes jovens praticando esporte de maneira orientada e incentivada pelo governo. Quantos campeões não poderiam sair destas galerias para 2016?!

Muito obrigado!

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputado José Natal, concedo 15 segundos para v.exa. usar a palavra, pela ordem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Presidente, estes jovens já são campeões por estarem aqui na Escola do Legislativo aprendendo o que é democracia, entre tantas outras coisas.

Na mesma linha, quero dizer que para tudo isso se concretizar, os municípios têm que dar realmente importância aos jovens. Mas dificuldade eles já encontram no acesso aos ginásios de esportes, que cobram...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Já que se fala em futuros campeões, aproveito para cumprimentar os jovens da 8ª edição do Parlamento Jovem, que pertencem às seguintes instituições escolares: EEB Padre Miguel Giacca, de Criciúma; EEB Colombo Machado Salles, de Três Barras; EEB General José Pinto Sombra, de Lages; EEB La Salle, de Serra Alta; EEB Professora Antônia Gasino de Freitas, de Lajeado Grande; EEB Professor Heleodoro Borges, de Jaraguá do Sul; EEB Manoel Henrique de Assis, de Penha; e EEB Cecília Rosa Lopes, de São José.

Sejam bem-vindos a esta Casa! Espero que no futuro possam ocupar os nossos lugares neste Parlamento.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, gostaria também de cumprimentar todos os jovens presentes nesta Casa, hoje. É um prazer tê-los aqui! Eu, que até poucos dias era o mais jovem deputado desta Casa - agora o deputado Carlos Chiodini tem esse título -, fico muito satisfeito de vê-los aqui. E tenham a certeza de que a participação na vida pública tem que começar desde cedo. Vocês vêm aqui, aprendem, e esta Casa, neste dia, dá um exemplo ao abrir suas portas para a juventude catarinense.

Vocês são muito bem-vindos e esperamos vê-los com mais frequência. Quem sabe algum dia um de vocês esteja sentado numa dessas 40 cadeiras.

Parabéns e muito obrigado pela presença!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência informa a todos os prezados jovens que visitam este Parlamento que, paralelamente a esta sessão, está ocorrendo uma audiência pública no plenarinho e que em função disso muitos parlamentares estão ausentes deste plenário, baixando sensivelmente o quórum desta sessão. Mas isso não diminuiu a importância da participação de todos neste plenário.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Gostaria de dar as boas-vindas aos jovens e dizer ao deputado Nilson Gonçalves que se não tivésemos aqui atletas para as Olimpíadas, com certeza teremos aqui neste grupo que está visitando a Assembleia grandes vereadores, prefeitos, vice-prefeitos e, se Deus quiser, deputados estaduais e deputados federais, porque se tiveram a coragem de vir ao Parlamento catarinense e participar da Escola do Legislativo é sinal de que já têm liderança. Exerçam essa liderança e, com certeza, um dia vocês estarão aqui nos representando.

Sejam bem-vindos ao Poder Legislativo de Santa Catarina!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, primeiramente quero dizer a essa rapaziada jovem que está aqui que vencer é possível. Barack Obama teve como lema de campanha a frase *Yes, we can*, ou seja, Sim, nós podemos. E justamente essa foi a primeira frase que o presidente Lula disse no seu pronunciamento ao defender a realização pelo Brasil das Olimpíadas de 2016.

Eu sou um parlamentar do Partido dos Trabalhadores, e quando dizemos que é possível que algum de vocês esteja aqui no futuro, é possível que algum de vocês possa disputar a Presidência da República e porque o nosso presidente é um metalúrgico, o nosso presidente calçou o seu primeiro sapato depois dos sete anos de idade. E é esse presidente que está mudando o perfil desta nação.

Eu estou retomando o tema das Olimpíadas já abordado pelo deputado Darci de Matos, e em até relevando, deputado José Natal, a preocupação com as questões maiores do Brasil com relação à educação, à saúde. E eu, que sou médico, falo isso com muita propriedade.

Somente os Jogos Olímpicos de 2016, após a Copa de 2014, aquecerão incrivelmente, deputado Pedro Uczai - e v.exa. também é do Partido dos Trabalhadores -, a economia nacional, tendo em vista o crescimento do nível de investimento no país. Trabalho feito pelos economistas da PUC apontam que as Olimpíadas de 2016 terão reflexos na geração de emprego e renda e, principalmente, no crescimento da economia pelo menos até o ano de 2027. Para cada US\$ 1 mil investidos pelo estado, US\$ 3,7 mil serão investidos pela iniciativa privada. Serão

gerados, aproximadamente, a partir deste ano, só com um fato de termos garantido a realização das Olimpíadas no Brasil, deputado Darci de Matos, 120 mil empregos diretos relacionados com elas.

O setor da construção civil, que é responsável por 14% do PIB nacional, será altamente acionado e beneficiado com a construção das obras de infraestrutura deste país. O setor hoteleiro vai ter que criar, até 2016, pelo menos dez mil novos leitos para atender a demanda nacional e internacional.

Num determinado momento, o nosso presidente foi criticado porque estava investindo na divulgação do Rio de Janeiro para as Olimpíadas. No entanto, só o que já foram divulgados pela mídia internacional o Brasil e o Rio de Janeiro pelo mundo todo, se tivesse que pagar essa mídia espontânea, sairia muito mais caro do que tudo o que foi investido em comunicação até agora.

Uma das coisas que considerei importante foi que o presidente Lula, quando fez o seu discurso, disse que com muito orgulho representava a esperança e os sonhos de milhões de brasileiros.

Sr. presidente, será construída linha férrea para um trem de alta velocidade que vai ligar São Paulo ao Rio de Janeiro e que depois vai ligar São Paulo a Curitiba e o Rio de Janeiro a Belo Horizonte. Isso vai custar R\$ 38 bilhões! Mas vai gerar o quê? Infraestrutura de transporte!

A estrutura hospitalar do Rio de Janeiro hoje é inadequada. Novos hospitais terão que ser construídos, a rede vai ter que ser aprimorada, a sofisticação tecnológica terá que ser alavancada para poder atender essa demanda e para, principalmente, colocar o Brasil no cenário mundial como um dos países que melhor realizaram uma Olimpíada na história, ultrapassando, inclusive, a que a China realizou.

Se temos o melhor povo do ponto de vista da receptividade, se temos o melhor Carnaval, se temos um povo que trabalha, se temos um presidente que é reconhecido internacionalmente, temos tudo para realizar uma Olimpíada incomparável. O presidente Lula foi o timoneiro da delegação brasileira, pois puxava a fila das autoridades e lideranças que o acompanharam para fazer a defesa das Olimpíadas no Brasil.

Dentro dos grandes investimentos que serão feitos, logicamente, o Rio de Janeiro ficará com cerca de 60% do valor total, pois temos que reconhecer que lá os problemas de violência são bem maiores. Mas através dos investimentos proporcionados pelo PAC drenagem, PAC habitacional e PAC infraestrutura, o Rio de Janeiro se transformará em uma nova cidade.

Por isso, garotos, não almejem apenas chegar nesta Casa para num futuro ocuparem uma dessas 40 cadeiras que ocupamos hoje. Almejem chegar aqui para serem melhores do que nós e, principalmente, almejem também conseguir colocar em prática os sonhos que cada um de vocês têm não apenas para o cotidiano da vida de vocês, mas para o cotidiano da coletividade brasileira, que acredita na sua juventude e que precisa melhorar a educação, sim.

Eu sou do Partido dos Trabalhadores e o nosso presidente está fazendo mais de 30 universidades federais no Brasil, depois de mais de 16 anos sem que fossem construídas universidades federais; o nosso presidente está implantando escolas técnicas para aprimorar o ensino técnico neste país. E por isso eu me sinto muito à vontade para fazer a defesa do governo federal e das Olimpíadas que darão ao Brasil uma nova cara, que

mostrarão o Brasil para o mundo como um país não apenas emergente, mas como um país que politicamente se consolida no cenário nacional e internacional. E consolida-se sob o ponto de vista econômico e das diretrizes diante do G-8 e do G-20, que são os grupos que hegemonomizam a economia do globo terrestre.

Por isso, parabéns a toda esta rapaziada e, principalmente, à Escola do Legislativo que propicia este momento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência informa aos srs. deputados que as matérias da pauta da Ordem do Dia que necessitam de quórum qualificado para deliberação serão transferidas para a sessão ordinária de terça-feira.

Comunica também que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0677/2009, de autoria do deputado Professor Grando; 0678/2009 e 0679/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0680/2009, de autoria do deputado Círio Vandresen; e 0681/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica ainda que defere os Requerimentos n.s.: 1.466/2009, 1.467/2009, 1.468/2009, 1.469/2009, 1.470/2009, 1.471/2009 e 1.472/2009, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 1.473/2009, 1.474/2009 e 1.486/2009, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 1.478/2009 e 1.479/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.480/2009, 1.481/2009, 1.482/2009, 1.483/2009, 1.484/2009 e 1.485/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 1.487/2009, 1.488/2009, 1.489/2009 e 1.490/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; e 1.491/2009, de autoria do deputado Décio Góes.

Os demais requerimentos e moções, além dos projetos que estavam na pauta, serão incluídos na pauta da Ordem do Dia da próxima terça-feira.

Finda a Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero cumprimentar, de forma carinhosa, a executiva da Associação Comercial e Industrial de Brusque, que nesta semana completa 75 anos e que tem feito um extraordinário trabalho. Brusque se desenvolveu muito graças ao espírito empreendedor de muitos dos seus cidadãos.

Um abraço carinhoso à diretoria executiva!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Dentro de Explicação Pessoal, com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Círio Vandresen, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Sr. presidente, gostaria de saudar toda a Mesa Diretora, os demais deputados e deputadas, as pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital e a Escola do Legislativo, que nos honra com a sua presença desde a manhã de hoje, na abertura, no Auditório Antonieta de Barros, da 8ª edição do Parlamento Jovem.

Gostaria de saudar, especialmente, os membros do Colégio Estadual Cecília Rosa Lopes, de São José, meu município.

Foi uma alegria ter encontrado, hoje de manhã, o meu amigo do tempo de seminário e de universidade, professor Tarcísio D'Ávila de Andrade, com quem tive a oportunidade de conviver durante o curso de Teologia na Universidade Federal de Santa Catarina, hoje Instituto Teológico.

Bem-vindos a esta Casa!

Eu vi o projeto do Colégio Estadual Cecília Rosa Lopes sobre a educação no trânsito e achei muito importante, significativo. Creio que nessa interação do Legislativo de Santa Catarina com as escolas, com a sociedade de um modo geral, todos saem ganhando.

Mas ocupo esta tribuna por dois motivos que acho relevantes. Primeiro para tratar de uma reivindicação, de uma luta, e quem é de São José sabe do que estou falando, que é a pavimentação asfáltica da SC-407. O município de São José é o quarto em população em Santa Catarina e só possui uma rodovia estadual que não tem um metro sequer de pavimentação. A SC-407 liga São José a São Pedro de Alcântara, a primeira colônia alemã em Santa Catarina, onde temos o presídio de segurança máxima, o hospital psiquiátrico Colônia Santana, portanto, uma comunidade muito grande que necessita daquela rodovia.

Por isso, gostaria de lamentar a atitude do secretário de estado do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, Valter Galina. Este deputado elaborou um requerimento convidando-o para discutir o lançamento do edital, mas sem nos fazer um convite, o secretário convocou uma reunião antecipada com alguns de sua agremiação partidária e deixou a comunidade ainda mais indignada com esse tipo de procedimento.

Portanto, quero lamentar essa atitude e dizer ao secretário Valter Galina que, de qualquer forma, o ofício já produziu efeito porque ele se dirigiu à comunidade, mesmo com poucos acompanhantes. Inclusive, quero agradecer a presença do deputado Cesar Souza Júnior, que esteve conosco juntamente com as lideranças das comunidades de Colônia Santana e arredores. Acho que não vamos deixar o secretário enganar toda aquela comunidade e o município de São Pedro de Alcântara mais uma vez.

Quero ainda lamentar que a obra seja sempre licitada em partes e ao invés de começar por onde existe o maior fluxo, o maior número de usuários, começou ao contrário, ou seja, de cima para baixo, sem acostamento, deixando os ciclistas e pedestres sem segurança nenhuma. Começou em São Pedro de Alcântara, não chegou a São José ainda e o secretário Valter Galina esteve mais uma vez lá, na segunda-feira, para fazer promessas.

Mas a disputa neste caso não é partidária, deputado Pedro Uczai, visa à melhoria da qualidade de vida da nossa população. São José e São Pedro de Alcântara não merecem essa desatenção, esse descaso do estado. Já há a lagoa de decantação, em Potecas, que é o maior problema ambiental de São José e que foi causado por uma empresa do estado. E agora o governo municipal e o governo do estado querem levar o cadeião para o município de São José e querem também desativar o terreno da cavalaria. Assim, parece-me que aquela cidade só recebe promessas e notícias ruins. Mas eu creio que a mobilização da comunidade, ontem, foi muito importante.

Então, quero parabenizar a comunidade de Colônia Santana, o sr. Abraão, e lamentar que o deputado José Natal não tenha podido acompanhar-me porque

acompanhou o secretário Valter Galina, que certamente se sentiu pressionado.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Nobre deputado, realmente recebi o convite para comparecer e estive lá com os deputados Renato Hinnig e Professor Grando. No lançamento da obra, eu disse que estava vendo aquele filme pela terceira vez e que esperava que a comunidade não fosse enganada novamente, porque realmente não merece.

Eu não quis polemizar mais até porque muitas pessoas que lá foram pensaram que estava sendo dada a ordem de serviço para iniciar a obra, mas o que estava acontecendo, na verdade, era uma reunião para o lançamento da autorização de licitação, que vai demorar, no mínimo, uns três meses, se der tudo certo. Aliás, 270 dias para colocar seis quilômetros de asfalto em cima de paralelepípedo, está-me cheirando uma coisa estranha.

Mas quero defender o governo do estado, com relação ao que v.exa. colocou, dizendo que a obra começou de São Pedro de Alcântara para cá e que não há acostamento. Assim foi feito porque essa é uma reivindicação antiga da comunidade de São José e se fossem fazer os alargamentos, como v.exa. coloca e que muitos já pleitearam, o atual governo não faria a obra e o próximo governo também não, tenho certeza. Assim, como aquela localidade necessitava de pavimentação asfáltica para se desenvolver, foi isso que foi feito. Espero que depois façam um traçado de desapropriação para alargamento da rodovia, ao menos para pedestre, e nesse sentido v.exa. tem razão.

O SR. DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Muito obrigado, deputado José Natal.

Mas quero lamentar ainda que o edital seja só para o trecho que divide o município de São Pedro de Alcântara até a altura do campo do Botafogo, mais ou menos após a Frangos Macedo. Então, ainda há um trecho em São José - Colônia Santana, Sertão do Imaruí e Picadas do Sul - que irá ficar muito tempo sem asfalto.

Mas ontem, na mobilização, criamos uma comissão de moradores que ficará em contato com a Assembleia Legislativa, com os deputados. Gostaria de convidar o deputado José Natal para fazer parte dessa comissão, pois semanalmente estaremos cobrando do governo do estado, através do secretário de Desenvolvimento Regional, a efetivação desse trabalho. Vamos analisar o projeto para que não seja apenas uma película, uma camada fina de asfalto, mas que seja de fato um trabalho que mereça o aval dessa equipe.

Quero agradecer à comissão de Pesca e Aquicultura desta Casa pela aprovação da proposição deste deputado para a realização de uma audiência pública no dia 23 de outubro, em Laguna, deputado Genésio Goulart, onde vamos tratar da abertura da barra que hoje quase mata a lagoa e compromete a sobrevivência de mais de oito mil pescadores e pescadoras, que dependem da captura e da produção de pescado no complexo lagunar e na bacia hidrográfica do rio Tubarão.

Sr. presidente, gostaria de agradecer a esta Casa e convidar todos para se fazerem presentes em Laguna, no dia 23 de outubro, às 15h.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Padre Círio Vandresen.

Quero registrar a presença do prefeito de Monte Castelo, Aldomir Roskamp, e do presidente da Câmara Municipal, vereador Roberto Carlos Barankievicz. Sejam todos bem-vindos a esta Casa, porque sabemos do empenho e do trabalho de vocês por aquela bela cidade.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, quero somente contribuir com o deputado Círio Vandresen dizendo que não estranhe se o secretário Valter Galina fizer novamente o que fez, porque ele já fez comigo também e com muitos outros deputados, ou seja, quando ocorre um evento oficial em São José ou na Grande Florianópolis, ele não convida os deputados. E mais, se há um deputado presente, ele faz de conta que não o vê e nem registra a sua presença.

Faço aqui essa observação para que o deputado Círio Vandresen não estranhe, porque é do feitio dele agir assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro de Explicação Pessoal, com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, público presente nas galerias da Assembleia Legislativa, gostaria de mais uma vez salientar o acidente, no final de semana, com uma viatura da Polícia Militar que se dirigia ao presídio de Joinville para atender com urgência uma rebelião que lá acontecia. A viatura acabou sendo atingida por um trem na passagem de nível do perímetro urbano de Joinville, praticamente quase no centro da cidade, causando a morte do soldado Jackson dos Santos, que já foi alvo de homenagem por parte do deputado Sargento Amauri Soares.

Queremos registrar também o nosso sentimento e o desejo de um pronto restabelecimento aos soldados Tarcisio Mello Shoeder e Nelson Oliveira Silva, companheiros, amigos nossos, que em muitas oportunidades já nos atenderam na Casa Amarela.

Srs. deputados, quero comunicar que na reunião da comissão de Segurança Pública, na parte da manhã de hoje, foi deliberado que os componentes da comissão farão uma visita, na sexta-feira, às 11h, ao presídio objeto da rebelião.

Sr. presidente, há dias, com base nos inúmeros depoimentos que recebemos em função de presidir o Fórum Permanente de Discussão das Demarcações de Terras Indígenas no Norte/Nordeste de Santa Catarina - inclusive de um dos deputados federais que formam o Fórum Parlamentar Catarinense -, afirmamos da tribuna que o Projeto Rondon do Brasil teria recebido, em 2007, R\$ 70 milhões. Pois bem, assim como eu vim à tribuna falar aquilo que ouvi, estou vindo também para repercutir a visita que recebi em meu gabinete dos membros do Projeto Rondon do Brasil, inclusive do presidente e de diretores que fazem parte daquela ONG. E a explicação que me foi dada, deputados José Natal e Pedro Baldissera, foi de que, na verdade, eles receberam R\$ 70 milhões de um convênio assinado em 26 de abril de 2004, com vigência até 26 de abril de 2009. Portanto, cinco anos. Com esse valor atenderam perto de 32 mil índios, em 192 aldeias, em 78 municípios de quatro estados.

Eu posso vir a esta tribuna e, de maneira contundente, fazer uma denúncia. Mas se me provarem o contrário, imedia-

tamente volto aqui para trazer a verdade dos fatos. E é o que estou fazendo. E o Projeto Rondon, com R\$ 70 milhões, atendeu São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, coisa que nós não sabíamos. E não foi só em 2007, foi de 2004 a 2009.

Portanto, a partir do momento que tive todas as explicações, falei a eles que assim como fora à tribuna, extremamente preocupado, repercutir a informação de que aquela enorme quantia teria sido recebida somente em 2007, também voltaria para levar ao conhecimento das pessoas que acompanham a TVAL e que estão nesta Casa a realidade dos cerca de R\$ 70 milhões que foram encaminhados àquela ONG. Pareceu-me ser uma entidade muito séria, muito correta, porque me entregaram um calhamaço de papéis muito grande, que passei boa parte de um final de semana analisando e vi que não existe restrição nenhuma quanto à prestação de contas em todos os órgãos deste país.

Portanto, queria fazer aqui essa retificação.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Nobre deputado, o Projeto Rondon implementado no Brasil há muitos anos fez um excelente diagnóstico da situação dos povos dos rincões mais distantes e sabemos que era uma entidade íntegra. Só que uma revista de renome nacional trouxe esses dados e não os colocou detalhadamente, como v.exa. acabou de colocar aqui. Agora as coisas ficaram esclarecidas.

Tenho dito desta tribuna, e reitero, que lamentavelmente a imprensa afronta muitas coisas com o famoso repique, que v.exa. sabe o que é, e quando não acontece, fica o dito pelo não dito. Em virtude disso, se v.exa. quiser dar-me o relatório ficarei satisfeito, porque levantei esse problema e trouxe dados de uma revista de renome nacional que, segundo parece, não estavam completos.

Volto a dizer: o Projeto Rondon era um excelente projeto de universitários brasileiros que ajudaram a fazer o diagnóstico das populações mais remotas deste país.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. deputado José Natal, com prazer, vou tirar uma cópia de todo aquele relatório que me entregaram e passarei às mãos de v.exa. ainda hoje.

Sr. presidente, estou fazendo, a pedido do Fórum Parlamentar Catarinense, composto pelos 16 deputados federais e pelos senadores, e por ser presidente do Fórum Permanente de Discussão das Demarcações de Terras Indígenas no Norte/Nordeste de Santa Catarina, um manifesto com a assinatura de todos os srs. deputados desta Casa para somar forças para que tiremos da gaveta um projeto que está na Câmara Federal, de autoria do deputado federal Ibsen Pinheiro, juntamente com o deputado Aldo Rebelo, que dá um norteamento para essa questão, um balizamento.

Então, fiz o manifesto tomando o cuidado, inclusive, na redação, de não ferir suscetibilidades para não criar clima e nem dar conotação política, porque ele é importante para que nós possamos ver o direito sagrado da propriedade ser respeitado neste país. Estou colhendo as assinaturas, mas hoje, lamentavelmente, o nosso plenário está bastante vazio por conta de outros trabalhos que, paralelamente, estão acontecendo na Casa.

Eu apenas quero deixar registrado que estou colhendo a assinatura dos srs. deputados e que tão logo as tenha, encaminharei o documento ao Fórum Parlamentar Catarinense, em Brasília.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Uczai, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e todos que nos acompanham neste plenário, quero falar sobre educação, na verdade sobre vários temas relacionados à educação.

Quero iniciar dizendo que a melhor herança que um pai e uma mãe podem deixar para seus filhos é uma boa educação, uma boa universidade, um bom estudo e uma boa profissão. Em segundo lugar, eu gostaria de elencar as várias atividades que a comissão de Educação, Cultura e Desporto está realizando no estado de Santa Catarina e os vários temas que estão em pauta.

Na semana passada estivemos em São Miguel d'Oeste participando do primeiro seminário, de três que iremos realizar, que tratou do seguinte assunto: a desmotivação dos professores. Nesse primeiro seminário mais de mil professores estiveram presentes discutindo a problemática da formação, da motivação e a perspectiva do futuro dos educadores, o que incide sobre a qualidade da educação.

O segundo seminário será realizado no dia 5 de novembro, em Concórdia, e vai abordar a qualidade na educação. Já o terceiro seminário será realizado em Florianópolis, no dia 16 de novembro, e vai abordar a questão das drogas e a violência nas escolas.

Estivemos, na sexta-feira à tarde, em São Carlos realizando uma grande audiência pública com os prefeitos de todos os municípios da região, com lideranças, professores, estudantes, para discutir a implantação de uma escola técnica federal naquela microrregião, em função da construção da barragem da foz do Chapecó, preocupados com o que acontecerá depois que os três mil trabalhadores da barragem forem embora.

Mas eu quero agradecer ao governo do presidente Lula, através do Instituto Federal Tecnológico de Santa Catarina, na pessoa da reitora Consuelo Aparecida Sielski Santos; do pró-reitor de Extensão, Marcelo Carlos da Silva, e do diretor da unidade de Chapecó, Juarez Pontes, pela presença e por terem prometido que será implantada mais uma escola técnica federal em Santa Catarina. Em seis meses queremos iniciar, em São Carlos, o funcionamento de cursos na área tecnológica que deem um retorno aos anseios da população não só agora, mas no futuro daquela microrregião, depois da implantação da barragem da foz do Chapecó.

Quanto à Universidade Federal da Fronteira Sul, amanhã e sexta-feira haverá um seminário em Chapecó para discutir os rumos da nova universidade, o seu projeto institucional, os cursos, as modalidades etc. E sobre isso quero fazer três comentários.

O primeiro: eu participei do movimento da conquista da UFFS; o segundo: acredito que o Enem, que foi transferido para os dias 5 e 6 de dezembro, será o instrumento para a seleção dos alunos da nova universidade federal, porém contemplando os

alunos de escolas públicas; o terceiro: o Enem terá nota até sete, que será equivalente a dez, e três pontos para quem estudou em escola pública.

Fui convidado pelo reitor nomeado, professor Dilvo Ristoff, para ser pró-reitor de Extensão dessa nova universidade federal. Pela minha condição de professor, de docente, de já ter sido pró-reitor de Pesquisa e Extensão e Pós-Graduação da Unoesc, *campus* Chapecó, e, quem sabe, por ter participado de todo esse processo, de todo esse debate, ele me deu essa alegria e essa honra de ser convidado. Agradeço ao referido professor, mas não pude aceitar em função das responsabilidades que tenho neste momento da minha vida, em função dos compromissos coletivos que assumi. De qualquer forma, quero desejar-lhe e a toda sua equipe, aos jovens e à população daquela macrorregião, muito sucesso, muitas vitórias.

Quero também informar, srs. deputados, que eu recebi a visita da professora Mariléia, hoje diretora da secretaria da Educação, juntamente com a assessoria técnica, que foi reitora da Univille, colega nossa, portanto, do sistema Acafe, das nossas universidades comunitárias. E ela me deu boas notícias. O art. 171 está saindo do papel, está sendo colocado em prática: 90 alunos da graduação e 27 alunos de mestrado já foram contemplados com a bolsa do art. 171 e 12 alunos foram contemplados com bolsas de doutorado para todos os cursos, ou seja, mais de R\$ dois milhões já foram investidos em bolsas de pesquisa, de extensão, de graduação e pós-graduação.

Quero fazer um registro porque todos sabem que este deputado é da base de oposição ao governo do estado, mas não pode deixar de reconhecer, depois de dez anos de luta para implantar o art. 171 no estado, que o governo incorporou o seu projeto transformando-o em lei. Então, o governo do estado está dando o primeiro passo implantando o art. 171 e por isso não posso deixar de fazer este elogio. A luta agora é, efetivamente, no sentido de ampliar os recursos do art. 171, porque segundo a minha interpretação chega a R\$ 50 milhões/ano o volume de recursos a ser destinado ao art. 171.

Outro ponto que desejo abordar refere-se à municipalização da educação. Eu, como presidente da comissão de Educação, fui convidado a participar de várias reuniões e seminários regionais, juntamente com associações de municípios, para me posicionar sobre a municipalização da educação infantil e do ensino fundamental.

Nós podemos também discutir neste Parlamento o aperfeiçoamento da educação infantil. Mas em relação ao ensino fundamental, a Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense, a Amesc, tem posicionamento crítico em relação ao PLC n. 0014/2009, no sentido de que ele seja retirado.

Na reunião da Amesc, secretários e prefeitos se posicionaram criticamente a esse projeto. Na Ameosc, secretários municipais de 19 municípios externaram que têm posição unânime pela retirada do PLC n. 0014/2009, que municipaliza o ensino fundamental. Na Amerios, prefeitos e secretários municipais estão produzindo um documento criticando a tramitação dessa matéria. Os prefeitos da Ammosc têm documento assinado pedindo que seja retirado esse projeto de lei complementar deste Parlamento. Na Amai, os 14 secretários municipais de Educação, de todos os partidos políticos, levantaram a mão na reunião pedindo a retirada do PLC n. 0014/2009.

Essa herança neoliberal quer tirar do governo a responsabilidade sobre o ensino fundamental, quando nós, nas Conferências Municipal, Estadual e Nacional de Educação estamos construindo a nacionalização da educação, ou seja, a ampliação da responsabilidade dos governos estaduais e federal sobre a implantação e universalização do direito à educação de 0 a 17 anos e superior.

No ano que vem terá que ser obrigatório o oferecimento de vagas de 0 a 17 anos. E o que é mais lamentável no PLC n. 0014/2009, art. 6º, deputado José Natal, é o seguinte: o professor da rede estadual poderá optar pela rede municipal. Um professor da rede estadual poderá ir para a rede municipal naquela escola onde estava lecionando. Ele terá direito de lecionar naquela escola. O governo do estado pagará o salário do professor na rede municipalizada, mas, segundo o art. 7º, os municípios terão de devolver o valor do FPM, ou seja, será descontado do FPM o valor relativo aos salários dos professores. Os prefeitos vão pagar, pelo FPM, o salário dos professores da rede estadual.

Não se faz municipalização dessa forma. É uma irresponsabilidade do governo do estado! Está na contramão do movimento mundial discutir qualidade, formação, piso salarial, carreira, aumento da responsabilidade dos entes da...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Pedro Uczai.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grandó, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados, deputado Pedro Uczai, quando se fala em educação realmente é preciso que seja feita uma mudança em nível nacional. V.Exa. acabou de colocar muito bem, e foi o que sempre defendemos, que descentralização não quer dizer omitir-se da responsabilidade, mas assumir mais responsabilidade! Como é que o governo federal não vai ser parceiro da parte mais importante da educação, no que se refere ao número de anos de escolaridade?

Quanto tempo passou - eu fui um lutador da educação - da Lei n. 5.692, a lei do senador Calmon, que determinou que iriam ser aplicados pelo município 25% do seu Orçamento em educação, com a promessa de que seriam resolvidos em breve os problemas dessa área tão estratégica para o Brasil?! Faz dez, 20 anos que essa lei foi aprovada e nós continuamos com uma taxa de 11% de analfabetismo neste país, chegando a 19% no nordeste! São dados recentes. Passaram vários governos, com todos os tipos de ideologias.

Realmente, se a educação é a maior herança que deixamos para os nossos filhos, temos que a levar a sério para haver uma verdadeira mudança. Por isso concordo plenamente com v.exa., deputado Pedro Uczai.

Eu estive, na sexta-feira passada, em uma reunião da Associação dos prefeitos da Grande Florianópolis, da qual fui presidente, ocasião em que criamos a região metropolitana e tantas outras reivindicações dos 23 municípios da região. Lá estava o presidente do Sinte, que representa os professores do estado, que mostrou a preocupação daquela entidade com essa questão que v.exa. colocou. Inclusive, vários prefeitos levantaram vários pontos, uns concordando e outros discordando. Então, há dúvidas, sim, entre eles.

Então, nós estamos cumprindo, deputado Pedro Uczai, o nosso dever nesta Casa, pois até iria ser realizada uma audiência pública para tratar desse projeto, que devi do à epidemia da gripe A ela foi adiada. Ela será realizada mais para frente, e v.exa., que é o presidente da comissão de Educação, sabe disso. Estamos agindo de forma correta porque esse projeto está sendo discutido, sim, mas não no afogadilho. Há pros e contras. Eu, por exemplo, combato qualquer tipo de "prefeiturização", porque passam os encargos e não passam os recursos aos municípios. Há descentralização, há municipalização e há interação entre os três entes federados. É isto o que nós queremos: leis claras e objetivas.

Quanto ao art. 171, quero dizer que está havendo um grande avanço, houve várias conquistas nas últimas negociações.

Mas eu gostaria aqui também de dizer, e serei bastante rápido, que saiu estampado no *Diário Catarinense* o roteiro da alegria em Santa Catarina, referente às festas de outubro. Muito bonito isso! Por quê? Porque nós temos um total de 15 festas e eventos em nosso estado. A mais conhecida é a Oktoberfest, de Blumenau; mas temos a Fenarreo, a Schützenfest, a Festa do Imigrante, a Kegelfest, a Açor (Festa da Cultura Açoriana), a Efapi 2009. E em função dessas festas, muitas pessoas se deslocam por todo o estado com seus carros, de ônibus de excursão; inclusive, muitos grupos da terceira idade aproveitam para se divertir. Enfim, são festas interessantíssimas.

Agora, é óbvio que esses meios de locomoção produzem dióxido de carbono, que é o elemento fundamental causador do efeito estufa, que é o aquecimento global.

Entretanto, se cada um fizer o seu dever de casa, a situação não piorará. Por que digo isso? Porque esta Casa aprovou a Lei n. 14.134 por unanimidade. Esta Casa foi a primeira do país a aprovar uma lei - e por isso todos os parlamentares estão de parabéns - no sentido de que em cada evento desses seja neutralizado o dióxido de carbono produzido. E qual a forma de neutralizá-lo? A forma mais barata e ambientalmente correta de neutralizá-lo é através do plantio de árvores. E no corpo da própria lei há uma tabela. Por exemplo, se numa festa dessas estiverem presentes 300 mil pessoas, será necessário plantar 1.200 árvores.

O município de Lages foi pioneiro. Na Festa do Pinhão - e naquela época a lei ainda estava tramitando aqui - já foi plantada uma parte das árvores. Nós estivemos lá com o prefeito Renatinho e com o secretário do Meio Ambiente, três anos atrás, e fizemos um ato simbólico plantando algumas araucárias, árvores nativas - e é importante sempre plantar árvores nativas.

Em Florianópolis temos o Planeta Atlântida, que é uma grande festa promovida pela RBS. Se cada um plantasse uma árvore que está naquela tabela, teríamos mais de 20 mil árvores plantadas em regiões que precisam! Com isso nós estaríamos contribuindo para o desenvolvimento sustentável, equilibrado, evitando as cheias.

Então, deputado José Natal, é importante que haja árvores no planeta. Se a água cair na minha cabeça, ela vai passar reto, vai-se esvaír; se cair água na sua cabeça, vai demorar mais para passar, porque v.exa. tem mais cabelo. Então, num terreno onde haja mais árvores, a água vai demorar a passar por causa da vegetação.

Por isso temos que plantar árvores. É dessa forma que temos que proteger a mata ciliar e devemos aproveitar essas festas de outubro para pedir ao Ministério Público que

fiscalize o cumprimento dessa lei aprovada por esta Casa.

Srs. deputados, eu farei um pronunciamento na próxima sessão a respeito do número de pessoas no mundo que estão indo para a cidade, pois fiquei espantado ao saber disso. Duzentas mil pessoas por dia no mundo, deputado Kennedy Nunes, deixam o interior, à área rural, a agricultura, para ir para as cidades.

Só para v.exa. ter uma ideia de quanto isso é grave, em relação à agricultura, no Brasil, 172 milhões de pessoas já se transferiram para as cidades, todo mundo sabe disso, sendo que 30% estão nas favelas, com toda a degradação humana, com a não urbanização, sem sistema sanitário. Entre 2000 e 2010, 31 milhões de brasileiros terão deixado o campo e ido para as cidades. Em dez anos, 31 milhões de brasileiros terão deixado o campo! No ano que vem, 2010, fecharemos esse número!

Srs. deputados, como é necessário que sejam feitas mais discussões sobre essa questão, no próximo horário do nosso partido, quando teremos mais tempo, daremos continuidade ao assunto, porque essa questão no mundo é muito séria.

Para finalizar, sr. presidente, não poderia deixar de falar que hoje está encerrando o 1º Senágua (Seminário Nacional: Água e Desenvolvimento), em Florianópolis. Santa Catarina está no centro do debate de água e desenvolvimento. O evento começou no dia 5 e está finalizando hoje, dia 7 de outubro. A pauta do seminário é a seguinte: Código Ambiental de Santa Catarina e do Brasil; políticas públicas; gestão de recursos hídricos e responsabilidade social; saúde; saneamento; matriz energética renovável; infraestrutura hídrica; PAC; impactos ambientais; desenvolvimento turístico; balneabilidade; produção de alimentos; programa de compensação de serviços ambientais; Aquífero Guarani - mitos e realidades; e reciclagem da água, pois a água é o único elemento que pode ser reciclado várias vezes.

Esse evento é promovido pelo Ibrasc, pelo governo do estado, pela secretaria do estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável, através do Departamento de Recursos Hídricos, que foi criado e aprovado por esta Casa. Esse departamento cuida da água, dos recursos hídricos e da questão da outorga da água. Isso é importante, porque começamos a criar nesse Senágua uma política relacionada à questão ambiental e à questão da água, com críticas, com sugestões.

O estado está de parabéns, porque pela primeira vez está colocando que não há desenvolvimento que não seja sustentável..

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, é uma pena a TVAL não estar neste momento transmitindo o que está acontecendo no plenarinho desta Casa, eis que o sr. Lírio Parisotto, maior acionista privado da Celesc, que ao deixar o conselho da instituição denunciou as mazelas da gestão, está falando para mais de 20 deputados.

Gostaria de dizer que as informações são de extrema importância e vão gerar uma série de trabalhos para nós, parlamentares. Lamento, portanto, não estar ouvindo, neste instante, o que está sendo falado no plenarinho, respeitando obviamente todos os parlamentares.

O R. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, desejo cumprimentar de forma carinhosa o deputado Jorginho Mello, que amanhã deixará temporariamente o cargo de presidente, para, na sexta-feira, assumir o cargo de governador do estado de Santa Catarina. De 9 a 19 de outubro ele exercerá a função de governador.

Saudamos os deputados Nilson Gonçalves, José Natal, Giancarlo Tomelin e os colegas da bancada do PSDB que sempre estão presentes na sessão. E na semana que vem vou ausentar-me da Assembleia por motivos particulares, e o deputado Giancarlo Tomelin irá exercer a liderança. S.Exa. tem entusiasmado todos os militantes do nosso partido pelo seu trabalho.

Quero cumprimentar também um peessedebista que se encontra nas galerias da Casa, ex-prefeito de Urubici, Antônio Zilli, que também todo o povo da cidade das hortaliças, da maçã, do vinho e de gente trabalhadora que tem contribuído bravamente para a economia do estado.

Em Urubici está executada a rodovia que ligará aquele município a Tubarão, através da serra do Corvo Branco, passando por ali sua economia mais facilmente, de forma barata, para a região consumidora de Tubarão, o que irá facilitar aos produtores de hortaliças e a outros produtores. Enfim, saudamos todos os moradores de Urubici em nome do ex-prefeito Antônio Zilli.

Srs. deputados, ouvi atentamente o pronunciamento do deputado Professor Grando, que destacou o abandono da atividade agrícola por trabalhos na área urbana. Realmente, essas pessoas muitas vezes vêm à cidade para ganhar menos.

Na semana passada, passei por algumas cidades como Saudades, Saltinho, Bom Jesus, Campo Erê, São Lourenço do Oeste e pude ver alguns agricultores que plantam fumo e que com 40 mil, 50 mil pés de fumo produzem 400 arrobas e vendem o fumo a aproximadamente R\$ 6,00 ou R\$ 7,00 o quilo. Isso corresponde a R\$ 30 mil, R\$ 40 mil, R\$ 50 mil por ano.

Esses agricultores ainda possuem 20 vacas leiteiras, que garantem todo mês, pelo menos, R\$ 2,5 mil no leite vendido. Ou seja, quatro mil litros, cinco mil litros de leite, a R\$ 0,60 o litro, é barato, mas pela quantidade acabam dando uma renda bruta de R\$ 2,5 mil a R\$ 3 mil por mês. E se somarmos o que ele ganhou com o fumo ao que ele ganhou com o leite e ainda com o pouco que produz de milho, feijão e outros produtos, tirando ainda todo o gasto da casa, com suínos, bovinos, enfim, o agricultor consegue tirar por mês de R\$ 4 mil a R\$ 5 mil. E isso cobre toda a família. Mas se ele vier para a cidade, quanto vai ganhar? Nunca ganhará isso.

Sendo assim, por que esse agricultor não quer continuar morando em Saltinho, em Santa Terezinha do Progresso, em Maravilha, e quer vir para Chapecó, para Blumenau, para Joinville? Por que ele quer sair de lá para vir para a cidade grande?

Na verdade existe um procedimento de esvaziamento do interior. Por exemplo, quanto ao FGTS que todos nós recolhemos e que muitos trabalhadores nessas cidades pequenas também recolhem, se passarmos lá e olharmos o que o Fundo de Garantia fez de investimento nessas cidades pequenas nos últimos 10, 15 ou 20 anos, vamos ver que não

aconteceu nada, que não existe nenhum investimento com o FGTS nessas cidades pequenas. Na verdade o dinheiro é recolhido lá, mas os investimentos acontecem, principalmente, nas cidades grandes, na construção civil, preferencialmente.

Se formos analisar a questão da saúde, o sonho do prefeito de Nova Erechim, por exemplo, é ganhar mais uma ambulância para poder transferir os pacientes para Chapecó, para Blumenau, enfim, para outra cidade, porque nos hospitais que lá existem é praticamente inviável o atendimento de acordo com as necessidades.

Existe o abandono dos órgãos públicos com relação ao interior, o que faz com que as pessoas fujam da atividade agrícola. Porque mesmo morando em favelas nas grandes cidades muitas vezes é melhor do que o centro da cidade do interior. Lá não existe sinal de celular, não existe internet banda larga, é necessário viajar de 200 a 300km para ter atendimento médico; para ir à escola, muitas vezes a criança fica dentro de um ônibus por duas ou três horas, a cada dia, só para ir e vir.

Digam-me, por exemplo, qual a favela em que não funciona celular? Qual a favela que não possui internet? Quanto à saúde, o cidadão toma o ônibus no pé do morro e chega ao hospital e, mesmo passando muito trabalho na fila do SUS, acaba sendo atendido. A distância percorrida até a escola é bem menor em qualquer favela de Santa Catarina.

Não estamos fazendo propaganda da favela, estamos colocando que o nosso interior está pior do que a favela, pelo abandono, seja na saúde, na educação, na comunicação, no celular, na internet, enfim, tudo isso vai motivando as pessoas a abandonarem a terra mais bonita para eles, que é a terra onde nasceram, que usam para produzir a sua subsistência, para produzir alimentos para todos e que até lhes dá uma lucratividade razoável. Mas pela falta de infraestrutura social as pessoas são impelidas a abandonar essas cidades tão bonitas.

Em Santa Catarina, dos 293 municípios, em pelo menos 90 não funcionam telefones celulares, internet. E naturalmente isso vai desestimulando as pessoas que lá estão. Por isso, precisamos buscar uma política para inverter isso, até mesmo na questão habitacional.

O governo federal lançou o programa Minha Casa, Minha Vida e esqueceu que nas cidades pequenas também existe a necessidade de moradias, uma deficiência grave de habitação, já que no caso esse programa pretende atender às cidades com mais de 50 mil moradores. E em Santa Catarina apenas 20 cidades têm mais de 50 mil habitantes, sendo que 273 cidades não têm esse número de moradores; portanto, estão fora desse programa.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, com a sua benevolência, eu gostaria apenas de registrar, já que não pude fazer uso da palavra nesta tarde, a satisfação de participar nesta manhã da abertura do Parlamento Jovem.

Foi muito bom ver jovens de diferentes regiões do estado de Santa Catarina e lembrar de meus anos escolares, dos quatro

anos que passei na região serrana. Inclusive, vejo jovens de Lages, da Escola Aristiliano Ramos, onde também estudei. É claro que naquele tempo não tivemos a oportunidade que esses jovens estão tendo agora. Então, vê-los aqui, nesta tarde, no Parlamento, é para nós uma prova de que ainda existe esperança para o cenário político.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Parabéns, deputado Ismael dos Santos.

Não há mais oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 090ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Antônio Aguiar - Círio Vandresen - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jailson Lima - José Natal - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Professor Grand - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sílvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Registra a presença do reverendo Ferreira, presidente do Centro Terapêutico Vida, de Blumenau.

Breves Comunicações

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Analisa projeto que transfere ensino infantil e fundamental para o município.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pronuncia-se a respeito da 1ª Conferência Nacional de Comunicação; critica a UFSC por proibir a publicação do livro *Terrorismo de Estado na Colômbia*.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Anuncia sua licença de 60 dias; ressalta os investimentos do governo federal no estado; comenta a pesquisa do Instituto Mapa sobre as próximas eleições majoritárias; manifesta sua satisfação pelo Brasil sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Alerta para a urbanização do país e do mundo.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Comunga da preocupação com o êxodo rural.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Alerta para problemas futuros com a Barragem do Rio São Bento em função do aumento desordenado da cultura de arroz irrigado na região; manifesta preocupação com o futuro da Barragem do Rio do Salto.

Partidos Políticos

DEPUTADO VALMIR COMIN - Advoga a causa da implantação de um terminal de gás da Petrobras em Imbituba; defende a instalação de um porto na foz do rio Araranguá.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Faz uma reflexão sobre a Guerra do Contestado.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Ressalta os reflexos da Guerra do Contestado no baixo IDH da região conflituada.

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Parabeniza Escola do Legislativo pela 8ª edição do Parlamento Jovem; refere-se a requerimento de sua autoria, que solicita apoio à retomada da contratação de mão de obra avulsa nos portos catarinense; pede o cumprimento da Lei do Jovem Aprendiz.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Relata o trabalho do vereador Leonel José Pereira através do Projeto Criança Esperança, em Palhoça.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Dá o seu testemunho do grande

trabalho social do vereador Leonel José Pereira, em Palhoça.

DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Faz uma reflexão sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, do governo federal; sugere a alteração do art. 1º da Lei n. 12.282/2002.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Parabeniza o deputado Círio Vandresen pelos temas que defende na Alesc.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Parabeniza o professor Marcelo Batista de Souza, que foi reeleito presidente do Sinepe.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Critica a situação do Samu em Joinville; revela sua indignação com a ação do MST na invasão de fazenda no interior de São Paulo.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Critica os administradores públicos que não priorizam a saúde.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Registra a posse do deputado Jorginho Mello como governador interino.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Registra o espírito democrático do governador Luiz Henrique.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Condena a ação do MST.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Sauda alunos e professores da Escola Municipal Professora Lacy Luiza da Cruz Flores, de Joinville.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Discorre sobre a importância estratégica da estrada bioceânica.

DEPUTADO VALMIR COMIN (pela ordem) - Registra a presença do vereador Osmar Manoel dos Santos, de Içara, e do ex-vereador Francisco Hortêncio, do futuro município de Rincão.

Explicação Pessoal

DEPUTADO RENO CARAMORI - Dá conhecimento de correspondência recebida da Acic, de Concórdia; coloca sua posição pela compra de vagas universitárias pelo governo do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, permita-me registrar

a presença do reverendo Ferreira, presidente do Centro Terapêutico Vida, uma casa de reabilitação para dependentes químicos da cidade de Blumenau.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Em primeiro lugar, nossos parabéns ao deputado Gelson Merísio, que a partir de hoje assume a Presidência da Assembleia Legislativa.

Sra. deputada, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero saudar todos os que estão nas galerias desta Casa visitando e acompanhando os trabalhos da Assembleia Legislativa.

Eu acompanhei, hoje pela manhã, uma reportagem sobre uma escola, no interior do Brasil, feita de taipa, de chão de barro, sem carteiras adequadas. E aquela era uma escola municipal. Pela Constituição, o município é responsável pelo ensino fundamental de 1ª a 8ª séries, inclusive o ensino infantil. O estado é responsável pelo ensino médio e a união, pelo ensino superior. Olhando assim, qual é o tipo de atendimento que acontece nos municípios? Pelo Fundeb, todo aluno, em cada estado, passa a ter um determinado valor, que agora é em torno de R\$ 1.370,00 a R\$ 1.400,00/ano, que é repassado. Se o aluno está matriculado na escola municipal, o Fundo Estadual de Educação de cada estado repassa para o município que tem a criança matriculada. Se essa criança está matriculada no estado, o Fundo Estadual de Educação repassa para o Tesouro do Estado manter a educação desse aluno.

Só que isso não está acontecendo devidamente nos municípios. Nós ainda entendemos que os municípios mais pobres acabam tendo um atendimento menor na educação do que os mais ricos, que têm maior arrecadação. E, aliás, nós já levantamos tantas vezes a necessidade de se corrigir algumas distorções, como a distorção da arrecadação dos municípios. Destacamos que existem municípios que arrecadam até cinco vezes mais do que outros, seja medindo percentualmente, seja através do *per capita*. Se todos os municípios tivessem a mesma população, haveria diferença, em valor absoluto, de até cinco vezes a arrecadação de um para outro. Essa injustiça, em nome da lei, é praticada dia-a-dia e com isso os municípios pobres acabam tendo serviços da educação municipal piores, do tipo desse que o *Bom Dia*

Brasil apresentou hoje pela manhã. E há, sim, que se fazer algo com urgência para resolver isso.

Agora o estado de Santa Catarina está atendendo uma exigência constitucional, ou seja, a transferência de todo o ensino fundamental para o município. O estado ficaria só com o ensino médio, e naturalmente o ensino superior ficaria para a união. Na verdade, na prática eu imagino que isso é difícil acontecer para darmos qualidade ao ensino, principalmente ao ensino fundamental. Mas precisamos insistir para que isso venha de fato a ocorrer.

O secretário de estado da Educação, Paulo Bauer, tem-se empenhado em encontrar uma forma para que os municípios aceitem essa programação de transferência de todas as crianças do ensino fundamental de 1ª a 8ª séries para o município. E na opinião da secretária da Educação as transferências seriam feitas gradativamente: no ano que vem, a 1ª série; em 2011, a 1ª e a 2ª séries; em 2012, a 1ª, a 2ª e a 3ª séries. E assim, da 1ª até a 8ª séries todas as crianças do ensino fundamental que estiverem matriculadas no estado passarão para escolas municipais.

Com isso, o estado terá que dar um grande apoio aos municípios para eles se equiparem. E existe essa vontade. O problema é quando acontece isso na prática. O município reclama, pois se for feita a transferência gradativa do ponto de vista de logística dentro da escola, como é que o município vai contratar só professores da 1ª série e no ano que vem vai contratar professores para atender a 1ª e a 2ª séries, e assim por diante?

É essa logística que é difícil para o município, pois ele vai ter uma escola que vai atender no primeiro ano um determinado número de séries; depois, no ano seguinte, vai ter uma escola um pouquinho maior; no outro ano, um pouquinho maior; e assim por diante até completar os oito ou nove anos do ensino fundamental.

Na logística vejo que os prefeitos têm razão, sim. Nós precisamos transferir por inteiro todo o ensino fundamental, e não apenas ano a ano, ou seja, todo ano uma série a mais, porque dentro da logística isso seria muito difícil.

O estado alega que, se fizer a transferência em bloco da escola inteira, como é que ficará a questão funcional dos professores? Os professores, hoje, são funcionários do estado. E se a escola passar a ser municipal, haverá um grande número de professores na escala da secretária estadual de Educação sem ter o que fazer, porque não haverá mais escola - só sobrou a de 2º grau.

De forma que há, sim, que fazer um estudo urgente para encontrar uma forma, e aí poderemos responsabilizar melhor cada ente público. No município, com relação à escola de ensino fundamental, a população irá reclamar diretamente com o prefeito e os vereadores. Enfim, a sociedade de cada município vai cobrar das suas autoridades municipais a boa eficiência na escola de ensino fundamental.

Por outro lado, com relação ao ensino médio, a sociedade inteira vai saber que o ensino médio será cobrado do deputado, do governo do estado, do secretário estadual de Educação. E o ensino terciário, o ensino universitário, passará, então, a ser exclusivamente do governo federal.

Ontem ou anteontem fizemos aqui uma discussão sobre a ampliação da Udesc, que o estado faria a ampliação da Udesc para outras regiões do estado, além de Florianópolis. Ela já existe em algumas cidades, mas queriam ampliar o atendimento,

capilarizar a Universidade Estadual de Santa Catarina para diversas outras cidades.

Lembro-me que no Rio Grande do Sul existem de fato algumas universidades estaduais, mas a verdade é que, infelizmente, o sistema está caótico, falido. O estado do Rio Grande do Sul não consegue manter o ensino fundamental, como exige a Constituição, e o ensino universitário, uma vez que há várias universidades, acabou não conseguindo manter.

E discutíamos aqui que mais importante do que ampliar a Udesc é aproveitar o Sistema Acafe, pois já temos universidades praticamente no estado inteiro, está bem capilarizado o ensino universitário. Para construir o prédio de uma universidade e montar todo o corpo docente há um alto custo para o início e um alto custo para a manutenção, para a parte operacional.

Seria, talvez, muito mais interessante se o estado comprasse vagas através do art. 170, que hoje injeta R\$ 34 milhões ou R\$ 40 milhões, mas que deveria injetar R\$ 100 milhões e atender um maior número de estudantes.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Inscrito para falar o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TV Assembleia e ouvintes da Rádio Alesco Digital, tenho dois assuntos para tratar na manhã de hoje. Um deles refere-se à realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, que está sendo realizada em todos os estados da federação, começando, é evidente, pelas etapas municipais, posteriormente haverá as etapas estaduais e, por fim, nos dias 1º, 2 e 3 de dezembro, a etapa nacional.

Nós, no estado de Santa Catarina, estamos um tanto atrasados com relação a esse processo da conferência de comunicação, principalmente porque não houve interesse por parte do governo do estado de fazer um decreto convocando e estabelecendo as regras, conforme definição nacional, para a 1ª Conferência de Comunicação.

E este é um fato que já chama a atenção: por que o governo do estado, através do secretário de Comunicação, não tem interesse de que seja realizada no estado de Santa Catarina a 1ª Conferência de Comunicação?

Chama a atenção também por que boa parte dos grandes meios de comunicação, principalmente, não moveu uma única palha, um único dedo no sentido de que fosse marcada a conferência. Além disso, nos meios de comunicação muito pouco ou nada se fala da 1ª Conferência de Comunicação. Isso, sem dúvida, é motivo para uma boa reflexão.

E não foi por falta de aviso, não foi por falta de os setores sociais interessados nesse assunto procurarem o governo do estado, o secretário Derly Anunciação, pessoalmente, várias vezes. Foram protelando, protelando, esgotou-se o prazo, foram concedidos mais 15 dias, esgotou-se novamente o prazo e não houve o decreto de convocação. Essa é a realidade que a sociedade catarinense precisa saber, apesar de os meios de comunicação, como já falei, não estarem falando do assunto.

Por conta disso, a comissão organizadora nacional, por portaria, nomeou uma comissão organizadora estadual formada por 13 titulares e 13 suplentes. Nesse número encontra-se, inclusive, este parlamentar, na

condição de suplente, pois o titular é o deputado Padre Pedro Baldissera. Fomos nomeados pela comissão organizadora nacional da 1ª Conferência de Comunicação realizada em nosso país.

Já há um cronograma para as etapas municipais, no vale do Itajaí, no sul do estado, no oeste e no norte. Várias cidades já têm data e programação para a realização da etapa municipal da conferência a ser realizada neste mês de outubro, indo até o início de novembro, até porque, em cima da hora, às pressas, como acabou ficando esse debate em Santa Catarina, a 1ª Conferência Estadual de Comunicação terá que acontecer nos dias 7 e 8 de novembro. Ou seja, correria no mês de outubro para realizar as municipais; correria para realizar a estadual nos dias 7 e 8 de novembro, porque haverá a etapa nacional nos dias 1º, 2 e 3 de dezembro. Tudo por conta da falta de interesse dos órgãos responsáveis do estado para que a população, os trabalhadores, os jornalistas, os profissionais de comunicação, a sociedade civil e os próprios empresários, as próprias empresas dos meios de comunicação possam realizar esse debate.

Inclusive, não se entende por que as empresas não estão tendo muito interesse, uma vez que o critério estabelecido nacionalmente é que o setor empresarial de comunicação terá a possibilidade de ter 40% dos delegados na 1ª Conferência Nacional, outros 40% serão da sociedade civil, o que incluiu os profissionais independentes da área da comunicação, e os 20% restantes, serão formados por gestores públicos, que seriam as Câmaras Municipais, as Prefeituras Municipais, as Assembleias Legislativas e, inclusive, o governo federal. Ou seja, é um critério bastante benevolente, inclusive para as empresas de comunicação.

Mas está havendo um silêncio bastante simbólico e significativo com relação a esse assunto em nosso estado, o que, segundo soubemos, não é exclusividade de Santa Catarina. É evidente que é necessário debater a questão da comunicação em nosso país; é evidente que precisamos colocar questões importantes no debate acerca da comunicação, porque o nível de democracia de uma sociedade depende das possibilidades e do acesso que a população e os diferentes setores da sociedade tenham aos meios de comunicação.

Liberdade de imprensa, na nossa compreensão, é mais do que o direito de meia dúzia de famílias que detêm o monopólio das empresas de comunicação escreverem, divulgarem e falarem o que quiserem. Liberdade de imprensa é a possibilidade de todos os setores da sociedade poderem ter a sua opinião divulgada nos principais meios de comunicação. Isso, sim, é liberdade de imprensa.

Portanto, queremos deixar patente desta tribuna a importância da realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, cuja etapa estadual, como já falei, será nos dias 7 e 8 de novembro, e a etapa nacional nos dias 1º, 2 e 3 de dezembro, em Brasília.

Outro assunto, srs. deputados, que desejo abordar é sobre a moção, aprovada aqui na última terça-feira, de repúdio à reitoria da Universidade Federal do Estado de Santa Catarina e ao Conselho Editorial da editora da UFSC, por terem vetado, rejeitado, a publicação do livro *O Terrorismo de Estado na Colômbia*, cujo autor é o colombiano Hernando Calvo Ospina. O professor de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Waldir Rampinelli, que coordena a publicação de uma coleção da editora da UFSC, propôs a

publicação desse livro, evidentemente que traduzido para a língua portuguesa. Esse livro não foi publicado na Colômbia, justamente porque fala do terrorismo de estado naquele país. Mais do que isso, o autor do livro, Hernando Calvo Ospina, não mora na Colômbia, mora na França, porque se ele colocar os pés na Colômbia será assassinado, uma vez que ele denuncia essas questões naquele país.

Esse livro foi publicado na Venezuela. E aí alguns poderão dizer: "Claro, na Venezuela do Chávez". Mas não só na Venezuela, foi publicado também na Espanha e na própria França. Mas aqui no Brasil o conselho da editora da Universidade Federal de Santa Catarina se recusou a publicar esse livro. Isso é um absurdo porque uma universidade financiada com dinheiro público tem que se preocupar em reproduzir e difundir todos os espectros de idéias, de trabalhos, de pesquisas de todas as naturezas que eventualmente apareçam.

Toda a relatoria de dois pareceristas de renome nacional, um de Santa Catarina e outro do Rio Grande do Sul, é favorável, mas o conselho da editora da UFSC vetou por uma razão ideológica, e é muito grave que isso esteja acontecendo na nossa Universidade Federal de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Inscrito para falar o sr. deputado Décio Góes, do Partido dos Trabalhadores, da bela e santa cidade de Criciúma, na região sul, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, Criciúma é, inclusive, a cidade onde v.exa. nasceu e que tem muito orgulho de tê-lo visto como prefeito de Rio do Sul e agora como deputado de Santa Catarina.

Srs. deputados, hoje estou fazendo a minha última intervenção, pois estarei ausente durante 60 dias cumprindo o rodízio da bancada do Partido dos Trabalhadores, que possibilitou que os nossos seis primeiros suplentes pudessem assumir pelo prazo de dois meses para ter a experiência de estar no plenário da Assembleia Legislativa e colaborar com a melhoria do Parlamento catarinense.

A partir de terça-feira, o deputado Vânio dos Santos, que já ocupou uma cadeira na Câmara Federal e nesta Casa, na legislatura passada, ocupará o meu lugar. Ele, que faz parte do alto comando da Caixa Econômica Federal, tem muito a contribuir e certamente vamos ganhar bastante com a sua passagem, assim como está acontecendo com o deputado Círio Vandresen, que também está passando por essa experiência.

Quero agradecer toda a acolhida que tive na Casa e dizer que no dia 12 de dezembro estarei de volta. Nesse período vou cumprir uma agenda extensa no sul do estado, vou-me dedicar um pouco mais ao meu escritório de arquitetura em Criciúma e vou dar um pouco mais de atenção à minha família. Em contato com a nossa região, vamos coletar um conjunto de informações para depois voltarmos preparados e com toda a energia para enfrentar o último ano de mandato.

Deputado Círio Vandresen, essa foi uma semana interessante. Iniciamos com uma crise no turismo, com o pedido de demissão, em caráter irrevogável - e estou dizendo isso porque me chamou a atenção como presidente da comissão de Turismo e Meio Ambiente -, do presidente do Conselho Estadual de Turismo. Ele acusa o estado de pulverizar os recursos com eventos duvidosos, o que no estado todos

sabem, deixando de realizar investimentos estruturantes no setor, como a formação profissional, a preservação ambiental, o estudo técnico da preservação do litoral, os planos de desenvolvimento sustentável, o plano de gerenciamento costeiro, o plano de recursos hídricos, o levantamento ecológico e econômico, o levantamento florestal. O governo do estado deveria ter aplicado recursos em projetos que consolidassem Santa Catarina com uma economia importante, pujante. Contudo, não tomou essas providências e o desenvolvimento vai indo sem planejamento e deteriorando todo o nosso ambiente.

É bom lembrar aos catarinenses que o governo do estado nos deve o envio de projeto regulamentando o pagamento dos serviços ambientais. A aprovação desse dispositivo no Código Ambiental foi fruto de um grande movimento que envolveu os pequenos agricultores, na esperança de que lhes pagariam por serviços ambientais prestados na preservação das APPs, das reservas legais, no manejo sustentável das suas propriedades. Mas até agora não vimos nenhum sinal de que o governo vai encaminhar à Casa esse projeto.

Na questão das verbas da união para os desastres naturais, não vi nenhum recurso do estado. O governo federal já mandou mais de R\$ 1,2 milhão, fora a liberação do FGTS. Isso significa quase o investimento da BR-101. Lá em Jacinto Machado há uma ponte que foi danificada, mas ainda não conseguiram fazer a restauração da mesma, para a qual está prevista a verba de R\$ 500 mil. Ela vai acabar caindo e vão gastar mais de R\$ 3 milhões para refazê-la. É um impasse, pois os recursos federais já estão na conta e não chegam à cidade. O PMDB faz política dizendo que a prefeitura é que tem que executar a obra, mas o dinheiro está depositado na conta do estado e ficam fazendo disputa política. É incompetência e é lamentável que isso esteja acontecendo. Então, apelamos para que se resolva essa questão.

Sr. presidente, quero dizer que não concordo com a visão privatista do sr. Lírio Parisotto, sócio da Celesc, mas sou obrigado a dar guarida para os vários questionamentos que ele fez, porque questões como tabus acerca de desempregos, prestação de favores e tratamento privilegiado não condizem com uma empresa como do porte da Celesc. O que estão fazendo nas SDRs não condiz com a Celesc e precisamos ficar mais atentos em relação a essa estatal tão importante para o desenvolvimento catarinense.

Mudando de assunto, foi publicada esta semana saiu uma pesquisa do Instituto Mapa, que repercutiu na comunidade catarinense e levantou várias incertezas dentro da triplíce aliança. Já os nossos pré-candidatos mostraram bom desempenho, como a senadora Ideli Salvatti, o deputado Cláudio Vignatti e a pré-candidata Dilma Rousseff. A pesquisa mostrou ainda que todos os candidatos são viáveis e que é importante que cada partido grande saia com uma candidatura, para mostrar ao povo catarinense quais as diferenças entre os vários projetos.

Parabenizo o presidente Lula por ter colocado nosso país num patamar mundial muito importante, viabilizando a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Só conseguimos isso em virtude da credibilidade internacional do Brasil, conquistada pelo presidente Lula nos últimos tempos. Esses dois eventos são ótimas oportunidades para fazer grandes investimentos.

Na semana passada estive em Brasília e vi o projeto de transporte de alta velocidade, que vai ligar Campinas, em São Paulo, ao Rio de Janeiro. Então, são investimentos dessa ordem, dessa magnitude, que o país vai atrair. É uma grande oportunidade de revitalizar o Rio de Janeiro, uma cidade espetacular, e de grandes investimentos para o Brasil. Eu tenho certeza de que vamos transformar a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 em grandes motes de...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Só para complementar, quero dizer que sou um cidadão sideropolitano, criciumentense e rio-sulense.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Professor Grandó, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas, em 2010 qual será o número de habitantes na parte urbana do Brasil? Serão 172 milhões de pessoas. De 2000 a 2010, portanto, nesta última década, 30 milhões de brasileiros saíram do interior, do campo, e foram para as cidades. Isso é muito grave. A partir de 2010 teremos somente 26 milhões de brasileiros no campo, no interior.

Isso nos preocupa porque não é um fato isolado, somente do Brasil. As Nações Unidas fizeram um estudo e constataram que, por dia, no mundo todo, 200 mil pessoas saem do interior, da atividade agrícola, e vão para a região urbana procurar emprego. Duzentas mil pessoas por dia fazem isso no mundo todo! Mais de seis milhões de pessoas por mês se transferem do setor vinculado à agricultura para o setor urbano! Isso faz com que países passem a ter dois terços, ou seja, mais da metade de pessoas vivendo em favelas. O Brasil já atinge o percentual de 30% de pessoas nessas regiões urbanas, que vêm do interior e vivem em favelas.

Esses dados nos permitem ter posicionamentos políticos muito claros. Por exemplo, o Brasil tem que, urgentemente, adotar a política da descentralização que o nosso governador, de forma pioneira, está fazendo no nosso estado. É preciso descentralizar, levar o poder às pessoas humildes do interior. E não só o poder, mas melhores condições de vida, assistência médica, assistência técnica, cultura e educação. Caso contrário essas pessoas procurarão opções de sobrevivência que criarão cada vez mais dificuldades na administração e no planejamento das nossas cidades.

Eu cito um exemplo para que possamos analisar. Nós sabemos que o programa habitacional do governo federal, Minha Casa, Minha Vida, prevê a construção de um milhão de casas, com um investimento de R\$ 34 bilhões. Essas casas serão construídas na região urbana. Eu pergunto: por que esse programa não prevê a construção de casas para os agricultores das regiões mais humildes, onde agora há energia, onde se pode ouvir o rádio, assistir à televisão, tomar um banho quente, enfim, onde já se pode usufruir de todas as benesses que a energia elétrica proporciona? Por que não construir casas para essas pessoas?

Deputado Décio Góes, v.exa., que é arquiteto, sabe que esse programa corre um grande risco de criar guetos nas áreas mais pobres das cidades, construindo casas de pobres onde não há infraestrutura. O que é fazer casas sem infraestrutura? Nós sabemos como são os morros, sem arruamento, sem

esgoto, sem a parte sanitária. É preciso levar para esses locais energia elétrica, comunicação, saúde, trabalho, transporte. As pessoas procuram a área urbana para morar para ter tudo isto, ou seja, trabalho, locomoção, saúde, higiene e isso tem que ser construído com seriedade.

Sabemos que essas são reivindicações antigas, mas elas não estão ocorrendo da forma recomendada pelas Nações Unidas, mas de forma isolada e não planejada num contexto de descentralização, na qual existe a preocupação com o ser humano, com a produção de uma qualidade de vida melhor.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Ouço v.exa., deputado.

O Sr. Deputado Décio Góes - Eu concordo em gênero, número e grau com sua manifestação e uma das dificuldades que as prefeituras apresentam para cumprir as exigências do programa Minha Casa, Minha Vida é fazer uma habitação completa e habitação completa exige infra-estrutura. Inclusive, acho que como há recursos para habitação e normalmente a prefeitura entra com o terreno, acho que o estado poderia ser parceiro na infraestrutura dos municípios para ajudá-los a resolver essa questão.

Agora, o ideal é que isso seja feito também no interior, no meio rural. Não tenho os números no momento, mas depois posso fornecê-los a v.exa., porque também há um programa para a área rural.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Realmente, nós precisamos de uma ação integrada.

De 2000 a 2010, 30 milhões de brasileiros abandonaram o campo, a agricultura e foram para as cidades. As ações integradas entre os governos, federal, municipais e estaduais levaram essas pessoas a procurar a área urbana, obviamente, para terem infraestrutura. Mas isso tem que ocorrer pelo princípio da qualidade de vida - e, inclusive, isso está no programa das Nações Unidas, que são as metas do milênio -, mas também tem que gerar novos empregos. E aí entra a questão do desenvolvimento econômico com suas implicações mundiais em virtude da crise.

Srs. deputados, uma das causas de o PPS ter rompido com o governo federal foi pela sua insistência em manter o superávit primário e não fazer uma reforma agrária digna, como os tempos modernos exigem. Aliás, o Brasil é o único país do mundo que tem condições de fazer uma reforma agrária moderna, pois tem terras disponíveis para isso.

Não é isso que o MST está fazendo, invadindo, e destruindo, não! Ele está fazendo um programa governamental, com 1/3 do preço das reformas urbanas, que é uma maneira de descentralizar e fixar o nosso homem no campo com uma melhor qualidade de vida, com uma produção agrícola melhor, levando as benesses que a civilização moderna oferece, e esse é o papel do poder público.

Alerto a v.exas. que o mundo sofre as consequências do fato de 200 mil pessoas por dia saírem do interior e irem para as regiões urbanas. O Brasil sofre as consequências de 30% de a sua população viver em favelas, desempregada em sua maioria, sem a infraestrutura necessária. Chamo a atenção dos governantes para que realmente uma ação conjunta aconteça nessa direção.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, do PP.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, e srs. deputados, meu conterrâneo sideropolitano, nascido em Siderópolis, aliás, terra pródiga, deputado Décio Góes, porque com dez mil eleitores fez três deputados: o deputado Clésio Salvaro, o deputado Jailson Lima e este deputado.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Na época em que o deputado Jailson Lima nasceu, a cidade de Siderópolis ainda pertencia a Criciúma.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Não, pertencia a Urussanga, terra de um povo determinado e conquistador.

Mas é com muita satisfação que eu registro, nesta manhã, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, a presença dos vereadores de Capivari de Baixo: Fernando Oliveira da Silva, do PMDB, do vice-presidente da Câmara de Vereadores; Jonas Machado dos Santos, do PDT; Onassis da Silva, do PP, meu glorioso Partido Progressista; Ricardo Arboite, presidente municipal do nosso partido.

Sejam bem-vindos. É um prazer e uma honra recebê-los em nosso Parlamento no dia de hoje.

Sr. presidente, eu tive a oportunidade de participar de todo o processo relacionado à construção da Barragem do Rio São Bento e tive também o privilégio de ser presidente da Comissão Parlamentar Especial que acompanhou todos os procedimentos daquela obra, deputado Reno Caramori. Acompanhamos tudo desde o início do processo, inclusive os embargos judiciais, que originaram mais de 1.200 páginas de contestações e de contrapontos.

Mas foi através de uma emenda coletiva do Fórum Parlamentar Catarinense, em uma ação suprapartidária, que conseguimos os recursos federais necessários, com a contrapartida do governo do estado - o governador era Esperidião Amin -, para que aquela obra saísse do papel e se tornasse realidade. Trata-se de uma obra que beneficia toda a região carbonífera, que tem demanda de 350 mil habitantes. Contudo, aquela barragem tem capacidade, numa projeção real, para atender uma demanda de 1,3 milhões de habitantes.

Mas eu trago uma preocupação, a qual já tive a oportunidade, desta tribuna, sr. presidente, de alertar, tempos atrás, o governo do estado, a Casan e a secretaria de Planejamento. Refiro-me a um problema crucial que iremos enfrentar num breve espaço de tempo.

No planejamento da obra foi garantido, dentro dos 524ha, com uma lâmina de água de 0 a 49m no seu vertedouro, abrigar até 1,3 milhões de habitantes e dar condições para irrigar 2.500ha de arroz nas planícies da região carbonífera e parte da região da Amesc. O que ocorre é o desenvolvimento desenfreado, sem planejamento, fez com que, hoje, já existam mais de 6.700ha de arroz irrigado.

Então, não precisa ser um *expert* nem um bruxo ou um vidente para entender que num breve espaço de tempo iremos ter um grande colapso, um grande conflito social, porque são centenas de famílias que se estão desfazendo de outros investimentos para investir na produção de arroz. Paralelamente a isso há um problema gravíssimo, que é o racionamento, em breve espaço de tempo, de água.

Assim, cabe ao governo do estado, através de seus órgãos competentes, da sua secretaria de Planejamento, e aqui faço um

apelo ao secretário Altair Guidi, que se atenha a essa situação, porque acredito que em menos de dez anos nós teremos um impasse sem que se vislumbre uma alternativa, de curto prazo, para resolver esse problema.

Mas é preciso ressaltar também os benefícios para a nossa região dessa obra iniciada no governo de Esperidião Amin e complementada no de Luiz Henrique da Silveira, pois além de se tornar um grande destino turístico, além de regularizar os níveis de água em tempo de cheias e de estiagem, ela garante o abastecimento de água para a população, para a indústria e para a agricultura.

Tivemos a oportunidade de, na segunda-feira próxima passada, em uma parceria da Casan - que, aliás, não faz somente o tratamento e a distribuição de água, já entra no eixo do saneamento, faz também asfalto, vias de acesso - com os municípios de Nova Veneza e Siderópolis, onde está situada a barragem, presenciar a assinatura de um convênio para a licitação da pavimentação asfáltica do acesso da divisa de Nova Veneza até Siderópolis, no valor de R\$ 1,3 milhão. Esse convênio necessitou de medidas autorizadas do Legislativo dos dois municípios, pois Nova Veneza vai ceder o seixo e fazer a sua classificação e Siderópolis, os equipamentos. Já a Casan vai entrar com os recursos para a pavimentação.

Tivemos, sr. presidente, a oportunidade de estar no município de Forquilha, no sul do estado, ocasião em que o presidente da Casan acompanhava a assinatura de contrato com a Prosul, no valor de cerca de R\$ 420 mil, para a elaboração do projeto de engenharia do sistema de esgotamento sanitário do município, que vai exigir recursos da ordem de, aproximadamente, R\$ 24 milhões.

Eu colocava que através da Barragem do Rio São Bento a Casan está pensando em levar água até o município de Turvo, na região da Amesc, no extremo sul do estado. Claro que Turvo merece e precisa disso, não só Turvo, como Ermo, Meleiro, Jacinto Machado, Timbé do Sul e tantos outros municípios que, no nosso entendimento, estão agrupados à concepção da Barragem do Rio do Salto. E nossa dúvida é a seguinte: será que levando água da região carbonífera para a Amesc, região que será beneficiada pela Barragem do Rio do Salto, que ainda não saiu do papel (estão garantidos recursos do PAC, só necessitamos da contrapartida do estado), não vai diminuir a intensidade do trabalho que está sendo feito em cima da nova barragem, que prevê um investimento de aproximadamente R\$ 56 milhões?

Nós, da bancada progressista, estamos fazendo esse questionamento, através de um pedido de informação a ser enviado ao governo do estado, através da Casan, a fim de que ele preste os devidos esclarecimentos sobre essa situação. Porque o que se coloca, os rumores que temos ouvido e o que o presidente da Casan tem colocado, é que o problema está na Fatma, na Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina.

É uma obra necessária, os recursos estão garantidos no PAC, Programa de Aceleração de Crescimento, mas estamos vendo que podemos perder tempo e, o que é pior, os recursos.

Era isso, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O tempo será dividido entre o deputado Valmir Comin e o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, amigo de bancada Reno Caramori, já tive a oportunidade de fazer uma manifestação, nesta Casa por duas vezes consecutivas e volto a fazê-la.

Eu participei, na Fiesc, no início do ano, de uma conferência na qual estiveram presentes, além da senadora Ideli Salvatti e do senador Neuto De Conto, vários integrantes do governo, deputados deste Parlamento e deputados federais. Lá tivemos a presença da diretora de Energia da Petrobras, Maria da Graça Foster, que colocou que no plano de investimento estratégico da sua empresa estariam elencados os municípios de São Francisco do Sul e Imbituba para a implantação de um terminal de gás, em nível de Brasil, em função de dados e estudos técnicos e geográficos.

O questionamento que fizemos é que, sendo o governo Lula um governo que trabalha na linha, na vertente da inclusão social, inclusive esse é o seu lema mais forte, o *marketing*, o *slogan* de todas as suas propostas de governo, o norte do estado é uma região desenvolvida, com um PIB maior do que o PIB chinês, proporcionalmente falando, crescendo de 10% a 12% ao ano, enquanto o sul do estado cresce de 2,5% a 2,7%. Com isso está havendo um distanciamento entre as regiões, pois o norte, pelas suas características e pela sua infraestrutura, com quatro portos, Itajaí, Navegantes, São Francisco do Sul e Itapoá, pelos aeroportos, pela BR-101 duplicada e, evidentemente, pelo empreendedorismo, pela determinação de seu povo e da sua gente, vem-se destacando e desenvolvendo mais aceleradamente.

Mas, como eu dizia, tendo o governo Lula uma administração voltada à inclusão social, o apelo que fazemos é que os estudos da Petrobras sejam bem detalhados, bem profundos, porque essa obra no norte do estado, nada contra, será uma obra a mais, ao passo que no sul será uma grande alavanca de desenvolvimento. Um investimento de US\$ 2 bilhões no sul de Santa Catarina, mais precisamente em Imbituba, deputado Décio Góes, com certeza vai injetar gás no desenvolvimento, na economia da região e vai fazer a diferença na vida das pessoas, até porque investimentos futuros ocorrerão no entorno dessa obra da Petrobras.

Então, apelamos a esta Casa e ao governo do estado para que intercedam junto a nossa bancada federal, junto a nossa senadora e aos nossos senadores, no sentido de que analisem essa questão, porque é um investimento que vai acontecer necessariamente em Santa Catarina, mas que pode ser decisivo para o sul catarinense.

Eu tenho certeza de que as questões técnicas estão dentro dos parâmetros necessários e todas as ações têm viabilidade técnica e econômica. A questão política é que precisa estar na vanguarda desse processo. E vejo com muita expectativa e muita esperança, porque estamos executando a duplicação da BR-101, que é o corredor do Mercosul, que vai desafogar o tráfego, que vai levar novos investimentos para a nossa região. Assim, isso associado a uma obra de grande monta, de caráter macro, representará a verdadeira inclusão social que o governo federal, através da Petrobras, poderá proporcionar ao sul de Santa Catarina.

Quero dizer que temos um porto não com uma dimensão tão avantajada, mas com

um dos melhores calados do estado de Santa Catarina. E quero voltar a falar sobre esse tema numa próxima oportunidade, principalmente depois que li, do dr. Batista Pereira, *Estratégias e Alternativas para o Sul de Santa Catarina*, no qual ele mostra como a nossa região pode desenvolver-se e crescer, através de uma visão empreendedora, e cita a foz do rio Araranguá, a fixação da barra e o porto desembocando no mar em direção ao mundo.

Lendo os relatos de um amigo meu, Everaldo Scaini, geólogo do sul do estado, um grande conhecedor da matéria, tive acesso a um estudo feito entre 1951 e 1952 por engenheiros franceses, que diagnosticaram a condição da implantação do maior porto do sul do Brasil em Araranguá, com uma dimensão mais de 150m de largura, com um calado de mais de 16m de profundidade, que poderia escoar toda a produção inclusive do sul do Brasil.

Além disso, desde 1942 estudos já diagnosticaram que a melhor opção de escoamento da produção, desde o porto do Rio Grande ao sul de Santa Catarina, em função da otimização dos custos e da acessibilidade, seria o porto da foz do rio Araranguá. Inclusive, os estudos sobre o transporte de carvão sempre comprovaram ser Araranguá a melhor alternativa, porém por influências outras o porto acabou sendo construído em Imbituba.

Por isso, quero ter a oportunidade de discorrer sobre esse assunto, um tema importante neste mundo globalizado, pois um navio que fica ancorado no porto de São Francisco ou de Itajaí paga US\$ 35 mil por dia, por não haver logística e equipamentos suficientes para fazer a descarga ou o carregamento. Aliás, Cingapura que o diga, eis que navios de pequeno porte já são inviáveis naquele porto e somente são aceitos navios de grande porte, de grande calado.

Portanto, se temos essa alternativa, por que não utilizá-la? Se há viabilidade técnica, se existe viabilidade econômica, essencialmente o que falta é ação, é vontade política!

Era isso, sr. presidente e srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TV Assembleia Legislativa, nossos ouvintes da Rádio Aleisc Digital, nesse tempo dedicado aos partidos quero, deputado Cirio Vandresen, fazer uma reflexão sobre a Guerra do Contestado, porque o dia 12 de outubro é uma data marcante, já que nesse dia, em 1912, teve fim esse conflito que fez história em terras catarinenses e paranaenses. De fato, foram quatro anos de conflito.

Sendo assim, hoje, no Senado Federal, numa iniciativa do senador Raimundo Colombo, está sendo feita uma sessão especial em memória da Guerra do Contestado, o que acho legítimo, assim como essa nossa intervenção no Parlamento catarinense sobre essa temática, sobre esse conflito armado que envolveu a população interiorana, cabocla, os representantes do governo federal e também do governo estadual.

Foram várias as razões da Guerra do Contestado, começando com a questão da regularização da posse de terras, passando pela insatisfação da população com as políticas públicas no interior de Santa Catarina

e chegando à famosa construção da estrada de ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul, passando necessariamente por Santa Catarina.

Então, faço essa homenagem a todos os habitantes do meio-oeste catarinense que fazem parte dessa história, que envolveu principalmente a construção daquela ferrovia. É claro que houve também um elemento religioso, o messianismo, na figura de três monges, pelo menos se intitulavam assim na época, deputado Cirio Vandresen: o famoso monge João Maria, que viveu até 1870, um peregrino, tido como santo na região; depois, Atanás Marcaf, que era de descendência síria, mas que também assumiu a alcunha de monge João Maria e que viveu até 1908; e finalmente tivemos uma terceira figura, o José Maria de Santo Agostinho. Este, sim, acabou envolvendo-se de forma mais direta, pois foi o mentor não só intelectual, mas o grande líder dos rebeldes na época e acabou morrendo também no dia 12 de outubro de 1912, quando findava o conflito.

A Guerra do Contestado envolveu mais de dez mil soldados rebeldes, contra sete mil soldados do governo e mil civis contratados. Diz a história, não se tem números exatos, que pelo menos 50% desses soldados rebeldes foram mortos, talvez cinco mil, seis mil, sete mil, até oito mil do chamado Exército Encantado de São Sebastião. Talvez até mais do que isso, confirma aqui o deputado Reno Caramori. Houve também cerca de 800 baixas no Exército do governo.

É claro que essa guerra, além de estabelecer o acordo acerca dos limites entre o governo do Paraná e o governo de Santa Catarina, serve, hoje, para resgatarmos referências históricas, econômicas, culturais e até turísticas. Há, inclusive, o roteiro turístico do Contestado, uma região que orgulha todos nós, catarinenses, sobretudo o meio-oeste do estado.

Fica, então, o registro da memória dessa data que, sem dúvida, precisa ser lembrada por todos os catarinenses.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não, ouço v.exa. que é da região.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. realmente relata uma guerra que afeta até hoje o índice de desenvolvimento humano da nossa região. Até hoje sofremos as consequências dessa grande catástrofe, pois quando da construção da ferrovia houve a expulsão dos colonos que lá estavam. Existiu também a parte sentimental e religiosa, em que apareceram os monges, a Virgem, mostrando uma história muito comprida e muito bonita. E os livros divergem sobre os fatos históricos, pois cada historiador fez a sua pesquisa.

Mas o que queremos registrar é que sofremos as consequências desse conflito até hoje, pois ele se reflete no baixo índice de desenvolvimento humano dessa região, que compreende Timbó Grande, Calmon, Matos Costa e atinge Caçador, Irani e Lebon Régis, onde os conflitos se perpetuaram através da história. E conheço vários locais onde realmente parece que nasce guaxuma. É impressionante, mas existem redutos em que a natureza respeita o que aconteceu lá.

Realmente é pertinente o seu registro e o que temos a lamentar é o que ocorreu na época, porque além das vidas que foram ceifadas, entre elas crianças, mulheres, o nosso caboclo lutou muito, deixou uma história bonita, mas a guerra deixou também um prejuízo muito grande naquela região, até

porque com a expulsão de muitos colonos, houve também um retardamento no desenvolvimento.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado Reno Caramori, pela sua intervenção. De fato entendemos que temos que registrar esta data neste Parlamento porque é uma dívida que todos nós, catarinenses, temos com aqueles que fizeram a história, que teve reflexos na economia, muito bem colocados por v.exa., reflexos sociais e políticos.

Mas acho que ainda há tempo de fazer alguma coisa, sobretudo resgatando essa memória e, quem sabe, fomentando o roteiro turístico da região que vai de Curitiba até Irani.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Adherbal Deba Cabral, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que nos assistem pela TVAL e ouvintes da Rádio AleSc Digital, gostaria, neste momento, de fazer um agradecimento especial e parabenizar a Escola do Legislativo catarinense, que tem como presidente o deputado Joares Ponticelli, por estarmos realizando, hoje, a 8ª edição do Parlamento Jovem. Participam do Parlamento Jovem a EEB Professora Antônia Gasino de Freitas, de Lajeado Grande; a EEB Colombo Machado Salles, de Três Barras; a EEB Padre Miguel Giacca, de Criciúma; a EEB La Salle, de Serra Alta; a EEB General José Pinto Sombra, de Lages; a EEB Professor Heleodoro Borges, de Jaraguá do Sul; a EEB Cecília Rosa Lopes, de São José, e a EEB Manoel Henrique de Assis, de Penha, minha região, que está situada na foz do rio Itajaí-Açu.

Eu gostaria de parabenizar os professores Ezequiel Borges, Margarete de Sá e a diretora Maria do Carmo Ramos Krieger, que estão coordenando a participação da escola de Penha na 8ª edição do Parlamento Jovem. E quero parabenizar também o vereador Sérgio de Mello, que está acompanhando os alunos da Escola de Educação Básica Manoel Henrique de Assis.

É muito importante que esse projeto, já na sua 8ª edição, valorize os jovens catarinenses, principalmente aqueles que querem ingressar na política, que querem fazer da política algo sério em suas vidas.

Parabéns a todos os estudantes que estão participando dessa edição do Parlamento Jovem, que hoje, inclusive, vai escolher, dentre os 128 estudantes inscritos, os 40 parlamentares que vão compor a 8ª edição do projeto.

Gostaria também, neste momento em que o nosso país está passando por uma transição econômica e social, de dizer que estamos fazendo um requerimento, a ser enviado ao ministro dos Transportes, ao secretário nacional dos Esportes, ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando apoio para a retomada da contratação de mão de obra avulsa nos portos de Itajaí, Navegantes e futuramente nos portos de Itapoá e Imbituba.

É muito importante que os trabalhadores avulsos catarinenses, ou seja, os estivadores, os terrestres, os conferentes e os arrumadores, que formam uma das classes mais organizadas no estado e no Brasil, uma vez que são responsáveis pela importação e

exportação dos produtos brasileiros, possam ser contratados nos portos, principalmente no de Navegantes. Inclusive hoje eles reivindicam isso na Justiça.

Neste momento também faço um apelo para a diretoria da Portonave, em Navegantes, para que atenda a essa reivindicação dos trabalhadores portuários, até porque hoje o porto de Itajaí se encontra com alguns berços em reconstrução e precisamos que essas pessoas sejam recontratadas.

Gostaria também de levantar outro problema. Precisamos que as empresas catarinenses atendam à Lei do Jovem Aprendiz, que determina que as empresas que têm mais de 300 empregados são obrigadas a contratar o jovem aprendiz. E muitas empresas do estado de Santa Catarina não estão contratando o jovem aprendiz, aquele que precisa ingressar no mercado de trabalho.

Gostaria de parabenizar o Instituto Crescer, de Itajaí, que às 10h de hoje iniciou um movimento na associação empresarial visando convocar todas as empresas do vale do Itajaí a contratarem jovens aprendizes.

Em outra oportunidade trarei aqui quanto ainda devemos para a sociedade catarinense, em termos de contratação de jovens aprendizes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário destinado ao PMDB, com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, pelo tempo restante.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente e srs. deputados, público que prestigia o Parlamento na manhã de hoje, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSc Digital, inscrevi-me para fazer um pronunciamento referente a dois temas e o primeiro deles refere-se à Celesc.

O colega Joares Ponticelli trabalhou muito para que o sr. Lírio Parisotto aqui comparecesse, achando que surgiram acusações de desvio de verbas e corrupção. Mas em nenhum momento isso existiu, o colega deve estar envergonhado e por isso não compareceu à sessão, pois sabia que iríamos abordar essa questão. Mas o tema vai ficar para terça-feira e esperarei a hora certa para acertarmos as contas no Parlamento catarinense.

Quero aqui falar sobre um projeto importante que é executado na cidade vizinha de Palhoça.

(Passa a ler.)

‘Projeto Criança Esperança - Guarda do Cubatão - Palhoça

‘Fome jamais, faça uma criança sorrir’.

O Projeto Criança Esperança foi idealizado, em 1995, pelo companheiro, atual vereador do município de Palhoça, Leonel José Pereira. Por sua abrangência e pelo número de crianças atendidas, o projeto merece, sem dúvida, o nosso reconhecimento em plenário.

As atividades acontecem há 14 anos na Guarda do Cubatão, no município de Palhoça. Todo dia 12 de outubro, Dia das Crianças, o vereador Leonel e sua equipe proporcionam muita alegria aos jovens daquela região. O projeto foi baseado no programa de mesmo nome exibido pela TV Globo e apresentado por Renato Aragão.

Surgiu, então, a vontade de fazer algo semelhante em sua comunidade, pois assim poderia proporcionar momentos especiais às crianças da região, além de arrecadar o que as famílias carentes mais necessitam: alimentos.

Nesse grande dia, as crianças têm à sua disposição várias formas de diversão,

como *shows* musicais com bandas conhecidas, grupos teatrais, apresentação de grupos de dança, apresentação de corais, grupos folclóricos, palhaços, brincadeiras de palco, recreação individual e doação de brinquedos. Além de se divertir e brincar durante todo o dia, as crianças recebem cachorro quente, picolé, refrigerante, pipoca, salgadinhos, frutas e balas durante o dia inteiro, sem interrupções. Também são oferecidas atrações que agradam os pais para que a família possa, unida, desfrutar de momentos de lazer.

Outra ação do projeto que merece destaque é a arrecadação de alimentos para que sejam repassados às famílias e às entidades carentes. Só para se ter uma ideia, no ano de 2006, quando as imagens que estavam sendo exibidas no telão foram gravadas, o projeto arrecadou uma tonelada e meia de alimentos que foram distribuídos em três entidades sociais na Grande Florianópolis.”

Gostaria que a assessoria exibisse o vídeo para que a sociedade da Grande Florianópolis entenda a importância desse evento e quanta criatividade as pessoas têm para proporcionar momentos de lazer e valorizar a criança, que é fundamental para todos nós.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Isso é bom para que possamos valorizar as pessoas que se dedicam, que investem para alcançar o grande objetivo da valorização da criança.

Dia 12 de outubro é o dia da nossa padroeira, Nossa Senhora Aparecida. Já é um dia especial no Brasil inteiro e, além disso, comemoramos o Dia da Criança.

Quero parabenizar o vereador Leonel José Pereira, que tem um objetivo muito grande, que é a valorização da criança da Grande Florianópolis.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ouço v.exa., deputado. E tenho certeza de que estará presente prestigiando esse grande evento, juntamente com a equipe do Leonel que faz essa grande festa da criança. Eu não vou poder comparecer porque sou festeiro em Araranguá, na Festa de Nossa Senhora Aparecida.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado, com toda a sinceridade, gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento e por trazer esse vídeo. Esse evento é realizado há muito tempo pelo soldado da Polícia Militar Leonel Pereira, que trabalhou também por muito tempo no Proerd. Ele teve também uma história trágica, por ter perdido um filho, e desenvolveu um trabalho social no Proerd, muito antes de pensar em ser vereador um dia. Então, é uma pessoa extraordinária, assim como a sua esposa Marta.

Lá estivemos no ano passado e tentaremos estar presente novamente nesta segunda-feira, na Guarda do Cubatão, em Palhoça. Com certeza, levaremos um abraço de v.exa., que desenvolveu essa amizade bonita e importante com o nosso amigo Leonel nessa nossa intensa luta contra o pedágio na BR-101.

Parabéns, deputado Manoel Mota!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Na verdade, a nossa grande amizade surgiu de um trabalho conjunto em defesa de uma população que está sendo lesada com a cobrança do pedágio sem a conclusão da obra nos dois sentidos da rodovia. Não está pronta nem para o norte nem para o sul e estão cobrando o pedágio indevidamente.

Quero também me comprometer...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Círio Vandresen, da grande São José, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Deputado Jailson Lima, da grande São José e da grande Rio Fortuna também. O meu umbigo ficou na cidadezinha de Rio Fortuna e o meu pai nasceu em São Bonifácio.

Gostaria de saudar o presidente, a Mesa Diretora, os deputadas, as deputados, as pessoas que nos assistem através da TVAL e que nos ouvem pela Rádio Aleisc Digital, e os servidores desta Casa.

Quero dizer que, em nome da bancada do PT, eu venho a esta tribuna para fazer uma breve reflexão sobre o mais antigo programa social do governo federal na área da educação. Refiro-me ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, que teve a sua origem em 1954, mas lembrando que já em 1930, em virtude da fome e da miséria de nossas crianças, foi instituído o Sópão Escolar na época do governo Getúlio Vargas, deputado Reno Caramori.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar tem sido de fundamental importância porque em virtude da fome e da miséria, seguramente, as crianças não teriam condições de aprendizagem se não tivessem uma alimentação adequada na escola.

Mas falo isso para dizer que, posteriormente, em 1999, foi descentralizada a compra para o Pnae - Programa Nacional de Alimentação Escolar. Até hoje continua assim: o governo federal envia os recursos para os estados e municípios, que são os executores do programa. Chega o dinheiro no estado, chega o dinheiro do município, e estado e município fazem a compra direta da alimentação.

Eu gostaria de fazer essa reflexão principalmente para pedir, deputado Reno Caramori, o apoio desta Casa com relação a uma alteração da Lei n. 12.282, de 18 de junho de 2002.

Deputado Silvio Dreveck, já tivemos uma experiência muito interessante do ponto de vista da alimentação escolar em 15 escolas de Criciúma e em 26 escolas do Maciço do Morro da Cruz, ainda no governo de Esperidião Amin. Na época, através de uma relação com a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral, o governo do estado, através dessas 26 escolas, já servia 157 mil refeições/aluno/semana oriundas da agricultura familiar, com base agroecológica. Foi criado, em 2001, o Programa Sabor e Saber, que tem a mesma origem etimológica do latim: através do sabor, o conhecimento.

Até então as refeições nas escolas eram muito banalizadas: as refeições, principalmente a partir da Revolução Industrial, das mudanças dos hábitos da população de um modo em geral, têm sido banalizadas. Todos lembramos que, ainda quando crianças, deputado Reno Caramori, antes das refeições era sempre feito um ato de louvor, de agradecimento, fazendo-se do momento da refeição um ato sagrado.

Infelizmente, esse programa, hoje, está desativado. Mesmo com a criação das SDRs, que têm como fundamento o desenvolvimento sustentável, a articulação dos territórios, a proximidade de quem consome e de quem produz, infelizmente esse programa foi desativado. Hoje, a secretaria de Educação do estado de Santa Catarina não oferece mais nenhuma alimentação escolar orgânica com base agroecológica.

Essa lei a que nos referimos foi aprovada em 2002 e, na época, acredito que o deputado Afrânio Boppré deixou uma brecha na proposição dizendo que preferencialmente o estado deveria adquirir alimentação agroecológica orgânica. A mudança que propomos, deputado Antônio Aguiar, é a alteração do art. 1º, que passará a ter a seguinte redação:

(Passa a ler.)

"Altera o art. 1º da Lei n. 12.282, de 18 de junho de 2002, que dispõe sobre o fornecimento de alimentos orgânicos na merenda escolar nas unidades educacionais do estado de Santa Catarina, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. As hortaliças, os legumes, as frutas e os produtos de origem animal destinados à merenda de todas as unidades escolares do estado de Santa Catarina serão de origem orgânica, sendo que no mínimo 30% (trinta por cento) serão utilizados gradualmente da seguinte forma (NR):

I - 10% (dez por cento) dos alimentos de origem orgânica serão utilizados no primeiro ano de vigência da presente lei (NR);

II - 20% (vinte por cento) dos alimentos de origem orgânica serão utilizados no segundo ano de vigência da presente lei (NR);

III - 30% (trinta por cento) dos alimentos de origem orgânica serão utilizados no terceiro ano de vigência da presente lei (NR).

Parágrafo único [...]

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."[sic]

Eu gostaria de chamar a atenção porque v.exas. poderão perguntar: "Mas o presidente Lula já não fez uma lei em que 30% dos alimentos orgânicos serão de origem da agricultura familiar"? É verdade! E parabéns ao governo Lula, porque ontem o deputado Jailson Lima mostrou o censo da agricultura familiar, mostrando que ela é responsável por mais de 70% da produção de alimentos.

Mas quero propor aqui um passo à frente, um passo a mais ainda do que propôs o governo Lula. O governo Lula fala que é da agricultura familiar. Eu gostaria que desses 30% da agricultura familiar, 30% fossem de origem agroecológica, orgânica, porque isso qualifica a alimentação, melhora o processo produtivo. Os agricultores vão ter mercado para poder fazer a passagem da agricultura convencional, na qual se usam venenos, deputado Jailson Lima, agrotóxicos, defensivos agrícolas, deputado Professor Grandó, para a agricultura agroecológica orgânica.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grandó - Eu acompanho a sua luta há algum tempo. Ela é associada a uma região, à agricultura, à produção orgânica. E é muito mais importante do que isso, pois v.exa. está conseguindo "linkar" com a potencialidade da pesca. Então, além da agricultura na encosta da serra Geral, também a pesca. E por isso eu acho a sua participação como deputado fundamental!

O SR. DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Além disso, deputado, hoje temos vários agricultores nas diversas regiões do estado que produzem de forma agroecológica. E devemos sair do círculo vicioso em que não se produz porque não há mercado, e não há mercado porque não há produção.

Então, articulamos o processo de produção com a demanda por alimentos e articulamos o território. E dessa forma a alimentação escolar passa ser um ato pedagógico, um ato organizado e organizador:

com o resgate dos hábitos alimentares, com a diversificação do cardápio, com o retorno social, com o incentivo à produção agroecológica e com a mobilização para novas políticas públicas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Professor Grandó - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Quero parabenizar o professor Marcelo Batista de Souza, que foi reeleito presidente do Sinepe - Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina -, para um novo mandato de três anos. Esse é o sindicato ao qual eu pertencia porque trabalhei muito em escolas particulares, como o Colégio Coração de Jesus e o Colégio Catarinense, e é um espaço fundamental para a educação e para a categoria dos professores.

Portanto, ale dos parabéns, desejo uma gestão profícua a Marcelo Batista de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, vou utilizar o horário do PSDB para deixar registrada nesta Casa a nossa preocupação em relação ao que acontece com o nosso conhecido Samu, em Joinville.

Recebi há pouco um e-mail com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

O Samu de Joinville está sem poder trabalhar. Os três médicos e os demais integrantes da equipe estão vivendo um drama que já dura mais de 30 dias. As quatro ambulâncias básicas estão em manutenção. A única ambulância avançada com UTI móvel que existe na cidade e pertence ao Samu já está, há 30 dias, em manutenção em Florianópolis.

Segundo os médicos que trabalham no Samu de Joinville, a UTI móvel é de responsabilidade do governo do estado. As quatro ambulâncias básicas são de responsabilidade do município. Por falta de ambulância, os atendimentos clínicos e de emergência de Joinville estão correndo risco. São aqueles atendimentos a pessoas enfartadas e outros tipos que demandam a necessidade de uma UTI móvel. Os bombeiros têm apenas três ambulâncias para atender os casos de trauma, e agora mais os casos clínicos também.

A situação está complicada. E a cidade está sem o atendimento do Samu.

Estamos pedindo socorro, nós, que normalmente socorremos!"

Esse é o teor do manifesto que nos foi enviado pelos médicos do Samu, que estão, na verdade, ganhando sem poder trabalhar. São três médicos, os assistentes e mais todo o pessoal que faz parte dessa bela iniciativa que este país teve em relação ao atendimento de urgência. A iniciativa é muito boa, funciona muito bem quando há os elementos necessários para executar a tarefa. Caso contrário, é até vexatório e um verdadeiro desperdício do dinheiro público.

Os médicos que estão à disposição, que estão ganhando, não podem fazer exatamente nada por conta dos problemas com as ambulâncias. Uma ambulância que é de responsabilidade do estado está em Florianópolis fazendo manutenção e as outras

quatro, de responsabilidade do município, estão também paradas, com problemas. É muita coincidência todas elas estarem com problemas. São cinco ambulâncias!

A primeira coisa que vem à cabeça de quem está ouvindo esse relato é que está faltando um pouco mais de agilidade e até, eu diria, de vontade por parte das pessoas de resolver o problema. Nós entendemos que existe o problema da tal burocracia. Entendemos que é preciso fazer licitação até para comprar um parafuso. É uma burocracia imensa! Mas nada justifica que quatro ambulâncias de responsabilidade do município permaneçam paradas. Nada justifica também uma ambulância estar em Florianópolis para fazer manutenção. Não há substituição para essas ambulâncias? O que se faz quando uma ambulância estraga? Os médicos vão para casa cuidar das crianças? Vão ficar ganhando sem fazer nada? E os doentes? E as pessoas que precisam ser transportadas? Algumas estão sendo transportadas pelo Corpo de Bombeiros, que tem três viaturas. É uma coisa impressionante!

Eu fico até constrangido de ter que falar sobre isso, mas há alguns dias havia uma fila de ambulâncias no Hospital São José e elas não estavam estragadas, não. Havia viaturas do Corpo de Bombeiros, viaturas dos paramédicos e todas paradas lá na frente do Hospital São José. Eles não sabiam por que as pessoas que tinham sido levadas estavam nas macas e não podiam retirá-las, pois não havia lugar para colocá-las e as viaturas não podiam sair novamente para trabalhar, uma vez que a maca estava sendo utilizada pelo paciente, na qual foi até o hospital.

Sr. presidente, coisas assim não dá para entender, elas são realmente constrangedoras!

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não, deputado José Natal.

O Sr. Deputado José Natal - Essa situação das ambulâncias ficarem paradas porque as macas estão sendo utilizadas nos hospitais já é normal neste país, não ocorre só em Joinville, lamentavelmente. E o Samu é um serviço de emergência ao qual a população tem acesso hoje, porque o restante da saúde ainda continua difícil.

Eu, pelo menos, como deputado nesta Casa, vivencio grandes angústias na questão da saúde que não consigo resolver, porque as pessoas ainda nos procuram para solucionar problemas que seriam da competência dos municípios ou do próprio estado.

Então, quero dizer, com muita tristeza, que esse assunto que v.exa. traz aqui de as ambulâncias do Samu estarem encostadas nas prefeituras por falta de manutenção é normal! Não era para ser, mas é! Somo-me a sua preocupação, no sentido de que precisa haver competência para administrar; e o administrador público da área da saúde que deixa as ambulâncias do seu município paradas por falta de manutenção não tem competência para ser secretário ou para administrar coisa nenhuma, já que saúde é prioridade na vida das pessoas e das cidades. Então, pessoas como essas devem ser banidas da administração pública, pois não sabem comandar nem o essencial.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Para encerrar, sr. presidente, não poderia deixar de registrar a minha indignação, e tenho certeza de que também dos senhores ao verem essa corriola, esse bando do MST fazendo o que fez esta semana. Eu fiquei paralisado, estagnado na frente da

televisão vendo a destruição daquele laranjal lá no estado de São Paulo, pois invadiram uma propriedade produtiva e com tratores derrubaram milhares de pés de laranja. Questionados sobre o que estavam fazendo, disseram que era para poder plantar feijão.

Ora, qualquer um que entende o mínimo de agricultura sabe que não foi por isso. Aquilo é malvadeza, mau-caratismo, desvio de conduta! É desvio de conduta de um movimento que começou sério, de um movimento que tinha tudo para ser um dos melhores exemplos para o mundo em matéria de integração dos sem-terra, mas que virou um movimento revolucionário. Se este país não cuidar, esse movimento vai virar outra Farc na América do Sul. Escrevam o que estou falando: estão fechando os olhos, não estão tomando as providências que precisam ser tomadas, pois esse movimento, repito, pode virar uma segunda Farc na América do Sul! Não esqueçam do que estou falando.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, quero, com muita alegria, dizer que o PSDB de Santa Catarina vive um momento impar, deputado Reno Caramori, porque tivemos recentemente a visita de Fernando Henrique Cardoso, que esteve em nosso estado fazendo uma palestra e conseguimos R\$ 75 mil para a Escola Básica Estadual Professora Alice Thiele, que serão entregues na semana que vem, talvez até na presença do governador Jorginho Mello, pois a partir de amanhã Santa Catarina terá um novo governador, com um jeito do oeste de Santa Catarina, mas também com jeito de catarinense e de homem público que já vem dando a sua contribuição à sociedade catarinense.

Então, em nome do PSDB, em nome da liderança, em nome do vice-governador Leonel Pavan, quero parabenizar o deputado Jorginho Mello, que amanhã toma posse como governador de Santa Catarina, e desejar-lhe que nos dias em que estará na governança possa ter a paz, a serenidade e a inteligência com que sempre se conduziu na vida pública.

Parabéns, PSDB! Parabéns, governador Jorginho Mello!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero, neste instante, cumprimentar o governador Luiz Henrique pela sua grandeza e visão, pois ainda não vi na história de Santa Catarina um governador que tivesse a coragem de entregar o governo ao Poder Judiciário e duas vezes ao Poder Legislativo, a primeira vez para o deputado Julio Garcia e agora para o presidente Jorginho Mello.

Então, quero deixar registrado e dizer que talvez...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Está feito o registro, sr. deputado.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, já que não vou ter a possibilidade de falar depois, quero somar-me ao que colocou o deputado Nilson Gonçalves com relação à invasão de uma fazenda da Cutrale pelo MST.

Esse é o tema do pronunciamento, e está até rascunhado, que faria depois. Mas como não vai acontecer, quero deixar aqui também a minha preocupação, conforme as palavras do deputado, pois isso está-se transformando, sim, numa bagunça, numa baderna feita por arruaceiros, que, na minha opinião - e até pela fisionomia percebemos -, nunca trabalharam e não conhecem a terra.

O MST agindo daquela forma, expulsando até crianças, praticando aquele vandalismo naquela fazenda é, com certeza, um braço das Farc colocado no Brasil. Agora, isso não deve ser alimentado com dinheiro público, sob hipótese nenhuma. Em todos os lugares que eles invadiram até agora não plantaram sequer um pé de feijão. A primeira coisa que eles fazem é destruir para dizer que plantaram. Ficam nas terras invadidas o tempo que querem e não plantam nada! São uns baderneiros, isso sim!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Gostaria de registrar a presença de 82 alunos da Escola Municipal Professora Lacy Luiza da Cruz Flores, da cidade de Joinville, acompanhados da sra. Aracy e da orientadora Ione e ciceroneados pelo deputado Nilson Gonçalves.

Sejam bem-vindos!

Neste momento passo a Presidência ao deputado Moacir Sopelsa.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Só quero também, com orgulho, dar as boas-vindas aos meus conterrâneos lá de Joinville que, com muita alegria, vejo hoje aqui florindo a nossa Assembleia Legislativa.

Um abraço todo especial ao pessoal da Escola Municipal Professora Lacy Luiza da Cruz Flores, às professoras Patrícia, Karin, Janice e Márcia. Muito obrigado pela presença de vocês e dessas crianças maravilhosas, da minha querida e amada Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Está feito o registro, sr. deputado. É um prazer tê-los aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Professor Grando, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas, neste horário do meu partido hoje, não poderia deixar de registrar algo que entendo ser muito importante para o desenvolvimento de Santa Catarina, inserido na questão da globalização, no desenvolvimento mundial.

O deputado Reno Caramori, que é do setor de transportes e é um apaixonado pelo assunto esteve conosco visitando o Portonave. Fomos ver o que significa uma área compacta e bem elaborada; o que é o porto de embarque; o tamanho dos navios que hoje são usados, com quatro ou cinco mil contêineres, mas que logo estarão entrando no porto com oito mil contêineres; o que é a retroárea; como essa troca é feita no menor tempo possível; qual o custo de um navio parado esperando a vez para adentrar e ocupar um dos berços; essa nova tecnologia que pode colocar dois,

três ou mais navios descarregando ao longo do pier. Enfim, fomos ver um dos portos mais modernos do país.

Outro porto que está sendo construído com a mesma tecnologia e que, dizem, será mais moderno ainda - e não vamos falar aqui das câmaras frigoríficas, do sistema digital - é o de Itapoá.

O deputado Valmir Comin trouxe uma novidade para toda Santa Catarina hoje, dizendo que a região da foz do rio Araranguá tem profundidade suficiente, depois de estudos realizados no passado, para a construção de um porto, que poderá escoar toda a produção de cerâmica e das riquezas do estado vizinho e de toda a nossa região sul.

Então, vejam bem, Santa Catarina poderá logo ter o porto de Araranguá; o de Laguna, que é um porto pesqueiro em condições de funcionar e ser rápido, o que é fundamental; o de Imbituba; o de Itajaí; o de São Francisco do Sul e o de Itapoá. Então, qual é o estado que tem esse número de portos com estrutura e excelente calado - é de 12m, mas poderá ser de até 17m ou 18m, para ter aqueles navios de 300m, os navios grandes?

Mas somado a isso há que ter uma visão fundamental e importante sobre a estrada bioceânica. A BR-282 está chegando ao rio Peperi-Guaçu, está chegando à divisa! Só mais 42km e chegaremos a Paraisópolis, São Miguel d'Oeste e, do outro lado, a um município que conheci, pois percorri toda aquela região com o governador Luiz Henrique, Posadas, no estado de Misiones, na Argentina. Lá já existe uma estrada antiga por onde transportavam madeira quando o rio Uruguai não enchia, para levá-la ao rio Paraná e dali para Buenos Aires.

Então, já está havendo financiamento, resultado do encontro do Mercosul, entre o presidente Lula, o governador Luiz Henrique e o governador de Misiones. E nós estivemos lá, inclusive, dando sugestões ambientais para essa estrada, deputado Reno Caramori, porque fica dentro de um parque.

Portanto, imaginem com a estrada passando para a Argentina, pegando as rotas 12 e 14, chegando ao Pacífico, nos portos de Quequén e de Valparaíso, embarcando todas as cargas do oeste catarinense e as cargas do norte da Argentina, de Misiones vindo para o nosso porto de Itajaí ou outro porto.

Srs. deputados, vejam bem que muitas cargas do norte da Argentina precisam descer até Buenos Aires, percorrendo uma distância muito maior do que de Posadas até Itajaí. Quem olhar o mapa vai ver que realmente o mundo hoje é internacionalizado, é globalizado. E essa questão de logística é fundamental.

Portanto, sr. presidente, é essa integração, é essa potencialidade que Santa Catarina tem dos portos, com suas estradas e com sua riqueza. E essa integração com o cone sul é algo para o futuro, mas que começa a ser construído desde já. E o exemplo que o deputado Valmir Comin deu quando trouxe essa sugestão para o sul poderá ser a redenção da região, como são, deputado Adherbal Deba Cabral, os portos de Navegantes e de Itajaí para aquela região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, é com satisfação que registro a presença, no Parlamento de Santa Catarina, do

vereador Osmar Manoel dos Santos, conhecido como Mazinho, companheiro progressista da nossa querida Itajaí, a capital do mel, e do ex-vereador Francisco Hortêncio, conhecido como Teco, também progressista e que pertence ao distrito e futuro município de Rincão, que deverá ter eleições brevemente.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Feito o registro do deputado Valmir Comin, esta Presidência também registra, com prazer, a presença do vereador de Maravilha, Max Anderson Schabarum, e do vereador Gilson Wilmann e do visitante Nei.

Sintam-se bem nesta Casa.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que será enviada ao destinatário a Indicação n.º 0682/2009, de autoria do deputado Silvio Dreveck, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

A Presidência comunica também que defere de plano os Requerimentos n.ºs: 1.492/2009, 1.493/2009, 1.494/2009, 1.495/2009 e 1.496/2009, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 1.499/2009, de autoria do deputado Edison Andriano; e 1.500/2009, de autoria do deputado Ismael dos Santos.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o sr. deputado Reno Caramori, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, foram feitas indicações e moções nesta Casa solicitando a descentralização ou a interiorização da Udesc. Queremos dizer que já fizemos essa solicitação, através de indicação, para que a Udesc encontrasse uma maneira de servir à nossa região, especificamente Caçador, mas entendemos perfeitamente que há entaves e dificuldades.

Quero também aqui fazer o registro, deputado Silvio Dreveck, de um documento que recebi da nossa região, assinado por vários srs. prefeitos e pela Associação Comercial e Industrial de Caçador.

(Passa a ler.)

"Caçador, SC, 25 de setembro de 2009.

Ao Exmº Sr. Deputado Estadual

Sr. Reno Caramori

A Associação Empresarial de Caçador - ACIC, entidade com quase setenta anos de presença no meio-oeste catarinense, que tem sua história e atuação atreladas ao processo de consolidação e crescimento de Caçador como cidade polo no estado, sempre atenta às movimentações em prol do desenvolvimento regional, juntamente com as prefeituras dos municípios que compõem a 10ª Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional: Caçador, Rio das Antas, Macieira, Calmon, Matos Costa, Timbó Grande e Lebon Régis, vem, através desta, manifestar sua posição de incondicional apoio à instalação da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC -, no Município de Caçador, sede da 10ª Secretaria de Desenvolvimento Regional.

O município de Caçador, embora jovem, comparado a outras cidades de nosso estado, é a cidade polo de uma microrregião formada por mais de cento e cinco mil habitantes distribuídos em sete municípios. Deste total, cerca de setenta mil pessoas residem em Caçador, numa área geográfica de pouco menos de mil quilômetros quadrados. A distribuição por faixa etária indica que em 2007, 9,2% da população era constituída por faixa de idade de quinze a dezenove anos

(tabela 1), público alvo específico para o ensino superior. No ano de 2008, Caçador apresentava pouco mais de vinte e quatro mil alunos matriculados, entre estabelecimentos públicos e privados, desses 9,6% no ensino médio (tabela 2), prestes a ingressar no ensino superior.

Caçador dispõe de infraestrutura de acesso facilitada com rodovias estaduais pavimentadas, estando estrategicamente estabelecida como porta de entrada do meio-oeste catarinense. Conta ainda com voos regulares ligando-o aos principais destinos do sul do Brasil.

Quanto aos aspectos relacionados ao desenvolvimento humano (IDH), que determina padrões de qualidade de vida, considerando a Educação, Longevidade e Renda, Caçador e a microrregião da 10ª SDR apresentam deficiências comparadas à média estadual e à média da região meio-oeste. Especificamente Caçador apresenta IDH de 0,793 (tabela 3), ocupando a 160ª (tabela 4) posição no estado, enquanto a média das cidades catarinenses é de 0,822. Esse índice leva em conta, entre outros, a situação de emprego e renda do município. No ano de 2000, último dado estatístico oficial fornecido pelo IBGE, Caçador contava com uma população economicamente ativa (PEA) de cerca de vinte e nove mil habitantes, ou seja, 45,8% da população do município. O salário médio desta população era de R\$ 545,27 (tabela 5) e um índice de desemprego de 12,2%. Certamente os baixos índices de desenvolvimento, bem como baixa média salarial, são reflexos de carências na formação de mão de obra qualificada, especialmente da população de baixa renda, pessoas essas que devem ser fortemente consideradas por um ensino público de qualidade, no sentido de oportunizar reais condições de transformação na vida dessas pessoas.

Somado a esses fatores, destaca-se ainda o potencial empresarial do município que nos últimos anos vem diversificando seu parque empresarial, fortalecendo o comércio e ampliando a prestação de serviços pela introdução da inovação e da tecnologia para geração de novos negócios. As empresas do município têm cada vez mais demandado formação superior de qualidade para ocupação dos postos de trabalho, pesquisa e extensão aplicada ao segmento empresarial, criando o cenário propício para a fixação de novos e qualificados docentes e importante condição para geração de estudos e publicações científicas na região.

Caçador e região sofreram por muito tempo com a demora em seu processo de desenvolvimento, reflexo do contexto adverso, resultado de conflitos armados da Guerra do Contestado, mas hoje, fruto do trabalho dos que aqui vivem é, sem dúvida, uma região que apresenta condições e acima de tudo vontade e disposição para receber a Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC - como mais um e indispensável investimento do governo do estado de Santa Catarina em prol do desenvolvimento do Meio-Oeste Catarinense, alicerçado na educação que é certamente o único caminho para um desenvolvimento sólido e sustentável.

(aa) Auri Marcel Baú
Presidente da Associação
Empresarial de Caçador - ACIC
Saulo Sperotto
Prefeito Municipal de Caçador
Alcir José Bodanese
Prefeito Municipal de Rio das Antas
Emerson Zanella
Prefeito Municipal de Macieira
Alcides Boff

Prefeito Municipal de Calmon
Darcy Batista Bendelin
Prefeito de Matos Costa
Valdir Cardoso da Santos
Prefeito Municipal de Timbó Grande
Ludovino Labas
Prefeito Municipal de Lebon Régis”

[sic]

Portanto, srs. deputados, já discutimos, na tarde de ontem, neste plenário, a interiorização da Udesc na nossa região. Ontem, o deputado Renato Hinnig apresentou moção solicitando que a Udesc fosse instalada em Curitiba. Nós já fizemos aqui alguns pleitos para que também seja contemplado o município de Campos Novos, que não possui uma universidade, a não ser uma extensão de Joaçaba.

Mas volto a um denominador que entendo como modernidade do ensino. Aonde existe espaço físico, aonde existe uma universidade consolidada, aonde existe a condição de essas universidades já implantadas absorverem mais alunos, seria muito mais importante o governo comprasse

vagas na Udesc. A Udesc não precisaria montar a estrutura física nesses municípios que já detêm uma estrutura física, administração, professores, funcionários, equipamentos e laboratório. O governo, ao invés de investir em edificação, compraria as vagas na Udesc, para que os alunos tivessem a oportunidade de ingressar no curso que quisessem. E o governo do estado, através da Udesc, repassaria os recursos para quitar as mensalidades dos alunos que, automaticamente, estudariam graciosamente.

Por isso voltamos a esta tribuna para insistir junto ao governo do estado, através da Udesc e da secretaria da Educação, para que crie o mesmo mecanismo que existe nos países desenvolvidos. Eu cito como exemplo o Canadá, onde a iniciativa privada e as fundações criam a estrutura física e o governo compra as vagas para a população acadêmica.

Esse é o trabalho que nós, parlamentares, devemos fazer junto aos órgãos governamentais, para que o governo dê

condições ao aluno de estudar graciosamente comprando vaga das instituições. Esse é um modelo moderno que custa mais barato e o governo e o aluno serão os grandes beneficiados. As instituições já existem...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Presidência gostaria de fazer um agradecimento aos deputados Manoel Mota, Dagomar Carneiro, José Natal e Antônio Aguiar por terem declinado de fazer uso da palavra para podermos participar da transmissão de cargo do deputado Jorginho Mello ao deputado Gelson Merisio.

O deputado Giancarlo Tomelin deixa a todos os deputados o convite para participarem, com suas famílias, da Oktoberfest neste final de semana.

Antes de encerrar a presente sessão, convocamos outra, especial, para hoje, às 19h.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 019ª SESSÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

HOMENAGEM AO DIA DO PROFISSIONAL DE
EDUCAÇÃO FÍSICA E AOS DEZ ANOS DE
FUNCIONAMENTO DO CONSELHO REGIONAL
DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE SC
PROPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA
SUMÁRIO

CARLOS DE SOUZA PIMENTEL - Afirma a missão do conselho é servir à comunidade com bons profissionais e fazer com que a sociedade se integre no processo de fiscalização da competência e qualidade dos serviços prestados.

RAQUEL RIBEIRO BITTENCOURT - Chama a atenção das autoridades para o sedentarismo que se torna um comportamento crônico na população mundial.

MARINO TESSARI - Destaca a luta e as barreiras ultrapassadas em prol da regulamentação da profissão.

DEPUTADO JORGINHO MELLO - Enfatiza que a educação física deixou de ser apenas uma disciplina escolar isolada e estendeu-se para diversos setores da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Convido para fazer parte da mesa as autoridades a seguir nominadas:

Excelentíssimo vereador Gean Marques Loureiro, presidente da Câmara Municipal de Florianópolis;

(Palmas)

Senhor Marino Tessari, presidente do Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina;

(Palmas)

Professor Estevão Roberto Ribeiro, diretor-geral do Centro de Educação a Distância, neste ato representando o reitor Sebastião Lopes de Mello, da Udesc;

(Palmas)

Senhor Joel Modesto Casagrande, membro do Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina, neste ato representando o reitor Gildo Volpato, da Unesc;

(Palmas)

Senhor Carlos de Souza Pimentel, vice-presidente do Conselho Federal de Educação Física;

(Palmas)

Professora Vanessa Françalacci, neste ato representando a Unisul e os cursos de Educação Física;

(Palmas)

Senhor Samuel Fernandes Linhares, presidente da Associação das Federações Desportivas do Estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Senhor Carlos Alberto Alves Teixeira, presidente da Associação dos Profissionais de Educação Física de Santa Catarina;

(Palmas)

Ex-deputado, meu amigo, Cesar Souza.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, esta sessão solene foi convocada por solicitação deste deputado, com a aprovação dos demais parlamentares, em homenagem ao Conselho Regional de Educação Física, pela passagem dos seus dez anos, e em comemoração ao Dia do Profissional de Educação Física.

Neste momento ouviremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro André da Silveira.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Teremos agora a apresentação de um vídeo institucional.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Esta Presidência registra, ainda, a presença das seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor José Antônio da Silva, prefeito do município de Sombrio;

Excelentíssimo senhor Júlio César Gomes, presidente da Câmara Municipal de Lebon Régis;

Excelentíssimo senhor Isnard Luiz Brant, vereador do município de Palhoça;

Excelentíssimo senhor Adriano de Brito, vereador do município de São José;

Senhor Raul Zucatto, presidente da Ascol - Associação dos Conselhos Profissionais - e do Crea/SC - Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;

Senhor Manoel Rebelo, presidente da Federação Catarinense do Desporto Universitário;

Senhor Mário César Bertoncini, presidente do Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol de Santa Catarina;

Senhor Adalir Pecos Borsatti, presidente da União de Instituições do Esporte, Educação Física e Lazer de Santa Catarina;

Senhora Hortência Tierling, presidente do Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina;

Senhora Carolina Juncks da Silva, presidente do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Santa Catarina;

Senhor Paulo Guilhon, neste ato representando o presidente do Conselho Regional de Economia;

Senhora Zulma Fernandes Stolf, presidente do Sindicato Patronal das Academias de Santa Catarina;

Senhor Edésio Reis Cardoso, neste ato representando o senhor Sérgio Vieira Galdino, presidente da Fundação Municipal de Educação Física de Blumenau;

Senhora Fernanda Guimarães, neste ato representando o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 10ª Região;

Senhor Moacir Juncklaus, coordenador do curso de Educação Física da Unisul, *campus* de Tubarão;

Senhora Eleonor Mekari, ouvidora-geral, neste ato representando o presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis;

Senhora Lillian de Fátima Pinto, diretora de esportes da Fesporte;

Senhor professor Paulo Orsini, gerente de Saúde da Grande Florianópolis, neste ato representando o deputado federal Paulo Bornhausen;

Professor Edmar de Oliveira Pinto, diretor de Educação Física da Unoesc, campus de Joaçaba;

Senhora Maria Helena Kraeski, chefe do Departamento de Educação Física do Cefid - Udesc;

Senhor Joaquim Felipe de Jesus, neste ato representando o diretor do Centro de Desportos da UFSC;

Senhor Delmar Alberto Tondolo, conselheiro do CREF/SC, neste ato representando o senhor Paulo Eccel, prefeito municipal de Brusque;

Senhora Maria Augusta Vilela, conselheira e secretária do Conselho Regional de Nutrição da 10ª Região;

Senhora Miriam Martins Vieira da Rosa, presidente do Conselho Regional de Serviço Social da 12ª Região.

Muito obrigado pela honrosa presença de cada um dos senhores. Pedimos desculpas se alguma autoridade não foi devidamente nominada.

Convido para fazer uso da palavra o sr. Carlos de Souza Pimentel, representando o Conselho Regional de Educação Física.

O SR. CARLOS DE SOUZA PIMENTEL - Senhor presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, na pessoa de quem cumprimento os demais parlamentares presentes a esta sessão;

Professor Marino Tessari, presidente do Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina, na pessoa de quem cumprimento todos os profissionais de educação física aqui presentes.

Coube a mim, neste momento, fazer uma saudação aos dez anos registrados pelo Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina, pelo serviço que vem prestando à sociedade em prol de um desenvolvimento de uma educação física com mais competência, com mais seriedade, com mais ética, para que a sociedade seja servida por profissionais qualificados adequadamente. E o que me deixa bem impressionado e chama-me a atenção é que os órgãos públicos, por exemplo, a Assembleia Legislativa, reconhecem o valor, o potencial e o serviço que o Conselho Regional de Educação Física presta à sociedade catarinense, bem como os demais conselhos, que são regionais, em todo o nosso país.

É importante, para que nós possamos definir a posição do nosso conselho, que lutemos única e exclusivamente para que a sociedade seja servida por profissionais qualificados, que possam, na verdade, em vez de melhorar a sua saúde apenas também passar a se integrar dentro do processo de fiscalização, através da própria sociedade, exigindo cada dia mais que os profissionais estejam mais adequadamente competentes.

Por isso, sr. presidente, agradeço pela atenção de todos os presentes e espero que o Conselho continue dentro desse sonho e caminhe nessa trajetória vencedora.

Muito obrigado a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Convido o jornalista Mauro Ribas para proceder à nominata dos homenageados do Poder Legislativo de Santa Catarina.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Mauro Ribas) - Esta sessão especial é em homenagem ao Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina, na

passagem dos seus dez anos e em comemoração ao Dia do Profissional de Educação Física.

Neste momento, o Parlamento catarinense presta homenagem ao Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina, na passagem dos seus dez anos de atuação zelando pela qualidade dos serviços profissionais oferecidos à sociedade, na supervisão, na orientação e na fiscalização do exercício do profissional.

Convido o sr. deputado Jorginho Mello para fazer entrega da homenagem, em nome do Poder Legislativo, ao professor Marino Tessari, presidente do Conselho.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Dando continuidade às homenagens, o Poder Legislativo presta homenagem às entidades.

Convido o sr. deputado Jorginho Mello para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem a Associação dos Profissionais de Educação Física de Santa Catarina, neste ato representada pelo sr. Carlos Alberto Alves Teixeira, seu presidente.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o Conselho Estadual de Esporte, neste ato representado pelo sr. Darcio de Saules.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a Fundação Catarinense de Desportos, neste ato representada pelo sr. Joaquim Mires Villarrinho Júnior.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o Tribunal de Justiça Desportiva, neste ato representado pelo sr. Alexandre Monguilhott, seu presidente.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o Conselho dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior de Educação Física do Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo sr. Pedro Jorge Cortes Morales, seu presidente.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a Associação dos Conselhos Profissionais de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu presidente, sr. Raul Zucatto.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a Associação das Federações Esportivas de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu presidente, sr. Samuel Fernando Linhares.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o Sindicato das Academias de Santa Catarina, neste ato representado pela sra. Zulma Stolf, presidente.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o Ministério Público Estadual, neste ato representado pelo sr. Roberto Mattos Abraão.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o Serviço Social da Indústria de Santa Catarina - Senai -, neste ato representado pela sra. Marielle Ouriques Torquato.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o Serviço Social do Comércio de Santa Catarina - Senac -, neste ato representado pela sra. Leila Echer.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

A seguir serão homenageadas as personalidades que contribuíram para o fortalecimento do Conselho Regional de Educação Física do Estado de Santa Catarina.

Convido para receber a homenagem o sr. Carlos de Souza Pimentel, neste ato representando o sr. Jorge Steinhilber, presidente do Conselho Federal de Educação Física.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o professor Marino Tessari, por coordenar a campanha para alcançar os dois mil registros visando à instalação do Conselho Regional de Educação Física e tornando o sonho realidade.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o professor Joares Müller Dias, também coordenador dessa campanha.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. João Dominguez Sedrez, profissional de educação física de mais idade e ainda atuando na área.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Raquel Ribeiro Bittencourt, diretora da Vigilância Sanitária Estadual.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Marli Ignácio da Silva Trentin, primeira funcionária do Conselho Regional de Educação Física.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Rui da Cruz, neste ato representando a senadora Ideli Salvatti, autora do projeto de lei que se transformou na Lei n. 10.361, de 1997, que disciplina o funcionamento de clubes e academias em Santa Catarina e pelo constante apoio à Educação Física.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Cesar Souza, autor de projeto de lei que instituiu o dia 1º de setembro como o Dia do Profissional de Educação Física no Estado de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Flamarion Dias, neste ato representando o sr. Gilmar Knaesel, secretário de estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina, pelo apoio ao esporte e pela valorização do profissional de Educação Física.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Convido a sra. Raquel Bittencourt para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados.

A SRA. RAQUEL RIBEIRO BITTENCOURT - Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello;

Senhor Marino Tessari, presidente do Conselho Regional de Educação Física e demais autoridades que compõem a mesa.

É uma honra falar em nome dos homenageados, uma grande responsabilidade, uma vez que não sei nadar nem andar de bicicleta, fui uma péssima aluna de Educação Física, mas tenho um grande carinho e respeito pelo trabalho do Conselho Regional no estado de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

“Em nome de todos que recebem essa homenagem do Cref, agradeço a oportunidade de podermos colaborar, cada um com a sua parcela, com a evolução do conselho, que através de seu trabalho beneficia a sociedade catarinense.

O sedentarismo já é considerado um problema de saúde pública no mundo todo e está entre os fatores de risco para as doenças crônicas, como as doenças cardiovasculares, merecendo a atenção da OMS, que recomenda a prática de, pelo menos, 30 minutos diários de atividade leve ou moderada.

Ainda segundo a OMS, 83,6% dos brasileiros são sedentários, e esse número excede o índice mundial de 70%. Em pesquisa encomendada pelo ministério da Saúde, aponta também que as mulheres são mais sedentárias do que os homens. O percentual atinge 88,4% do sexo feminino contra 69,7% do sexo masculino. Outro dado interessante é que quanto menor o nível de escolaridade, maior o sedentarismo.

Os pesquisadores afirmam que conhecer o cotidiano do indivíduo sedentário, assim como as razões que o afastam da atividade física é fundamental para o planejamento e a implementação de políticas públicas que incentivem a prática de atividade física regular, reduzindo os fatores de risco para as doenças crônicas degenerativas.

E preciso contar com o apoio de toda a sociedade, dos meios de comunicação, dos legisladores para que a ‘epidemia do século’, o sedentarismo, seja derrotada. Precisamos de praças para a prática de esportes em todos os municípios, em todos os bairros. Precisamos de espaços para caminhadas, ciclovias, parques, jardins botânicos, enfim, precisamos de espaços para viver melhor nas cidades.”

Sem dúvida, o profissional da Educação Física tem muito a contribuir para a mudança dos paradigmas do sedentarismo. E isso passa por estruturação da profissão e do Cref. E aqui foi demonstrado esse esforço fenomenal dos profissionais de Educação Física do estado de Santa Catarina e, sem dúvida, a contribuição que têm a oferecer para a melhoria da qualidade de vida no nosso estado é significativa.

(Continua lendo.)

“Temos um desafio pela frente que é diminuir significativamente esse índice de 84% de sedentarismo do povo brasileiro. Afinal de contas, somos o país da Copa de 2014, o país das Olimpíadas de 2016. Tomara que mais do que os belos estádios que o Brasil vai construir, nós tenhamos a mostrar ao mundo políticas públicas sérias, competentes e efetivas na área das atividades físicas e desportivas.”

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Convido o presidente do Conselho Regional de Educação Física, Marino Tessari, para fazer uso da palavra.

O SR. MARINO TESSARI - Excelentíssimo senhor presidente desta Casa, deputado Jorginho Mello;

Excelentíssimo senhor vice-presidente do Conselho Federal de Educação Física - Confef -, Carlos de Souza Pimentel, em nome de quem saúdo os conselheiros regionais e a equipe de funcionários do Cref3/SC;

Professor Walmor Nildo Seel, a quem saúdo de forma especial, uma vez que ele foi nosso professor na Udesc e, em nome dele, saúdo todos os profissionais de Educação Física, todas as empresas e todos aqueles que, de uma forma ou de outra, atuam na área da atividade física ou do esporte.

Demais membros da mesa, senhores e senhoras.

Agradecemos ao sr. presidente, deputado Jorginho Mello, e a todos os deputados e deputadas pela homenagem que está sendo prestada, hoje, à nossa categoria profissional. Julgamos da maior importância esse tipo de apoio para que prossigamos a nossa jornada.

Hoje, estamos comemorando dez anos de instalação do Conselho Regional de Educação Física e, em especial, o Dia do Profissional de Educação Física, uma data muito importante para todos os profissionais do nosso estado e do nosso país.

Sabemos que a luta foi intensa e que muitas barreiras tiveram que ser ultrapassadas desde a década de 40, quando o nosso ilustre colega, professor Inezil Penna Marinho, iniciou estudos e um trabalho de sensibilização para as autoridades sobre a nossa profissão e sobre a possibilidade de ela ser regulamentada.

Após várias tentativas frustradas, em 18 de abril 1995, respaldado pelo Congresso Brasileiro dos Profissionais de Educação Física, foi dada entrada, no Congresso Nacional, pelo então deputado federal Eduardo Mascarenhas, ao Projeto de Lei n. 0330, que, após tramitação, foi aprovado. E para que isso fosse possível foi uma longa batalha por todos os profissionais, inclusive com uma audiência pública no Congresso Nacional, no dia 17 de outubro de 1996, ampliando a possibilidade da participação de todos os interessados no referido projeto.

Após essa etapa, conseguimos que o projeto fosse incluído na pauta da Câmara Federal e do Senado e, numa única sessão, graças a um acordo das lideranças partidárias de bem articulada ação coordenada pelo Bernard e pelo nosso atual presidente, Jorge, conseguimos a aprovação do projeto de lei no dia 13 de agosto de 1998, para que fosse encaminhado ao então presidente Fernando Henrique Cardoso, que promulgou a lei no dia 1º de setembro de 1998. E essa lei, que era uma sonho, tornou-se realidade para uma categoria profissional que se mobilizou por todo o país, por profissionais que não mediram esforços para que essa meta fosse alcançada, ou seja, a criação do Conselho Federal de Educação Física, bem como dos Conselhos Regionais.

No dia 8 de novembro de 1998 foram eleitos, no Rio de Janeiro, os primeiros 18 conselheiros federais, entre eles dois catarinenses: eu e o professor Juarez Müller Dias, a quem eu gostaria de pedir uma saudação especial.

(Palmas)

Após esse trabalho, tivemos uma grande campanha coordenada por mim, pelo Juarez e pela equipe da P2 Esporte, porque teríamos que conseguir um mínimo de dois mil profissionais para conseguirmos a instalação do Conselho Regional naquela oportunidade. Foi uma luta muito grande, mas, graças o apoio de todos, conseguimos a adesão e chegamos a um número mínimo para poder iniciar e instalar o Conselho Regional.

No dia 29 de outubro, o Conselho Federal aprovou a criação dos primeiros Conselhos Regionais no país. Nós tínhamos 20 mil profissionais em todo o país, e o nosso conselho, o Cref3/SC, foi instalado em 29 de outubro daquele ano.

Graças a isso, iniciamos um trabalho, primeiro, da instalação da Associação dos Profissionais de Educação Física de Santa Catarina. O tempo passou rapidamente e neste ano já estamos completando uma década de existência.

Gostaríamos, neste momento, de registrar a importância e o apoio dado por várias entidades.

(Passa a ler.)

“Destacamos, nesta caminhada, o apoio e o reconhecimento das autoridades constituídas, especialmente o governo do estado de Santa Catarina, através da secretaria de estado do Turismo, Cultura e Esporte e seus órgãos vinculados, como o Conselho Estadual de Esportes; Fundação Catarinense de Esportes, a Fesporte e o Tribunal de Justiça Desportiva, o TJD/SC.

As secretarias de estado da Educação e da Saúde também tiveram um papel importante no apoio às atividades neste período, e destacamos a parceria especial com a Diretoria da Vigilância Sanitária, visando à melhoria das condições de funcionamento dos estabelecimentos que podem ser vistos nas várias atividades físicas e desportivas, inclusive com o lançamento da campanha, através de uma videoconferência *Cuide da Sua Saúde*, desenvolvida, em 2008, em conjunto com a Vigilância e o Conselho Regional.

Cabe ressaltar, também, o apoio importante do Ministério Público, que foi fundamental nas ações do Cref, através das promotorias de Justiça das diversas comarcas de Santa Catarina, em especial do dr. Afonso Ghizzo Neto, que foi quem assinou o primeiro termo de ajuste de conduta na comarca de Porto União, bem no início do nosso trabalho.

As federações esportivas, lideradas pela Associação das Federações Esportivas, desde o início sempre tiveram uma parceria forte nas ações desenvolvidas pelo conselho, a fim de regularizar os profissionais em todo o estado.

As secretarias municipais de Educação e de Esportes, bem como o Sistema S, através do Sesi, Sesc e Senat, também foram parceiros de primeiro momento, contribuindo para as ações do conselho.

Gostaria, também, de destacar as secretarias municipais de Saúde, através da Vigilância Sanitária, que tiveram um papel fundamental no processo de fiscalização na ação conjunta entre o conselho e a vigilância.

Os cursos de graduação em Educação Física, que na época eram oito e atualmente são mais de 30, também tiveram um papel fundamental. Através dos seus dirigentes, professores e acadêmicos, tiveram contribuição na consolidação da nossa profissão, representados pelo Condiesef/SC, que atuou na busca do esclarecimento e da informação.

Ao Sindicato das Academias e Sindicato dos Profissionais de Educação Física, liderados pela Zulma e pelo Alziro, respectivamente, desejamos as boas-vindas, tendo em vista que estão sendo instalados atualmente em nosso estado.

Os conselhos profissionais, liderados pela Ascop, tiveram função importante na troca de experiências e apoio, especialmente a OAB/SC e suas subseções em todas as regiões do estado, dando apoio ao conselho em suas atividades de funcionamento.

Para alcançar nossos objetivos, sempre priorizamos ações em parcerias. Entendemos que é muito mais fácil atuar de forma conjunta e integrada com órgãos públicos e/ou privados, visando sempre à melhoria da qualidade dos serviços prestados para que a área das atividades físicas e

esportivas tenha a atuação correta, adequada, ética e, principalmente, que os nossos clientes sejam atendidos com qualidade e com segurança nas suas atividades.

'A missão do Conselho Federal de Educação Física é garantir à sociedade que o direito constitucional de ser atendida na área das atividades físicas e esportivas seja exercido por profissionais de Educação Física.'"

Para finalizar, queremos agradecer, mais uma vez, a honrada presença do presidente desta Casa, deputado Jorginho Mello, que, prontamente, apresentou o requerimento para esta homenagem.

Agradecemos a todos os srs. deputados e às sras. deputadas; à diretoria do conselho, aos conselheiros atuais, aos ex-conselheiros e aos novos conselheiros que tomarão posse nos próximos dias.

Principalmente, agradecemos à equipe de funcionários, liderada pela nossa gerente Marli, que nunca mediu esforços para a atuação diária no nosso conselho. Sabemos que sem ela não seríamos nada.

Por último, quero agradecer à minha família por ter-me apoiado durante esses anos todos em que estive envolvido nos trabalhos, com muita dificuldade e muita ausência de casa, mas com certeza tudo valeu à pena.

Então, quero ser muito grato a todos. Gostaria de agradecer a todas as autoridades que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que estejamos aqui comemorando esses dez anos.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Dizem que no Brasil a ati-

vidade física começou no período da colonização. Desde o descobrimento, a educação física era praticada em nossas terras. Os índios corriam atrás de suas caças, nadavam, atiravam com arco e flecha, dançavam, jogavam peteca, lutavam entre si e brincavam de corrida dos troncos. Os escravos africanos trazidos para o Brasil dançavam a capoeira e faziam as lutas corporais que aprendiam copiando animais.

Em 1851, a Lei n. 630 incluiu a ginástica nos currículos das escolas primárias e secundárias, e era praticada quatro vezes por semana. Nos anos 80, após o período da ditadura militar, a prática de esportes passou a ser vista de forma ampla. Foi quando se formaram os primeiros grupos de profissionais.

O campo de trabalho dos profissionais de Educação Física cresceu bastante nos últimos anos. Esses profissionais deixaram de ser apenas professores de escolas ou academias, estendendo o seu campo de atuação em vários setores da sociedade.

A Lei n. 9.696/98, reforçando a importância do profissional da educação, foi um grande feito para garantir a atuação desses profissionais. A necessidade do acompanhamento especializado na realização de exercícios é a filosofia do sistema da confederação e do conselho para proporcionar qualidade de vida ao cidadão; qualidade de vida que tanto precisamos para evitar problemas de cansaço, estresse, mau hábito de postura que causam muitas doenças da atualidade.

As iniciativas do conselho e a atuação dos professores e dos profissionais da Educação Física fazem a sociedade

compreender que uma vida longa e saudável está estreitamente relacionada à prática de esportes e educação física.

O trabalho desses incansáveis cidadãos deve ser amplamente reconhecido e valorizado. Os dez anos de existência do Conselho Regional em Santa Catarina tem os nossos agradecimentos pela atuação nesse período e a nossa disposição de fazer o que for preciso para que continue levando o estado de Santa Catarina a ser destaque no Brasil.

Espero que hoje, com esse pequeno encontro, possamos estar demonstrando, ainda que com um gesto tão singelo, todo o nosso respeito e admiração a esses profissionais, professores, educadores e profissionais da Educação Física.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino de Santa Catarina, interpretado pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro André da Silveira.

(Procede-se à interpretação do hino.)
(Palmas)

Sras. e srs., esta Presidência, ao agradecer a presença de todas as autoridades e dos homenageados que estiveram acompanhando-nos, assim como do nosso sempre deputado Cesar Souza, convida todos para um coquetel no *hall* desta Casa.

Antes de encerrar a presente sessão, convocamos outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 074-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização aos Senhores Deputados Jailson Lima e Lício Mauro da Silveira, para ausentarem-se do País, no período de 22 de

outubro a 06 de novembro do corrente ano, com destino à China, cidade Henan, a fim de estreitar os laços e reforçar as relações político-comerciais entre Brasil, Santa Catarina e a China, além de prospectar oportunidades de negócios para ambas as partes.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 16 de outubro de 2009

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente, e.e.

Deputado Dagomar Carneiro - 2º Secretário

Deputado Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE TURISMO E MAIO AMBIENTE PARA DISCUTIR OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS DA INDÚSTRIA DE FOSFATADOS CATARINENSE LTDA (IFC), REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2009, ÀS 16H, NO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e nove, às dezesseis horas, no município de Braço do Norte, teve início a audiência pública promovida pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc, com o objetivo de debater os impactos socioeconômicos e ambientais da instalação da Indústria de Fosfatados Catarinense (IFC) no Vale do Rio dos Pinheiros, no município de Anitápolis. Dando início à audiência pública, o senhor mestre de cerimônias, Luiz Otávio Cabral, chamou para compor a mesa com as seguintes autoridades: deputado Décio Góes, presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc; o suplente de deputado estadual Círio Vandresen, da Alesc; o deputado estadual Joares Ponticelli, da Alesc; o senhor Gelson Luiz

Padilha, secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Braço do Norte; o senhor Evanísio Uliano, prefeito do município de Braço do Norte; o senhor Saulo Weiss, prefeito do município de Anitápolis; o senhor Ronaldo Fornazza, presidente da Câmara Municipal de Braço do Norte, neste ato representando as Câmaras de Vereadores da Região; o senhor Alessandro Garbelotto, gerente de Desenvolvimento Sustentável, neste ato representando a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis; o senhor Frederico Goldmann, gerente de projetos da Indústria de Fosfatados Catarinense Ltda; o senhor Kléber Isaac Silva de Souza, superintendente interino do Ibama; o doutor Celso Tres, procurador da República, neste ato representando o Ministério Público Federal; o professor Wilson Schmidt, diretor do Centro de Ciências da Educação da UFSC, neste ato representando o grupo de pesquisadores que vem analisando o Estudo de Impacto Ambiental da Indústria de Fosfatados Catarinense; o senhor Volnei Luiz Heidemann, presidente da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Agreco), Eduardo Bastos Moreira Lima, neste ato representando a Associação Montanha Viva. Em seguida, passou a presidência da audiência pública ao **deputado**

estadual Décio Góes, que iniciou cumprimentando todos em nome dos deputados Joares e Vandresen e saudou todas as autoridades presentes através do prefeito Evanísio e do presidente da Câmara de Vereadores de Braço do Norte, Ronaldo Fornazza. A seguir, registrou a presença das seguintes autoridades: do senhor Mério César Goedert, prefeito de Rancho Queimado; do senhor Ademir Gesing, prefeito do município de São Ludgero; Silvio Heidemann, prefeito de Rio Fortuna; do senhor Celso Heidemann, prefeito de Santa Rosa de Lima; do senhor Valberto Michels, vice-prefeito de Braço do Norte; da senhora Arlete Bloemer de Souza, presidente da Câmara Municipal de Rio Fortuna; do senhor Jaime Perin, presidente da Câmara Municipal de Grão-Pará; do senhor Benício Warmeling, presidente da Câmara de Municipal de São Ludgero; da senhora Câtea Pravatto, assessora parlamentar, neste ato representando o deputado federal Edinho Bez; do senhor Lino de Souza, assessor parlamentar, neste ato representando o deputado federal Jorge Boeira; do senhor Antônio Bittencourt de Souza, vereador do município de Braço do Norte; do senhor Cléber Manoel da Silva, vereador do município de Braço do Norte; do senhor Jordão Walter Santana, vereador do município de Braço do Norte; da senhora Leonete Schuelter, vereadora do município de Rio Fortuna; da senhora Nilva Schlickmann, vereadora do município de São Ludgero; do senhor Haroldo Silva, vereador do município de Tubarão; do senhor Salésio Wiemes, vereador do município de Santa Rosa de Lima; da senhora Jandira Schueroff Boeing, vereadora do município de Santa Rosa de Lima; da senhora Siuzete Vandresen Baumann, vereadora do município de Santa Rosa de Lima; do senhor Evani Lole, vereador do município de Armazém; do senhor Pedro João da Silva, vereador do município de São Ludgero; do senhor Eduardo Carneiro, neste ato representando a Câmara Municipal de Laguna; do senhor Claudiomir Mendes, vereador do município de Santa Rosa de Lima; do senhor Edison José Vandresen, vereador do município de Santa Rosa de Lima; do senhor José Morgan Mattei, vereador do município de São Ludgero; do senhor José Allein, vereador do município de São Ludgero; do senhor César Borges, diretor de Turismo e Eventos de Braço do Norte; do senhor Jaison Luiz Zapelini Sombrio, diretor-adjunto de Saneamento da Vigilância Sanitária de Braço do Norte; da senhora Marta Régis Fogaça, secretária municipal de Turismo, Meio Ambiente, Indústria e Comércio do município de Gravatal; do senhor Remi Beckhauser, secretário municipal da Agricultura, Turismo e Meio Ambiente de Santa Rosa de Lima; do senhor Eduardo Bastos Moreira Lima, neste ato representando a Associação Montanha Viva; do senhor Ademir Milo Motta da Silva, secretário municipal de Educação de Gravatal; da senhora Marieta Oenning Bittencourt, secretária municipal da Saúde de Santa Rosa de Lima; do senhor Renato Guizi, secretário municipal da Agricultura de Grão-Pará; do senhor Adir Engel, secretário municipal da Agricultura e Meio Ambiente de Braço do Norte; do senhor Carlos Ghislandi, secretário-adjunto de Planejamento e diretor do Departamento do Meio Ambiente da Prefeitura de Tubarão; do senhor Sérgio de Souza, secretário municipal da Saúde, Saneamento e Assistência Social do município de Anitápolis; do senhor Murilo Bittencourt, secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Braço do Norte; da senhora Sandra Feuser, procuradora jurídica da Prefeitura de São Martinho; do senhor Fábio Pereira, presidente da CDL do município de Anitápolis; do senhor Rodrigo Philippi, presidente da CDL do município de São Ludgero; do senhor Francisco de Assis Beltrame, secretário executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica de Tubarão, neste ato representando o Crea de Tubarão; do senhor Guilherme Nunes Bressan, presidente do Conselho de Defesa do Meio Ambiente de Grão-Pará; do senhor Valdir Willeman, presidente da Cebanorte Geração S/A; do senhor Valdir Antunes, vice-prefeito de Santa Rosa de Lima; do senhor Adriano Schueroff, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Braço do Norte; da senhora Maria Manuela dos Reis Vicente, presidente interina da Fundação Lagunense do Meio Ambiente; da senhora Ivia Althoff, diretora da Vigilância Sanitária de Braço do Norte; do senhor Delamar Alberton Demay, presidente da CDL de Grão-Pará; do senhor Gemerson Della Giustina, presidente da CDL de Braço do Norte; do senhor Wilson Manoel Althoff, presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Braço do Norte (Siscob); do senhor Antônio Adílio da Silveira, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Urussanga; do senhor Luiz Fernando Scheibe, coordenador do Laboratório de Análise Ambiental do Departamento de Geociências da Universidade Federal do Estado de Santa Catarina; da senhora Maria Paula Marimon, da Universidade do Estado de Santa Catarina; da

professora Sonia Corina Hess, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; do senhor Jorge Leonardo Nesi, diretor executivo da Amurel; do senhor Ademar Fronchetti, diretor de Relações com Investidores da Empresa Yara Brasil Fertilizantes S.A.; do senhor Carlos Tucci, consultor da Indústria de Fosfatos Catarinense Ltda; da senhora Ana Cláudia Franco, consultora jurídica da Indústria de Fosfatos Catarinense Ltda; do senhor Silvio Bianchini Neto, presidente da Associação Empresarial do Vale do Braço do Norte (Acivale); do senhor Saulo Meda, coordenador de Projetos, neste ato representando a Bunge Fertilizantes; do senhor Antônio Carlos Barbosa, gerente de Licenciamento Ambiental da Bunge Fertilizantes; do senhor Luiz Fernando de Carvalho, coordenador da Pró-Fundação Sabor Natureza, ECOTV; do senhor Aluísio Heidemann Jocken, pároco da Paróquia Santo Antônio dos Anjos de Laguna; do senhor João Abílio de Carvalho Rosa, coproprietário da RPPN Retiro Tun; do senhor Geraldo Luís da Silva Jardim, presidente da Rede Latino-Americana Interdisciplinar de Plantas Medicinais (Reliplan); da senhora Maria Helena Balthazar, diretora de Desenvolvimento e Capacitação Empresarial e Responsabilidade Socioambiental da Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis; do senhor Ismael Pedro Bortoluzzi, neste ato representando o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec); do senhor Carlos Santos Pinto, presidente Associação dos Produtores Rurais de Gravatal (Aprog); do senhor Luiz Marcos Bora, gerente regional da Epagri/Tubarão; do senhor Luciano de Melo Felippi, educador do Centro Jovem Rural; do senhor Ricardo Sebastião Coelho, secretário municipal de Agropecuária, Turismo e Meio Ambiente do município de Anitápolis; do senhor Tomaz Marciano Vieira, representando a Associação do Movimento Ecológico de Capivari (Movec); do senhor Tadeu Santos, coordenador da ONG Sócios da Natureza e conselheiro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama); da senhora Maria Aparecida Coelho (Nega), vereadora do município de Anitápolis; da senhora Vânia Lúcia Sangalli, promotora de justiça do município de Santo Amaro da Imperatriz e da senhora Leonete Back Loffi, prefeita do município de São Martinho, Luiz Fernando Schiefelr, vice-prefeito do município de Laguna. Prosseguindo, agradeceu a presença do senhor Roberto Luiz Salum, do SBT; da rádio Verde Vale de Braço do Norte; da TV Unisul; da TV Band e da rádio FM 102.1. A seguir, listou as razões para a realização da audiência pública que foi organizada pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa: demanda por parte de lideranças, organizações sociais, empreendedores e gestores locais; necessidade de informar e discutir as questões concernentes aos impactos socioambientais da IFC a ser instalada em Anitápolis; construir encaminhamentos que possam ajudar na resolução dos impasses e conflitos existentes. Prosseguiu esclarecendo que a audiência pública não está vinculada ao processo de licenciamento ambiental do empreendimento e, sim, para atender a demanda social sobre este tema que é de grande importância para a região sul de Santa Catarina. Explicou a metodologia do trabalho: primeiro, ouvir os deputados; segundo, ouvir o empreendedor, que explicará o empreendimento; terceiro, ouvir o grupo de trabalho, que foi formado na primeira audiência pública que ocorreu em julho deste ano na Alesc; quarto, abrirá a palavra para os inscritos da mesa; e, por último, abrirá a palavra para os inscritos do plenário. Disse que gostaria de fazer um acordo de conduta para ter um debate democrático e construtivo, em que todos devem respeitar a fala de qualquer pessoa que seja favorável ou contrária ao empreendimento, e que a garantia de resposta aos questionamentos será dada pela mesa ou o direito de defesa em caso de acusação ou denúncia. Respostas a questionamentos ou acusações serão feitas por bloco, ao final, e a proposição de encaminhamento deve ser apresentada por escrito. Em seguida, passou a palavra ao **deputado estadual Joares Ponticelli**, que lamentou a ausência daquele que deveria ser o principal manifestante da audiência pública: o presidente da Fatma ou o seu representante. Prosseguiu dizendo da atitude desleal e desrespeitosa da Fatma em não comparecer, e que isso ia além da comunidade regional, uma vez que é um órgão do governo e que seria importante sua presença na discussão. Inquiriu por que a Fatma não compareceu ao evento para responder e dirimir as dúvidas que são de todos, inclusive suas. Contou que uma funcionária da Assembleia perguntou: "mais uma audiência, deputado?", e ele respondeu que mais algumas dúzias de audiências terão que ser feitas. Salientou que não é uma questão se ser contra ou a favor, porque não tem como ser contra ou a favor, uma vez que nem sabem do que se trata. Informou que o

Comitê da Bacia do Rio Tubarão estava presente para receber cópia do processo de licenciamento, porque a Fatma disse não dispor de recursos para oferecer as cópias ao Comitê, e que ele e o deputado Décio Góes tiveram que se cotizar nas cópias, e que depois de muito tempo e muita insistência com a Fatma, eles conseguiram uma cópia para fornecer ao Comitê. Avaliou que o processo não é transparente, que não o conhecem e que não sabem o que vai acontecer. Disse que o Brasil e o mundo têm que gastar demais e que investir muitos recursos públicos para corrigir empreendimentos feitos sem debate, sem um amplo estudo no passado, e que, agora, causam cada vez mais preocupações com tantos acidentes climáticos, muitos deles por investimentos feitos sem o devido Estudo de Impacto Ambiental. Declarou que querem apenas conhecer, debater, perguntar e ter respostas. Continuou dizendo que numa audiência em que o principal órgão a ser questionado e a apresentar as respostas não comparece, ele começa a acreditar em má fé na condução do processo. Concluiu dizendo que leu uma faixa que dizia: "Capital da Agroecologia", e que teve o prazer, juntamente com o deputado estadual Padre Pedro Baldissera, de ser o autor da lei, e que se o empreendimento acontecer certamente será a primeira lei a ser revogada nos meses subsequentes à instalação do empreendimento, e que por isso quer repudiar e saber o porquê de a ausência da Fatma. A seguir, fez uso da palavra o **senhor Evanísio Uliano, prefeito de Braço do Norte**, que disse ser uma grande satisfação sediar a audiência pública para conhecer um pouco mais do empreendimento que vai ser realizado na cabeceira do Rio Pinheiros e informou que ao longo do Rio Braço do Norte também há investimento do mesmo valor com as PCHs que estão sendo construídas. Declarou não ser contra nem a favor da implantação do projeto, apenas quer esclarecimentos para que possa tomar uma posição. Avaliou que tem que apoiar um investimento que possa trazer qualidade de vida para uma região que precisa se desenvolver, mas que para ter um desenvolvimento sustentável tem que aliar o meio ambiente com o desenvolvimento econômico e social. Concluiu desejando que todos saiam dali conhecendo as vantagens e as desvantagens que o projeto trará. Na sequência, fez uso da palavra o **suplente de deputado estadual Cirio Vandresen**, que lembrou que estavam na segunda audiência pública sobre a exploração da mina de fosfato na região de Anitápolis. Disse que tem uma preocupação muito grande com a atividade econômica que pode se instalar na região. Informou que há alguns anos, quando fazia parte da Comissão Pastoral da Terra, convencia os bispos do Brasil, na Campanha da Fraternidade, sobre a importância da água. Lembrou que até há vinte, trinta anos entendiam que a água era um bem infinito e que poderiam poluí-la porque não havia perigo de faltar, e hoje sabem que os recursos naturais são finitos. Afirmou que hoje, para quem vive na região, a água não cobre mais os pés. Salientou que precisam ter um cuidado muito grande para que uma determinada atividade econômica não venha prejudicar outras atividades. Declarou que o novo modelo de desenvolvimento deve ser compatível na relação humana com o meio ambiente. Contou que, como padre, atuou na região de Criciúma e que lá percebeu, ao final, a presença da Marion, em Siderópolis, e o deserto causado por causa da extração. Afirmou que sabem do comprometimento da qualidade de vida, inclusive da realidade socioeconômica da região provocada por aquelas atividades. Comentou que Santa Rosa de Lima tem a sede da Agreco, que desde 1996 está fazendo um esforço para passar de um modelo convencional de produção agrícola para uma agricultura de menor impacto ambiental, cuidando da terra, da água, dos recursos naturais, da saúde de quem produz e de quem consome os produtos, e que, portanto, a qualidade de vida da região não pode estar ameaçada por interesses de alguns. Lembrou que o professor Wilson Schmidt citou que Santa Rosa de Lima, Anitápolis, São Bonifácio e Rancho Queimado têm mais nascentes de água do que habitantes. Deixou claro que Tubarão e Braço do Norte podem ser atingidos pelo abastecimento de água, e não somente Santa Rosa de Lima, Anitápolis e Rancho Queimado. Finalizou desejando que a população tenha consciência e que juntamente com os órgãos públicos possam fazer a sua parte para garantir a qualidade de vida, os recursos naturais da região, que é tão rica, bela e abençoada por Deus. Fazendo uso da palavra o senhor **Frederico Goldmann, gerente do Projeto Anitápolis**, informou que durante trinta minutos exibirá um vídeo explicativo sobre o Projeto Anitápolis e que no final está inserida uma série de perguntas e respostas

que entende ser muito importante para o momento. (*Procede-se à exibição de vídeo. Anexo I.*) Ato contínuo, usou da palavra o **senhor presidente, deputado Décio Góes**, que considerou que a primeira parte do vídeo, que explicava o projeto, estava coerente com a reunião, porém discordou da segunda parte em que apareciam perguntas e respostas porque, no seu entendimento, extrapolava o âmbito da assembleia, visto que os questionamentos deveriam ser feitos pelos presentes e registrou a manifestação de várias pessoas na reunião. (*O senhor João de Carvalho Rosa manifestou-se fora do microfone: "Gostaria que ficasse registrado em ata que nesta audiência pública vimos o abuso do poder econômico, o abuso de informação manipulada, subliminar, que não é compatível com a democracia. Obrigado."*) Dando sequência à reunião, passou a coordenação dos painéis ao **professor Wilson Schmidt, diretor do Centro de Ciências da Educação da UFSC**, neste ato representando o grupo de pesquisadores que vem analisando o Estudo de Impacto Ambiental da Indústria de Fosfatos Catarinense, que informou que ficaram encarregados, na última audiência, de convidar professores ligados às universidades públicas para que pudessem fazer considerações sobre o projeto da mineradora. Nesse sentido, passou a palavra à **professora Sonia Corina Hess, engenharia química com doutorado em Química**, que iniciou dizendo que leciona na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul há dezessete anos, que é natural de Florianópolis e que está fazendo pós-doutorado na UFSC. Disse que tem há muitos anos grande envolvimento com as questões ambientais no Estado onde trabalha, que é consultora do Ministério Público Federal e Estadual e que coordena o curso de Engenharia Ambiental na Universidade. Confessou que se sentia muito honrada por estar ali, porque é fruto da escola pública. Explicou que estava acostumada a analisar processos de licenciamento ambiental e que estava ali para tentar defender todos de um risco que pouca gente consegue entender e que o objetivo era ajudar na compreender esse risco, mas que a opção de aceitar ou não a mineradora será da comunidade. (*Procede-se à exibição de imagens. Anexo II.*) Informou que na agricultura industrial é usado adubo químico, o NPK, e o que vai ser produzido ali é o fósforo. O Brasil importa 45% do fosfato que consome, os outros 55% já são produzidos no País. Salientou que, para fazer a apresentação, pegou o que estava descrito nos documentos da empresa. Fez uma análise do que vai ser feito no projeto da IFC, em Anitápolis: o enxofre vem de Imituba para Anitápolis e dele vai ser produzido o ácido sulfúrico. Vai ser retirada da mina de fosfato 1,8 milhão de toneladas do minério ao ano, e disso só 300 mil toneladas (concentrado de rocha fosfática) vão ser passíveis de transformação de produto, o resto (1,5 milhão toneladas por ano) vai ser resíduo - a própria empresa demonstrou nos documentos que o minério de Anitápolis tem 13% de material útil e 87% de rejeito. No local, vão ser produzidos 200 mil toneladas por ano de ácido sulfúrico e 500 mil toneladas ao ano de adubo superfosfato simples (SSP), que é o produto final, para utilização na agricultura e na indústria de fertilizantes. Segundo a IFC serão gerados 423 empregos diretos e 1.300 indiretos durante a operação. Salientou que era importante prestar atenção aos estêreis (o que vai ser depositado) e outros rejeitos como a amônia e a lenha, que vão ser usados e transportados por via rodoviária, inclusive soda cáustica (hidróxido de sódio). Mostrou, de acordo com os dados da empresa, o consumo brasileiro de fosfato em 2004 e informou que ali vão ser produzidas 500 mil toneladas ao ano, o que corresponde a menos de 8% da demanda brasileira e analisou a supressão da vegetação na fase de operação ao longo dos anos com uma área total, desmatada ou diretamente afetada, de 360,5 hectares. Prosseguindo, discorreu o que a empresa vai precisar para funcionar: óleo diesel, 50 mil litros por mês; madeira, 175 toneladas por dia - e aqui deixou claro que não viu em nenhum lugar de onde essa madeira virá; 785,6 metros cúbicos por hora de água que vai ser capturada do córrego, - esclareceu que 1 metro cúbico corresponde a uma caixa-d'água de 1.000 litros, ou seja, a empresa vai captar 785,6 caixas-d'água por hora do córrego; 5.600 toneladas por ano de enxofre. Comentou que ficou muito impressionada com o tamanho das instalações que irão produzir o ácido sulfúrico em Anitápolis, com o tamanho do tanque para guardar o produto químico - 2.500 metros cúbicos de ácido sulfúrico estocados equivalem ao volume de 2.500 caixas-d'água - e também com a quantidade de água clarificada e desmineralizada estocada. Disse achar muito interessante esses números para que as pessoas possam compreender o tamanho do empreendimento.

Continuando mostrou uma tabela com vazões características do local de captação de água nova e afirmou que existe uma conta que não fecha: uma vazão com 95% de permanência no tempo equivale a 0,239 metros cúbicos por segundo, que transformados por hora dão uma vazão de 860,4 metros cúbicos por hora, o que equivale ao consumo de 91,3% de água, ou seja, a IFC vai usar quase toda a água do córrego, e que quando a vazão for mínima vai faltar água para a indústria, porque ela vai captar mais do que a vazão do córrego. Chamou a atenção para outro dado bastante importante: a quantidade de água que vai sair do empreendimento contendo contaminantes é de aproximadamente 125 metros cúbicos por hora, ou seja, 125 caixas-d'água de 1.000 litros por hora. A seguir, apresentou uma tabela que mostra que a indústria terá que comprar 66 mil toneladas de enxofre por ano para produzir 200 mil toneladas de ácido sulfúrico a concentração de 98,5% de água para obter 197 mil toneladas de ácido sulfúrico puro. Ou seja, do enxofre que sai do porto - eles vão ter que purificá-lo antes de usar, porque nenhum enxofre é puro - até a utilização dele no processo, eles terão no total 97% de rendimento, o que é muito alto, e, provavelmente, eles terão que transportar de caminhão mais enxofre do que o previsto. Destacou que esse processo de produção do ácido gera tanto calor que a empresa vai usar esse calor para gerar vapor e tocar uma usina termoeletrônica à proporção de 5 megawatts/hora. Informou que, na verdade, o que vai ser instalado em Anitápolis é uma grande indústria química que vai usar ácido sulfúrico e produzir 275.398 mil toneladas por ano de gesso (sulfato de cálcio) e que não viu nenhuma descrição do seu destino final. Lembrou que Imbituba teve uma indústria de fosfato, e que hoje existem montanhas de gesso esperando uma destinação final. Com relação à emissão atmosférica observou que o próprio empreendedor relatou os ácidos gerados durante o processo industrial em gramas por segundo de material particulado: ácido fluorídrico, amônia, óxidos de enxofre etc., e disse que nenhum processo é 100% eficiente. Explicou que o ácido fluorídrico (HF) é muito perigoso (corrói até vidro) e é produzido durante a reação na quantidade de 11.487 toneladas por ano. Chamou a atenção para a altura e o diâmetro das chaminés, porque através delas se percebe o tamanho do empreendimento e enfatizou que apenas calculou o que vai sair da chaminé com base nos números citados pela empresa: material particulado fino (poeira), 165,6 toneladas por ano; flúor, 8 toneladas por ano e 265,680 toneladas por ano de óxidos de enxofre. O detalhe é que o óxido de enxofre na atmosfera vira ácido sulfúrico, o que vai gerar 406,8 toneladas por ano de ácido. Lembrou que em países onde há grandes emissões de enxofre as florestas morrem por causa da emissão de ácido na atmosfera, o que gera a chuva ácida, que destrói florestas e o solo fértil. Disse que o projeto está subdimensionado porque no processo de produção de ácido sulfúrico o ar é aquecido a mais de 1.000 graus, gerando óxidos de nitrogênio, o que por sua vez gera ácido nítrico, levando a muito mais chuva ácida do que o relatado, e eles simplesmente não disseram o quanto vai ser gerado disso. Mostrou-se preocupada com relação ao armazém de cura, porque o material que vai sair ficará num local com acesso direto aos trabalhadores - e a reação continua a liberar ácido fluorídrico, o que é muito perigoso para a saúde. Destacou que, quando falam de lenha, não dizem de qual lugar vão tirar, mas citam que o fornecimento de lenha deverá ser um dos itens que seguramente mobilizará a economia local devido à quantidade e ao aumento de custo atrelado ao transporte, e questionou se o município de Anitápolis tem lenha de reflorestamento suficiente para atender a demanda de 175 toneladas por dia de lenha. Opinou que as pessoas deveriam ficar preocupadas quando eles falam sobre o fluxo de caminhões, porque serão 110 caminhões para atender as atividades do empreendimento, 53 caminhões bitrens levando fosfato para Lages todos os dias e 36 caminhões de lenha provenientes de Anitápolis. Citou que Santa Catarina está entre os Estados brasileiros em que mais morrem pessoas em acidentes de trânsito e que, de acordo com dados fornecidos pelo Ministério da Saúde, Palhoça é o 3º município brasileiro e Imbituba o 27º em proporção de mortes no trânsito. Concluiu dizendo que tem a impressão que, com o aumento do fluxo de caminhões na região, a estatística vai piorar. Ato contínuo, o professor Wilson Schmidt chama para fazer uso da palavra a **professora Maria Paula Marimon, geóloga do departamento de Geografia e do Laboratório de Geologia da Udesc**, que lembrou a fala da Sonia, quando esta trouxe um componente de análise que não foi questionado em

nenhum momento na avaliação dos trabalhos que foram apresentados nos estudos do EIA/RIMA. Disse que trabalha há trinta anos como geóloga e que nos últimos vinte anos está na área de geoquímica ambiental. Enfatizou a dificuldade de análise dos documentos apresentados pela empresa, porque o EIA/RIMA deve ser um documento de aproximadamente setecentas páginas, mas o processo atual já tem 3.500 páginas, o que mostra a deficiência dos estudos iniciais. Saliu que nesses estudos não se conhece o minério, porque ele não é só a apatita, a qual pode trazer vários outros elementos químicos, até quem sabe de interesse econômico, e isso não estava apontado. Informou que esse estudo foi solicitado por revisores anteriores e apresentado muito rapidamente. Lembrou que os estudos que a CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais) realizou no ano de 1977 foram muito mais completos do que o apresentado, inclusive, nas solicitações que foram feitas de estudos complementares, o que mostra a divergência enorme de dados e de informações. Disse que, no momento, prefere acreditar no estudo da CPRM - que aponta que várias das amostras possuem um percentual bastante significativo de nióbio - ao feito pela empresa, que diz que não há nióbio no minério. Explicou que está destacando o nióbio porque ele faz parte, além de outros elementos, da composição da apatita, que no caso da mineralização, em Anitápolis, é uma fluorapatita, a qual a Sonia destacou o subproduto que é gerado durante as reações químicas e vai liberar ácido fluorídrico, sendo que parte desse ácido será incorporada no processo industrial e outra parte será liberada para a atmosfera. Mostrou preocupação com essa parte que irá para a atmosfera, pois o flúor é extremamente reativo e, com certeza, haverá o retorno em forma de chuva ácida que cairá sobre a cobertura vegetal, infiltrando no solo e impactando a qualidade da água subterrânea, podendo chegar aos rios na região dos municípios. Comentou que a professora Sonia calculou os dados retirados das últimas páginas do capítulo 10 para mostrar o total de emanações que vão ser liberadas para a atmosfera. Disse que esses dados atmosféricos vieram da estação de Florianópolis, porque quando foram realizados, em 2004, não havia estação implantada na área da IFC, e informou que agora já existe uma estação dentro do empreendimento, afirmando que não podem mais aceitar um modelo com informações que não sejam as do clima local, pois a região tem um clima diferente do de Florianópolis. Opinou que o estudo da modelagem atmosférica é um ponto extremamente importante no projeto e vulnerável da forma como foi apresentando. Disse que o vídeo apresentou de forma muito rápida a estabilidade da barragem de rejeitos, que segundo o estudo vai ter uma altura de 36 metros, 56 metros, 65 metros, o que equivale a um prédio de 25 a 35 andares, e pediu para os presentes imaginarem uma altura dessas segurando milhões e milhões de toneladas de rejeitos e de lama que serão colocados no local. Contou que fez uma vistoria na área para saber das características do local, com outros professores da Universidade. Observou no local - e disse que isso não está descrito no EIA/RIMA, a não ser nos estudos complementares feitos sobre os aquíferos - que existem 40 metros de horizonte de rocha alterada do tipo saibro, o que significa dizer rocha extremamente permeável, e é aí que a barragem vai ancorar. Disse que se a empresa falar: "Vamos tirar as rochas alteradas", eles já deveriam ter feito isso quando montaram o projeto, deveriam ter visto que essa é a característica do local. Destacou que, nos projetos apresentados, eles deveriam apontar a remoção de material de pesquisa, de que no mínimo aquela rocha, que vai ancorar uma barragem de 30 andares, precisa de um tratamento especial. Explicou que a água passa por rocha permeável construindo caminho e acaba vindo tudo abaixo. Comparou essa barragem de rejeitos com a do Vale do Parnaíba, que da mesma forma intercepta rios, e que neste ano rompeu. Saliu que o vídeo não mostra que essa barragem feita aqui interrompe um rio, que tem características de águas não absolutamente limpas, porque a empresa já trabalha lá, e essa água já possui graxa, o que evidencia um descaso anterior da empresa com o meio ambiente. Demonstrou preocupação do barramento do rio, porque em alguns momentos não haverá água suficiente para vazão de permanência do rio. Concluindo disse que no EIA/RIMA existe certa dubiedade de dados, que foram complementados com outros estudos que mostram que há água sobrando no empreendimento, e que em mais de uma vez dentro do estudo foram colocadas oportunidades de haver vazamentos e contaminações, e tudo isso vai ser conduzido para dentro da barragem, e que se sobrar água alimentará o Rio Pinheiros à

jusante. Na sequência, o professor Wilson Schmidt chama para fazer uso da palavra o **senhor Luiz Fernando Scheibe, coordenador do Laboratório de Análise Ambiental do Departamento de Geociências da Universidade Federal do Estado de Santa Catarina**, que comunicou que nos dias 7, 8 e 9 de outubro haverá, em Araranguá, o II Encontro sobre Fenômenos Naturais, Adversidades e Mudanças Climáticas na Região Sul, fenômenos esses que têm castigado toda a faixa leste do Estado, e lembrou que aquela área não estava livre de desastres. Avaliou que se houver uma precipitação de 500 milímetros, como está acontecendo especificamente na região, todos aqueles tanques de 2.500 metros cúbicos de ácido sulfúrico e mais a barragem de rejeito serão depositados na lagoa de Santo Antônio. (*Procede-se à exibição de imagens. Anexo III.*) Expôs um pequeno histórico que mostra a proposta de concentração da apatita para a construção de fertilizantes fosfatados, e salientou que a rocha existente no local inclui muitos outros elementos de interesse para a agricultura. Disse que toda batata, abóbora, todo milho, tomate, etc. produzidos no alto do Rio Pinheiros eram imensos devido aos altos teores de potássio, magnésio, cálcio e muitos outros micronutrientes no conjunto das rochas que vão constituir o chamado rejeito do processo industrial, ou seja, eles vão tirar toda a apatita e vão deixar o resto. Lembrou que o Brasil importa muito mais potássio do que fosfato. Prosseguiu dizendo que a simples aplicação do pó da rocha nos solos da região poderá representar um insumo de muita importância para o modelo de agricultura orgânica que está firmando no território das Encostas da Serra Geral. Ponderou que a alternativa de não fazer a indústria é sempre a primeira hipótese a ser analisada no Estudo de Impacto Ambiental, e essa alternativa é a que condiz com o modelo de sustentabilidade que é desejado pela maioria da população da região. Finalizou argumentando que é preciso pensar que sustentabilidade é a melhoria dos solos de toda a região, e citou como exemplo o uso da rocha moída em pó pelos agricultores, e não da forma como foi colocada no projeto. Retomando a presidência dos trabalhos o deputado Décio Góes agradeceu todas as colocações e concedeu a palavra ao **senhor Saulo Weiss, prefeito de Anitápolis**, que disse estar muito preocupado com a região por causa da implantação do empreendimento. Comentou que Anitápolis, de quem vai dali para a serra e de quem sai da Grande Florianópolis em direção à serra, é o último município desde a fase da Colonização, porque foi a última colônia a ser implantada. Hoje é o único município da região e, provavelmente, um dos únicos do sul do Estado que não tem acesso pavimentado com asfalto. Disse que 80% do território é área de APP. Relatou que a agricultura é difícil, que o agricultor está alijado do seu trabalho porque não pode fazer uso da terra nem de maneira sustentável nem como gostaria para sustento dos seus filhos. Hoje, ainda, muitas pessoas têm que derrubar mata nativa para poder dar o ganha-pão aos seus filhos. Prosseguiu dizendo que já tiveram oito mil habitantes e que hoje tem três mil por causa do empobrecimento do povo. Disse que, vendo Rio Fortuna e Braço do Norte, percebe a diferença do pleno desenvolvimento na agricultura, e que na serra há certa dificuldade para a agricultura se desenvolver. Sente que grande parte da população passa por dificuldade, não tendo dinheiro nem para pagar a energia elétrica. afirmou que estavam ali defendendo os interesses do município, da região e que muitas vezes quando vê projetos importantes que geram empregos em municípios vizinhos fica satisfeito, como aconteceu em Santa Rosa de Lima, onde um megaempreendedor árabe iria investir na cidade e gerar muitos empregos, e também com a implantação de um condomínio em Rancho Queimado, e disse perceber que eles não têm essa felicidade. Comentou que, em época da discussão do pré-sal e do grande aumento da produção agrícola em todo o País, especialmente no Estado, a região é uma grande produtora de alimentos, especialmente de carne suína e de frango, e disse que esses animais precisam se alimentar, só que para produzir esses alimentos é necessário o uso de fertilizantes. Demonstrou preocupação no sentido de que o projeto seja seguro, trazendo assim desenvolvimento para o município e para o entorno de toda a região. Observou que durante muitos anos os jovens saíam de Anitápolis para estudar em outros centros, porque não tinham oportunidade de trabalho no município e avaliou que sem trabalho o jovem não retorna. Hoje estão capacitando os jovens para que no futuro tenham mais oportunidade, oferecendo qualificação, ensino superior, para trazê-los de volta e para que não percam o vínculo com a cidade.

Concluiu afirmando que não são unânimes com relação ao projeto, mas que tem a convicção que está fazendo a sua parte defendendo o seu município, a sua região e o seu Estado e agradeceu a todas as pessoas que vieram de Anitápolis. Dando continuidade, o senhor deputado Décio Góes concedeu a palavra ao **senhor Ronaldo Fornazza, presidente da Câmara Municipal de Braço do Norte, neste ato representando as Câmaras de Vereadores da Região**, que inicialmente parabenizou a professora Sonia pelas colocações, pois mostrou a realidade que será o Vale do Braço do Norte e Anitápolis. Lembrou que a Bunge disse: "Para garantir a alimentação precisamos alimentar a terra", e destacou que não com ácido sulfúrico, fosfato, enxofre, flúor, porque não é com isso que vão alimentar a terra, que é produtiva. Perguntou o que Anitápolis ganha com isso e respondeu que hoje não ganham nada, mas que se esse futuro se concretizar a cidade vai ganhar um ponto turístico, porque todo o Brasil vai se deslocar para cá para ver o que não se deve fazer com um município, com o meio ambiente. Registrou o que aconteceu com a mina de Rio Fortuna que, enquanto era interessante economicamente, eles lá estiveram, e depois quando deixou de haver interesse eles simplesmente saíram e disseram: "Virem-se, Rio Fortuna, porque o problema não é mais nosso." afirmou que não estavam ali defendendo interesses particulares e reportou-se ao prefeito dizendo que discordava quando este citou que muitas pessoas têm que derrubar mata nativa para dar o ganha-pão aos seus filhos. Analisou que se algumas pessoas de Anitápolis discordaram de alguma explanação é porque coletam a água de outra fonte e registrou que a cidade coleta a água que passa dentro do complexo, que vai sair no córrego com todas as toxinas lançadas pelo Vale do Braço do Norte, que como disse um orador, vai acabar em Laguna. Concluiu pedindo que as pessoas coloquem a mão na consciência do que farão com o Vale do Braço do Norte e com o município e espera que todos tenham a sabedoria de fazer o melhor pelo sul, pela região e por toda a Encosta da Serra. Retomando a palavra o **senhor deputado Décio Góes** pediu para que as opiniões sejam respeitadas e leu a pergunta do senhor João Abílio de Carvalho Rosa: "A empresa IFC fez expedir edital informando ao público que está pedindo autorização para o corte, supressão de vegetação? Já tem licença de instalação ambiental (LAI)? Na hipótese de ser positiva, pode ler o texto da licença? O Ibama já autorizou o corte da vegetação?" Disse que depois o empreendedor responderá a pergunta e, de imediato, passou a palavra ao **senhor Eduardo Bastos Moreira Lima, neste ato representando a Associação Montanha Viva**, que iniciou contando que recebeu um *folder* da empresa em que diz que haverá diálogo e ressaltou que se sentiu um palhaço, porque diálogo é uma conversa, não é assistir a um vídeo e depois discutir. Disse que, como advogado da ONG Montanha Viva, propôs uma ação civil pública e, dos 61 pedidos que foram feitos, um foi para que houvesse audiências públicas em todos os municípios que compõem a bacia hidrográfica. Não se surpreendeu de receber o seguinte parecer do Ministério Público Federal, o que talvez justificasse a ausência da Fatma na reunião: "Sobre os fatos narrados na petição inicial, da lavra da doutora Ana Lúcia Hartmann, desde já, cumpre destacar que também o Ministério Público Federal considera o licenciamento ambiental da Fatma eivado de irregularidade." Ou seja, o Ministério Público entende que a Fatma não tem competência para licenciar esse tipo de atividade por se tratar de uma competência exclusiva do Ibama. afirmou de que nada adianta estarem ali discutindo se a Fatma está ou não presente, porque o processo é viado desde a origem. Finalizou informando que a ação está há dezoito dias com a doutora Marjorie Cristina Ribeiro, e espera que ela conceda a liminar, porque em a concedendo conseguirão obter o cancelamento da licença prévia que envergonha o Estado de Santa Catarina. O **senhor Alessandro Garbelotto, gerente de Desenvolvimento Sustentável e Agricultura, neste ato representando a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis**, considerou que pegou uma gerência extremamente complicada, porque vivem em discussão ao defender o meio ambiente, os agricultores e o desenvolvimento econômico. Contou que durante a viagem teve a oportunidade de ler algumas revistas e num artigo viu o nosso presidente da República defendendo a produção desse tipo de fertilizante, e na mesma revista outro artigo sobre os danos ambientais. Comentou que conheceu o Geraldo, que é a favor da instalação da empresa, e o Adriano, que é contra, e disse que ambos falam com muita propriedade, e perguntou qual dos dois está errado. Salientou que não podem fazer julgamento de ninguém. Disse que o momento é de levantar informações, discutir tecnicamente o assunto, e destacou que para isso é preciso desarmar os espíritos, porque não dá para tomar uma posição sem ter o devido conhecimento. Registrou que a

Secretaria de Desenvolvimento Regional está acompanhando o projeto e que tem simpatia pelos prefeitos Saulo e Mério, pois ambos defendem os interesses dos seus municípios. Terminou pedindo para que todas as opiniões sejam respeitadas e desejava paciência e discernimento para a escolha certa. **O senhor Celso Tres, procurador da República, neste ato representando o Ministério Público Federal**, disse que estão tratando essa questão conjuntamente em Florianópolis e declarou que a doutora Ana Hartmann, procuradora da República, já interveio nos autos da ação Montanha Viva e que talvez o Ministério Público Federal intente outra ação. Informou que encomendaram para a assessoria técnica, juntamente com outros *experts* da Universidade Federal de Santa Catarina, subsídios técnicos para tratar dessa questão. Destacou que para qualquer empreendimento é necessário fazer o Estudo de Impacto Ambiental sob todas as óticas: socioeconômica, ambiental etc., e que todas as fases devem ser cumpridas rigorosamente. Avaliou que não foi o que se observou. Disse que o governador do Estado antecipou o licenciamento e viajou para o Exterior e acha curioso o fato de o governador fazer solenidade pública para entregar licenciamento ambiental como se fosse uma honraria. Afirmou que o Estudo de Impacto Ambiental não é um licenciamento obrigatório, é um estudo para ver se há viabilidade, que se pode chegar ao final e dizer que não há, só que, em regra geral, se diz que há. Com relação ao transporte de madeira disse que existem coisas inimagináveis. Citou que o engenheiro Kleber, do Ibama, num cálculo rápido, avaliou que só podem trafegar três carretas por dia de madeira, e que o transporte sem mineroduto são cem bitrens por dia. Indagou em qual lugar do mundo, na Terra, eles vão transportar essa quantidade de minério através de veículos de rodagem e afirmou que isso não existe, é uma insanidade. Salientou que não se trata puramente de se opor ao projeto, mas são questões que têm que ser respondidas. Descreveu o que aconteceu com as minas de carvão e com a cerâmica em que as pessoas, para extrair minério e barro, têm de pagar pedágio para alguém, deixando claro que há interesse público. Disse que o BNDES vai colocar dinheiro público para fazer essa extração e que isso vai ser exportado, não virá para a agricultura brasileira. Contou o que aconteceu com o aterro na duplicação da BR-101 quanto às riquezas do subsolo (que, segundo a Constituição, pertencem à União), em que pessoas se apropriaram do subsolo, venderam para as empreiteiras o aterro, e as empreiteiras cobraram o dinheiro da União, que por sua vez cobra das pessoas, e concluiu que uma coisa pública simplesmente foi um instrumento para se privatizar. Informou que o Ministério Público está atento e vai exigir que se cumpra todo o roteiro. Indagou por que no licenciamento se libera tudo de uma vez ao invés de se liberar aos poucos, até para ver as consequências socioeconômicas. Concluiu informando que na região foram liberadas dezenas de centrais hidrelétricas, até umas que estão somente no papel, e disse que não há água suficiente para todas. Em seguida, fez uso da palavra **o senhor Kléber Isaac Silva de Souza, superintendente interino do Ibama**, que explicitou que qualquer licenciamento para esse empreendimento depende de autorização prévia do Ibama - a Fatma tem que pedir ao Ibama - para a supressão da vegetação, porque a supressão é superior a 50 hectares de mata atlântica. E informou que não há sequer um pedido da Fatma do empreendedor no Ibama pedindo autorização para o empreendimento. Ou seja, a princípio é uma licença ambiental prévia concedida pela Fatma para o empreendimento, e a postura que o Ibama tem adotado tanto no seu processo interno como no judicial é que licença é inválida, nula por falta de um ato anterior, que é a autorização federal. Explicou que enquanto não tiver autorização do Ibama para o empreendimento para qualquer início de obra, a supressão da vegetação no local vai ser objeto de multa, autuação, embargo e apreensão dos instrumentos da infração. Disse que hoje o Ibama está tratando do caso mais como uma questão de fiscalização e que o MPF requisitou que o Ibama avocasse o empreendimento, o licenciamento da Fatma para o Ibama, devido a irregularidades que apontam na requisição. Informou que atualmente esse pedido está em Brasília, na presidência do Ibama, que é o órgão competente para decidir e para verificar se vai pedir avocação ou não do licenciamento da Fatma. Com relação à questão de impacto, disse que realmente há uma preocupação grave devido ao montante de matéria-prima a ser consumida, o montante de efluente a ser produzido e a grande área a ser ocupada pelo empreendimento, principalmente em relação à mata atlântica. Inquiriu de onde vem a madeira e qual será seu uso, e também quis saber sobre os efluentes. Concluiu salientando que, enquanto a situação ficar irregular perante o Ibama, qualquer ato naquele local vai ser objeto de multa, embargo e apreensão do material envolvido. Dando continuidade à audiência o senhor presidente, deputado Décio Góes, passou a palavra ao primeiro inscrito, **senhor Roberto Luiz Salum, do SBT**, que iniciou dizendo que nosso país é deprimido porque um grupo de fora não consegue autorização no país deles - porque lá a lei funciona - e vem para cá e consegue, jogando brasileiro contra brasileiro. Afirmou que a Bunge não vai ter dinheiro para comprar a emissora e deixou claro que vai estar ao lado da verdade. Reportou-se ao prefeito quando ele disse que estava

ali com dinheiro próprio e não do governo, e disse que a grande maioria estava ali com dinheiro próprio. Pediu ao prefeito que não iludisse a cidade, pois os empregos gerados serão para as pessoas de fora e salientou que não era preciso derrubar árvores, pois podem viver de turismo. Manifestou que esta audiência deveria ter sido realizada em Siderópolis e em Lauro Muller, para todos verem o buraco que fizeram e que não fecharam. Considerou que os brasileiros que estavam ali representando os estrangeiros deveriam se envergonhar e se curvar pela decência. Concluiu dizendo que deposita confiança no doutor Celso Tres e na doutora Ana Hartmann e que o catarinense depende deles. Na sequência o senhor presidente, deputado Décio Góes, agradeceu ao senhor Antônio Lima, que abriu mão de falar para agilizar mais a reunião e, em seguida, chamou para falar **o senhor Bertoldo Weber**, que considerou que muitos esclarecimentos foram dados e opinou que esse projeto começou errado e que só se realizou audiência pública no município de Anitápolis. Manifestou que a população da região deveria ter sido consultada para mostrar o interesse no empreendimento. Desabafou que, como cidadão, não dormiu à noite preocupado com o futuro da região, porque a ama muito. Comparou o estupro de uma virgem menor de idade à instalação da fosfateira em Anitápolis, dizendo que, posteriormente, não há como se recuperar do trauma. Prosseguiu dizendo que querem explorar um lugar que já tem dono e que, se isso ocorrer, gerações inteiras poderão sofrer consequências incalculáveis e inimagináveis. Disse que a região resolve todos os problemas relacionados ao meio ambiente e ainda desenvolve projetos sustentáveis que visam qualidade de vida. Que as leis não são perfeitas, porque existe coisa que é legal e não é moral e vice-versa. Inquiriu se qualidade de vida é tomar água tratada ou é ter acesso a um alimento lindo aos olhos, mas totalmente prejudicial à saúde. Discorreu que qualidade de vida é poder beber água diretamente dos riachos e comer uma fruta ou verdura sem se preocupar com os riscos, é sentir no coração que o próximo está feliz. Declarou que é visível o interesse do governo federal no projeto do governo estadual e da Prefeitura de Anitápolis. Refletiu sobre o descaso, a falta de interesse e a vontade da própria empresa, da Fatma, do Ibama e dos órgãos governamentais de se prontificarem a abrir o projeto e oportunizar o fácil acesso a todos, e que se isso não aconteceu é porque não está sendo levado em consideração o futuro da região e da população, pois se fosse algo bom para todos teria sido divulgado ampla e detalhadamente. Concluiu dizendo que a vida precisa de equilíbrio e o homem necessita pensar coletivamente e nessa linha de raciocínio perguntou à Fatma e aos representantes do governo, se eles, como seres humanos, conseguem imaginar algo de bom para o planeta e para a região com a implantação desse projeto. Dando continuidade, o senhor presidente, deputado Décio Góes, concedeu a palavra ao **senhor João Abílio de Carvalho Rosa, coproprietário da RPPN Retiro Tun**, que, primeiramente, informou que a Bunge publicou um edital no jornal Diário Catarinense solicitando o corte de vegetação e, em seguida, perguntou aos representantes da empresa se ela já tem Licença Ambiental de Instalação para fazer o edital. Se a Bunge não tem o edital ela não está autorizada sequer a pedir o corte da vegetação, porque a licença prévia não a autoriza a fazer corte de vegetação. Em seguida, usou da palavra **o senhor Geraldo Luiz da Silva Jardim, presidente da Rede Latino-Americana Interdisciplinar de Plantas Mediciniais (Reliplan)**, que falou que o povo de Anitápolis está sendo iludido por um discurso vazio do prefeito porque não está fundamentado numa agricultura que respeita o meio ambiente. Perguntou quantas licenças de lavra tem a Bunge naquela área e a localização geográfica das mesmas. Ato contínuo, o senhor presidente, deputado Décio Góes, concedeu a palavra ao **senhor Mério César Goedert, prefeito de Rancho Queimado**, que salientou a necessidade da terra, da água e do ar para a sustentabilidade de uma região. Ponderou que se com a saída das pessoas de Anitápolis aumentou o êxodo rural, com a instalação da IFC vão sair mais pessoas porque eles já estão requerendo mais um pedaço de terra para a fosfateira. Disse que as pessoas vêm de fora, saqueiam, se apossam das terras e depois vão embora porque já satisfizeram os seus interesses, ficando na região as somente as consequências. Comparou a água em Alfredo Wagner, Rancho Queimado, Anitápolis, Aguas Mornas ao ouro branco, e disse que mesmo que fosse ouro jamais deixaria uma IFC se instalar em seu município, porque a vida humana é mais importante do que tudo, e a água é um bem vital. Em seguida, o senhor presidente Décio Góes, concedeu a palavra ao **senhor Tadeu Santos, coordenador da ONG Sócios da Natureza e conselheiro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)**, que parabenizou o deputado Décio Góes pela audiência pública, a professora Sonia Hess pela apresentação e o professor Fernando Scheibe, que anunciou o evento que ocorrerá nos dias 7 e 8 de outubro, em Araranguá, e que tem tudo a ver com a audiência. Disse que os problemas do carvão são os mesmos em Araranguá e em Criciúma, com áreas degradadas e água poluída. Declarou que isso também vai acontecer naquela região, sendo que a diferença entre as duas é o destino do lucro: em Criciúma o lucro fica na cidade, e ali o lucro vai para o Exterior. Retomando a palavra **o senhor presidente, deputado Décio Góes**, divulgou o evento

ao qual o Tadeu se referiu: II Encontro sobre Fenômenos Naturais, Adversidades e Mudanças Climáticas na Região Sul, nos dias 7 e 8 de outubro, no Clube Grêmio da Fronteira, em Araranguá, e informou que a Comissão de Turismo e Meio Ambiente é uma das parceiras do evento. Em seguida, passou a palavra ao **senhor Luiz Henrique F. Pimenta, professor da Udesc**, que inicialmente esclareceu a outorga da água que está acontecendo no Estado, a Bacia do Cubatão já está em processo de outorga inicialmente para abastecimento humano (como está na lei) e todas as outras bacias não têm o seu levantamento para isso. Em vista disso, questionou como a empresa já entrou com processo de licenciamento, sendo que não tem outorga, inclusive tem um ofício na diretoria de recursos hídricos falando sobre isso, porque primeiro a prioridade é para abastecimento humano, e até chegar para uso industrial vai demorar em torno de 2 anos, talvez até 3 anos para ter todo o levantamento da bacia. Perguntou se há possibilidade ou não de se implantar a indústria em função da quantidade de água disponível para todos os outros usos que já existe na bacia antes desse uso. Sugeriu pedir uma manifestação do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, pois no Estudo de Impacto Ambiental essa área envolve a Serra do Tabuleiro e toda a região da serra geral. Esclareceu que o tombamento da reserva da biosfera define desde a Serra do Tabuleiro até o sul do Estado como zona núcleo da reserva da biosfera, porém informou que o tombamento não tem caráter legal, mas tem caráter para fins de licenciamento, e complementou dizendo que esse tombamento não foi levantando no Estudo de Impacto Ambiental e nem a Fatma se manifestou em relação a esse tombamento, que define áreas prioritárias para a conservação e traz diretrizes de programa e projetos, inclusive de investimentos para área de conservação na mata atlântica. A seguir, o senhor presidente, deputado Décio Góes, passou a palavra ao **senhor Américo Wiggers Michels, de Braço do Norte**, que manifestou a sua indignação pelo fato de a fosfateira ser instalada em Anitápolis e lembrou que quando eles dizem que não vai faltar lenha naquele município é porque provavelmente as matas vão morrer. Não acreditou que as rodovias estão sendo construídas para aguentar esse vai e vem todos os dias. Falou para o prefeito de Anitápolis que ele seja criativo, que arrume outra forma de dar emprego ao povo da cidade. Finalizou dizendo que o Brasil cresce, mas há muitas formas de crescer sem destruir a natureza. Dando continuidade, o senhor presidente, deputado Décio Góes, concedeu a palavra ao **pároco Aluísio Heidemann Jocken, da Paróquia Santo Antônio dos Anjos de Laguna**, que disse que não fala em nome da Igreja, e sim em seu nome e do pároco da Paróquia de Santo Antônio dos Anjos de Laguna. Manifestou que veio à audiência porque o lixo dessa empresa vai acabar na Lagoa de Santo Antônio dos Anjos, na Laguna, e queria opinar sobre o assunto. Declarou que é um desejo santo pensar em desenvolver Anitápolis, mas tem que ser de forma justa, porque a natureza não suporta mais tanta exploração, tanta atitude desumana. Disse que esse empreendimento é predador e manifestou seu descontentamento. Frisou que a Bunge é representante de um capitalismo explorador que põe o capital acima das vidas humanas. Informou que recentemente a Diocese de Tubarão fez uma pesquisa juntamente com a Unisul e perceberam que os problemas ecológicos estão entre os mais graves da região. Deixou claro que deve haver um basta aos megaempreendimentos que esturpam a natureza de forma vil e que chega de o povo ser enganado por esse tipo de proposta. Finalizou dizendo que é a favor da agroecologia, do desenvolvimento sustentável e que a Bunge deve ser expulsa. Ato contínuo, o senhor presidente, deputado Décio Góes, concedeu a palavra ao **senhor Fábio Pereira, presidente da CDL do município de Anitápolis**, que observou ser muito importante o evento por trazer informações tanto para a região de Braço do Norte, São Ludgero, Gravatal, Tubarão quanto para Anitápolis. Informou que está participando de reuniões a respeito do Projeto Anitápolis, desde o início (há mais de três anos), quando surgiu o boato que iriam implantar a mineradora, e a Bunge e a Yara estavam comprando ou adquirindo direito para exploração. Disse que conhece a região de Criciúma e a de Braço do Norte, que tem pedido explicações sobre o projeto e destacou que existe uma página na Internet que o divulga: , e que quando houve a audiência pública em Anitápolis todas as rádios divulgaram o evento na região de Braço do Norte e Santa Rosa de Lima. Declarou que existem empresas da região de São Ludgero e Braço do Norte que adquiriram propriedades e imóveis rurais (mais de dois mil hectares) no município de Anitápolis, onde a mata nativa foi devastada para plantar *pinus*, há oito anos, e salientou que não foi realizada nenhuma audiência pública para decidir se isso poderia ser feito. Salientou que quando esse *pinus* for retirado não vai ser deixado nada, e pediu atenção das autoridades nessa questão. Lembrou que já teve contato com o prefeito de Rancho Queimado a respeito do lixo que estava sendo depositado na estrada de Anitápolis e inquiriu o prefeito, perguntando por qual acesso ele veio. Convidou todos, que vieram de Florianópolis, de Anitápolis e de Santa Rosa de Lima, que voltassem pela estrada até Anitápolis e por outra estrada de lá até Rancho Queimado. Pediu ao doutor Marcos explicações e contestou a licença ambiental do acesso ao asfalto da SC 407, de Anitápolis a Rancho

Queimado, e inquiriu por que a ONG que ele representa entrou com essa ação. Questionou se isso não vai trazer problemas para esse acesso, emperrando a continuidade do projeto. Concluiu pedindo asfalto para Anitápolis, porque ela está isolada, há sete anos estão sofrendo e é a única cidade da Grande Florianópolis que não tem acesso por asfalto. Dando continuidade, o senhor presidente, deputado Décio Góes, concedeu a palavra ao **senhor João de Almeida Coelho Sobrinho, funcionário público aposentado**, que disse estar ali em defesa da IFC porque a redenção de Anitápolis seria a instalação da IFC. Já tiveram oito mil habitantes e hoje tem três mil. Disse que a vida em Anitápolis não é fácil porque não tem como dar trabalho ao povo e a juventude vai embora. Lamentou muitas inverdades que foram ditas, e lamentou que todos estejam massacrando Anitápolis. Lembrou que nasceu lá e viveu a dificuldade do povo e a única coisa que podem ter hoje é se a IFC se instalar para poder manter o povo lá. Opinou que tem muita falta de informação sobre a empresa e disse que não é nem ele nem ninguém que vai impedir a IFC de se instalar, e sim os órgãos ambientais, porque se a empresa de instalar é porque recebeu e licença e vão se instalar no que é deles. Indagou onde está o direito de propriedade e afirmou confiar na lei ambiental brasileira, porque é a mais rígida que existe. Em seguida, o senhor presidente, deputado Décio Góes, concedeu a palavra ao **senhor Marcos Medeiros, ex-vice-prefeito de Anitápolis**, que falou sobre respeitar as ideias divergentes entre os amigos de vários municípios. Particularmente disse que defende o desenvolvimento do município, que sabe que impacto ambiental vai existir e que pensa numa área de 350 hectares de mata nativa, onde vai ser implantada a indústria. Lembrou que, quando foi desmatada uma área de 2 mil hectares, ninguém falou nada, e opinou que às vezes existe um contrassenso nisso tudo. Quanto à questão da qualidade da água disse que ela vai sair com as mesmas qualidades, segundo o Relatório de Impacto Ambiental. Afirmou que se houvesse um chiqueirão de porco na nascente, iria poluir muito mais. Disse que o prefeito Mério é seu amigo e sabe que ele pensa no desenvolvimento do município. Questionou a existência de uma estação de barro, em Rancho Queimado, que não sabe se teve licença ambiental. Salientou que às vezes as pessoas jogam pedra e não olham para o próprio telhado. Destacou que o governo de Santa Catarina está interessado nesse projeto porque o fosfato é um recurso não renovável, assim como o governo federal hoje defende a exploração do petróleo, que também é outro recurso não renovável na camada de pré-sal. Afirmou que se o deputado fosse deputado federal estaria apoiando a exploração do pré-sal e deixou claro que isso é política de governo. Concluindo, opinou que a reunião não deveria ser uma plataforma política e falou que a indignação das pessoas as levam a se agredirem. Dando continuidade, o senhor presidente, deputado Décio Góes, concedeu a palavra à **senhora Marta Régis Fogaça, secretária municipal de Turismo, Meio Ambiente, Indústria e Comércio do município de Gravatal**, disse ao prefeito e aos moradores de Anitápolis que ama a cidade e que teve a honra de trabalhar com algumas pessoas em projetos ecológicos de construção sustentável. Comentou da sua tristeza quando os moradores de Anitápolis e o prefeito dizem que é uma cidade muito difícil de se viver e refutou dizendo que é uma cidade maravilhosa, que não é a última, e sim a primeira vindo de qualquer lado da estrada. Concluiu dizendo que o movimento é por amor à vida, ao povo, e pediu para não falarem que Anitápolis é o pior dos lugares. Na sequência, o senhor presidente, deputado Décio Góes, concedeu a palavra ao **senhor Ademir Milo Motta da Silva, secretário municipal da Educação de Gravatal**, que iniciou afirmando que Anitápolis pode ser uma grande cidade no sentido de desenvolvimento. Comentou que o potencial da cidade é o turismo. É a favor do asfalto para Anitápolis, porque vai gerar outras oportunidades para a cidade. Disse que são reféns de uma política governamental de Santa Catarina, do governo federal, de uma política internacional, de um desenvolvimento voraz que usa a agricultura insustentável. Perguntou se algum dos presentes já produziu alimentos sem usar produto químico. Referiu-se ao documentário da Bunge dizendo que este foi infeliz em dizer que não dá para produzir sem adubo, e informou que existe, em várias regiões do mundo e em Santa Catarina, a produção orgânica. Salientou que possui inúmeras iniciativas de agricultura orgânica que foram premiadas nacionalmente e a até reconhecidas internacionalmente. Parabenizou o deputado Décio pela coragem de fazer a audiência e disse ao deputado Círio que esta era a oportunidade de dialogar. Disse que a briga é produzida por essa empresa que se beneficia com o desenvolvimento tal como as mineradoras de Siderópolis. Concordeu com o procurador Celso Tres quando este falou que eles nos exploram e depois nos abandonam, citando que os empregos gerados lá diminuíram e a situação da cidade é ruim. Afirmou que são contra a fosfateira e, sim, a favor do desenvolvimento sustentável da região, de um novo projeto do governo do Estado. Que o governo federal invista no desenvolvimento e que Anitápolis seja reconhecida como uma das cidades que tem desenvolvimento para a juventude, trabalho e lazer. Disse ser importante uma política de desenvolvimento sustentável e investimento nessa região. Propôs à Assembleia Legislativa reivindicar

uma audiência com o ministro do Meio Ambiente e o ministro da Agricultura. E disse que não é possível que este projeto, com tamanha responsabilidade, possa ser aprovado pela Fatma, que nem está presente. Pediu ao prefeito Saulo que ele entenda o grito da comunidade, porque a população de Braço do Norte, como a de Tubarão, se abastecem do rio, e não dá para pensar em poluição nessas águas. Concluiu dizendo que não está contra eles, mas que está a favor da vida. Continuando o senhor presidente, deputado Décio Góes, concedeu a palavra à **senhora Arlete Bloemer de Souza, presidente da Câmara Municipal de Rio Fortuna**, que cumprimentou todos, especialmente o padre e deputado Cirio, porque era o único rio-fortunense na Assembleia. Parabenizou a Assembleia pela atitude e lembrou que em outros setores não tiveram o mesmo respaldo. Informou que a Câmara de Rio Fortuna fez um pedido à Fatma, e que esta não respondeu, mostrando assim de que forma o órgão atua. Disse que é importante refletir, porque não é só Anitápolis que vai ser atingida, citando que haverá impacto em toda a região, basta olhar para os 500 hectares. Pediu que todos imaginassem uma região produtora que tem o seu fosfato natural na terra, podendo produzir alimentos com incentivo do Poder Público, do governo municipal, da Secretaria da Agricultura, estimulando projetos, estimulando ações que desenvolvam a agricultura familiar e o agroturismo. Opinou que a fosfateira não cabe na região e disse que não tem nada contra Anitápolis. Declarou ao prefeito de Anitápolis que Rio Fortuna teve uma experiência negativa em relação a uma mineradora que lá se instalou, pois ficaram 190 pessoas desempregadas, houve impacto ambiental e a estrada ficou detonada pelo peso dos caminhões. Disse que a região tem formas muito mais interessantes de se desenvolver sem que precise haver todo esse impacto que está se criando na região. Complementou dizendo que é preciso fazer uma força-tarefa para buscar apoio nos mais diversos órgãos para fazer Anitápolis se desenvolver. Concluiu afirmando que Anitápolis vai achar uma alternativa, porque a cidade não depende disso para se desenvolver. A seguir, o senhor presidente, deputado Décio Góes, passou a palavra ao senhor **Volnei Luiz Heidemann, presidente da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Agreco)**, que salientou que as três falas que o antecederam foram bem na linha do que a Agreco pensa. Contou que tem um histórico de 30 anos de trabalho, de luta, de construção e de organização desde a juventude na Pastoral; que dentro de todas essas militâncias, juntamente com outras organizações, surgiu a Agreco: que se consolida nos últimos anos, acolhida na Colônia, a Cooperfamiliar, e que estão aí trabalhando novas tecnologias, buscando parcerias e construindo alternativas que podem gerar empregos dentro da agricultura familiar, do agroturismo, do setor público etc. Finalizou dizendo que estão com os dias contados se a empresa se instalar, e lembrou que a própria empresa se contradiz nos seus números nos dando essas informações. A seguir, para responder aos questionamentos levantados o **senhor presidente, deputado Décio Góes, passou a palavra ao senhor Frederico Arnaldo Goldmann, gerente do Projeto Anitápolis**, o qual respondeu que a IFC não tem licenciamento para supressão da vegetação, ela tem Licença Prévia Ambiental, o que não autoriza a fazer qualquer tipo de supressão. Explicou que estão preparando os documentos para submeter à Fatma o pedido de instalação. Respondeu a outra pergunta sobre as licenças de mineração que a Bunge tem na região dizendo que trabalha em *full time* no Projeto IFC e não tem acesso aos pedidos de autorização de mineração que a Bunge tem. Disse que tem total conhecimento das atividades que estão sendo realizadas para o Projeto Anitápolis. Lembrou que outro ponto levantado foi em relação ao processo de outorga de água e pediu ao Adriano Pereira para que ele respondesse essa pergunta. O **senhor Adriano Pina Pereira, engenheiro sanitário e ambiental**, explicou que dentro do processo de licenciamento ambiental a IFC entrou, em 2008, com pedido de outorga de uso da água, na SDS, e ela respondeu, através de um ofício, que estava privilegiando a outorga de água para abastecimento público, inclusive iniciada na Bacia do Rio Cubatão. Disse que reapresentaram o processo de outorga e que hoje o processo está na SDS para análise. Retomando a palavra o **senhor Frederico Arnaldo Goldmann** disse que foram esses os questionamentos que receberam e agradeceu o deputado pela oportunidade de esclarecer o projeto. Reiterou que o *site* tem uma série de informações sobre o processo químico e de mineração, projetos ambientais, questionamentos e perguntas frequentes. Concluindo, nominou a equipe da IFC: Rogério Machado, químico; Paulo Abrão, geólogo, responsável pela barragem; professor Carlos Tucci, consultor de qualidade da água; Lochanei Viana, químico especialista em beneficiamento mineral; Saulo Meda, químico especialista em ácido sulfúrico; Antônio Barbosa, engenheiro químico/Bunge; Paulo Felim, Paulo Mendes e a doutora Ana Cláudia. O **senhor presidente, deputado Décio Góes**, ao retomar a palavra agradeceu ao Frederico as explicações e disse que é com a participação que eles vão cumprir o objetivo da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, que é de esclarecer a população sobre o projeto na região. Em seguida, passou a palavra, para as considerações finais, ao **professor Wilson Schmidt, diretor do**

Centro de Ciências da Educação da UFSC, neste ato representando o grupo de pesquisadores que vem analisando o Estudo de Impacto Ambiental da Indústria de Fosfatos Catarinense, que em nome dos técnicos disse que as universidades públicas continuam à disposição do projeto de desenvolvimento sustentável da região, e informou que faz isso com articulação do fórum dos pequenos municípios, em que participam todos os prefeitos da região há anos. Disse esperar que os questionamentos possam ser equacionados para que as futuras gerações não tenham consequências nefastas em relação àquilo que é propriedade da população. Declarou que a empresa pode conseguir uma concessão, mas, como o patrimônio é público, precisa de autorização pública, e nesse sentido agradeceu à Assembleia Legislativa por ter trazido esclarecimentos para a luta continuar. Retomando a palavra o **senhor presidente, deputado Décio Góes**, observou que e briga não é de Anitápolis e, sim, de grandes interesses econômicos e que estes precisam manter o respeito. Declarou que conhece muito pouco Anitápolis e que tem familiares lá. Disse que recebeu apenas dois encaminhamentos: primeiro, que a ata desta reunião seja encaminhada aos órgãos competentes - Fatma, SDS, Ibama - para poderem elucidar as questões que foram colocadas e ficaram pendentes (*Anexo IV*); segundo, solicitar uma agenda com os ministros do Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrário com o intuito de dar ciência à problemática que envolve a implantação do projeto e as estratégias de desenvolvimento sustentável nas Encostas da Serra Geral. Indagou o que a plenária achou dos encaminhamentos e obteve como resposta aplausos. Encerrou a audiência pública agradecendo todos os presentes.

DEPUTADO DÉCIO GÓES
PRESIDENTE
*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia 1º de mês de julho do ano de dois mil e nove, sob a Presidência do Senhor Deputado Darci de Matos, reuniu-se ordinariamente a Comissão acima epigrafada, na Sala um de reunião das Comissões. Registraram presença na reunião os Senhores Deputados: Sargento Amauri Soares, Adherbal Deba Cabral, Elizeu Mattos, João Paulo Serafim e Kennedy Nunes. Abertos os trabalhos o Senhor Presidente leu a Ata da 5ª reunião da Comissão, aprovada por unanimidade. O Presidente da Comissão colocou para apreciação dos Membros, Requerimento do Deputado Sargento Amauri Soares, solicitando envio de Ofício aos Secretários de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Coordenação e Articulação Política, Administração e da Fazenda, para que os mesmos convoquem a APRASC, SINTRASP e SINTESP, para que seus representantes sejam ouvidos a respeito dos Projetos de Lei que trata do plano de Salários das Polícias Civil e Militar que colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Também foi colocado em discussão e votação OF./0054.0/2009, relatado pelo Deputado Kennedy que foi aprovado por unanimidade. O Presidente da Comissão atendendo Requerimento de autoria do Deputado Pedro Uczai, para que esta Comissão ouvisse o relato dos Senhores Renato Hendges, Delegado de Polícia; Claudinei Loos, Vereador da cidade de Camboriú; Imenésio de Souza, ex-Vereador da cidade de Camboriú e Lucien Aguiar, também ex-Vereador de Camboriú, com o objetivo de prestarem esclarecimentos referentes à violência contra Autoridades no Município de Camboriú, ocorridos entre 2005 e 2007, e a situação do inquérito policial realizado pela Diretoria Estadual de investigação Criminal - DEIC. Com o comparecimento dos Senhores Renato Hendges, Delegado de Polícia, Imenésio de Souza ex-vereador e Lucien Aguiar também ex-vereador, ambos do município de Comburu. Usando a palavra o Delegado Renato Hendges decorreu sobre todo o processo, adiantando que algumas prisões, de pessoas envolvidas nos atentados já foram feitas e que outros envolvidos se encontram foragidas, mas que as investigações prosseguem e é uma questão de tempo para que sejam presas. O Delegado informou ainda que o inquérito está em fase de conclusão para ser remetido a Justiça. Não havendo mais assuntos a serem tratados encerrou o Senhor Presidente a presente reunião, agradecendo a presença de todos, a qual, eu, Miguel Antonio Atherino Apóstolo, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei e digitei a presente Ata, que após lida e considerada aprovada será assinada pelo senhor Presidente desta Comissão.

Sala de Reuniões, em 02 de Julho de 2009

Deputado Darci de Matos
Presidente da Comissão
*** X X X ***

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia 07 do mês de outubro do ano de dois mil e nove, sob a Presidência do Senhor Deputado Darci de Matos, reuniu-se ordinariamente a Comissão acima epigrafada, na Sala um de reunião das Comissões. Registraram presença na reunião os Senhores Deputados: Sargento Amauri Soares, Adherbal Deba Cabral, Pedro Uczai e Kennedy Nunes. Abertos os trabalhos o Senhor Presidente leu a Ata da 6ª reunião da Comissão, aprovada por unanimidade. O senhor Presidente e os demais membros decidiram em comum acordo, atendendo Requerimento já aprovado em uma reunião anterior, acertar para o dia 09 de outubro do corrente as 08:00h visita ao Presídio Regional de Joinville. Foi apresentado também relatório do Vice-Presidente da Comissão Deputado Sargento Amauri Soares, sobre a visita ao Presídio de Rio do Sul, no qual ficou decidido que o relatório será enviado através de Ofício à Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão. O Presidente da Comissão colocou para apreciação dos Membros, Requerimento do Deputado Sargento Amauri Soares, solicitando Audiência Pública nesta Assembléia Legislativa (com data e horário a ser acertada entre a assessoria do Deputado e esta Comissão), com o objetivo de discutir e analisar a PEC- Proposta de Emenda à Constituição Nº 300, de 2008 que tramita na Câmara dos Deputados em Brasília, que colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Também foi colocado em discussão e votação Requerimento, de autoria do Deputado Sargento Amauri Soares, solicitando Audiência Pública tendo como local esta Assembléia Legislativa (com data e horário a ser acertada entre a assessoria do Deputado e esta Comissão), com o objetivo de discutir e analisar os problemas e propor soluções em relação à iniciativa governamental de permuta de imóveis entre o Estado de Santa Catarina e o Município de São José, afim de transferir as instalações da cavalaria e do canil da PM, do Bairro Barreiros para o Bairro Potecas, que foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo o Presidente da Comissão colocou em discussão e votação Requerimento de autoria do Deputado Adherbal Deba Cabral, solicitando o encaminhamento para os Órgãos Estaduais competentes as proposições de autoria da Câmara Municipal de Navegantes e da Associação Empresarial de Navegantes - Acin, apresentada na Audiência pública realizada por esta Comissão, no município de Navegantes, no dia 29/06/2009, que foi aprovado por unanimidade. O Presidente da Comissão passou a relatar os Projetos de Lei por ele avocados, PL./0201.8/2009 que colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade, PL./0196.6/2007 que colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade com uma Emenda Substitutiva Global. O Presidente abriu a palavra para os demais membros da Comissão relatarem suas proposições, usando a palavra o Deputado Adherbal Deba Cabral relatou os seguintes Projetos de Lei: 0027.1/2009 tendo pedido de vista do Deputado Pedro Uczai concedido pelo Presidente da Comissão, 0217.5/2009 colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade, 0248.1/2009, que foi apresentado com Emenda Modificativa, que colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Não havendo mais assuntos a serem tratados encerrou o Senhor Presidente a presente reunião, agradecendo a presença de todos, a qual, eu, Miguel Antonio Atherino Apóstolo, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavei e digitei a presente Ata, que após lida e considerada aprovada será assinada pelo senhor Presidente desta Comissão.

Sala de Reuniões, em 08de outubro de 2009

Deputado Darci de Matos

Presidente da Comissão

*** X X X ***

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia quatorze de outubro de dois mil e nove, sob a Presidência do deputado Marcos Vieira, reuniu-se a Comissão de Finanças e Tributação, com a presença dos Senhores deputados: Silvio Dreveck, Renato Hinnig, Elizeu Matos, em substituição ao deputado Manoel Mota, Darci de Matos, Vânio dos Santos, em substituição ao deputado Décio Góes, Geancarlos Tomelin, em substituição ao deputado José Natal Pereira, Joares Ponticelli, em substituição ao deputado Kennedy Nunes e a deputada Profª Odete de Jesus. Aberto os trabalhos, o Presidente colocou em votação a Ata da 27ª reunião ordinária, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. O Presidente informou que encaminhou aos membros da Comissão acima epigrafada, um Ofício convocando os seus pares para uma reunião simultânea com a Comissão de Constituição e a Justiça e Comissão de Educação Cultura e Desporto, para o dia de hoje, quatorze de outubro de dois mil e nove, às onze horas. Com a palavra, o deputado Renato Hinnig relatou o PLC./0032.4/2009, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, a deputada Profª Odete de Jesus relatou o PL./0351.0/2009, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Presidente, com a palavra, relatou o PLC./0014.2/2009, em sua relatoria propôs a realização de uma

audiência pública no dia vinte e cinco de novembro às nove horas no Auditório "Antonietta de Barros", para que no encontro mediado pela Assembléia Legislativa com a participação do Executivo, dos prefeitos municipais e seus respectivos secretários juntamente com os representantes da classe de servidores da educação, para debater com profundidade o assunto. Duas audiências públicas já aconteceram no Estado durante esse ano. Tanto em Chapecó quanto em Lages, salientou que haverá tentativa para que se tenha consenso no intuito de atender os interesses dos servidores, dos alunos e de toda a Sociedade, em discussão e votação, foi aprovado seu relatório por unanimidade. O Presidente encerrou a presente reunião agradecendo a presença de todos, da qual, eu, Silvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, em quatorze de outubro de dois mil e nove.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 421/09

Regulamenta a utilização de jalecos e aventais pelos profissionais de saúde.

Art. 1º Fica vedado o uso de jalecos e aventais, pelos estudantes e profissionais da área de saúde, em ambientes não hospitalares ou fora dos locais de estudo ou trabalho, onde a utilização do equipamento de segurança seja obrigatória.

Art. 2º A infração às disposições da presente Lei acarretará ao responsável infrator a imposição de pena de multa no valor R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Art. 3º Esta Lei será regulamentada no prazo de trinta dias, a contar da data de sua publicação nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado, quanto à fiscalização e a aplicação da penalidade prevista no artigo anterior.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente

Sessão de 13/10/09

JUSTIFICATIVA

O uso do jaleco pelos profissionais da saúde reduz significativamente o risco de acidente ocupacional, visto que nos serviços de saúde as infecções apresentam alta taxa de mortalidade.

Não obstante, verifica-se que profissionais e estudantes o utilizam inadequadamente fora dos ambientes para os quais são apropriados, passando a ser importante via de transmissão de infecção no ambiente hospitalar.

A utilização do jaleco em lugares públicos, seja por negligência, seja por arrogância ou por desconhecimento de alguns conceitos básicos de microbiologia, introduzem nos consultórios médicos, odontológicos, enfermarias e salas de cirurgia, bactérias multirresistentes, que podem provocar doenças como faringites, otites, pneumonia e tuberculose.

Esta iniciativa de lei encontra respaldo no disposto no art. 24, inciso XII, da CF, que atribui aos Estados competência legiferante concorrente com a União, em matéria de "previdência social, proteção e defesa da saúde".

No mesmo condão, a Constituição do Estado de Santa Catarina, no Capítulo II - Da Competência do Estado, art. 9º, inciso II, determina que o Estado exerce, com a União e os Municípios, a competência de "cuidar da saúde...".

Ante o exposto, espero contar com o acolhimento e o voto favorável dos nobres membros deste Poder, por se tratar de medida de relevante interesse público.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 072/09

Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de caderneta de vacinação para matrícula anual na rede pública e privada de ensino do Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica determinada a obrigatoriedade da apresentação de caderneta de vacinação atualizada, para o cadastro escolar na rede de ensino pública e privada, bem como, para a matrícula ou sua renovação nos anos subsequentes, até a 9ª (nona) série do ensino fundamental.

Art. 2º O Poder Executivo Estadual regulamentará esta Lei dentro de 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de outubro de 2009
Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

PROJETO DE EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0248.1/2009

Modifica dispositivo do Projeto de Lei n. os telefones públicos, o qual "dispõe sobre medidas contra prática de trotes telefônicos dirigidas a determinados órgãos."

Art. 1º O artigo 1º do Projeto de Lei n. 0248.1/2009, que dispõe sobre medidas contra prática de trotes telefônicos dirigidos a determinados órgãos, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O proprietário de terminal telefônico, residencial ou comercial, de onde for originada ligação a qualquer órgão de emergência, tal como Copom, delegacias de polícia, corpo de bombeiros, defesa civil e SAMU, que seja manifestamente inconveniente ou que tenha motivo indevida e maliciosamente o acionamento de aparato de socorro ou atendimento urgente ficará sujeito a multa equivalente a R\$200,00 (duzentos reais) por ligação realizada."

Art. 2º Esta Emenda ao Projeto de Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das sessões, em
Adherbal Deba Cabral
Deputado Estadual
APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 14/10/2009
APROVADO DO EM 2º TURNO
Em Sessão de 14/10/2009

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta á consideração dos Pares deste parlamento visa adequar o presente projeto, haja vista que a especificação do terminal telefônico garantirá que o trote originado de telefone público não esteja sujeito á multa.

Cumpra informar que no Estado de Santa Catarina a Brasil Telecom, atual "Oi", é a concessionária responsável pelo telefones públicos, a quem seria indevidamente imputada a sanção prevista no referido projeto de lei. Destaca-se que é a clara a intenção da proposição em questão, qual seja: a punição daquele que dá origem á ligação a órgão de emergência, manifestamente inconveniente ou que tenha motivado indevida e maliciosamente o acionamento de aparato de socorro ou atendimento urgente.

Assim, solicitamos aos Pares desta casa a aprovação da Emenda Modificativa ao Projeto de Lei 0248.1/2009.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 248/09

Dispõe sobre medidas contra prática de trotes telefônicos dirigidos a determinados órgãos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O proprietário de terminal telefônico, residencial ou comercial, de onde for originada ligação a qualquer órgão de emergência, tal como o Comando de Operações da Polícia Militar - COPOM, delegacias de polícia, corpo de bombeiros, defesa civil e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, que seja manifestamente inconveniente ou que tenha motivado indevida e maliciosamente o acionamento de aparato de socorro ou de atendimento urgente ficará sujeito a multa equivalente a R\$ 200,00 (duzentos reais) por ligação realizada.

Parágrafo único. A aplicação da multa prevista no *caput* não impede à imposição das penalidades previstas nos arts. 266 e 340 do Código Penal Brasileiro.

Art. 2º Os órgãos receptores de ligações telefônicas de emergência deverão, nos respectivos âmbitos administrativos, formar mensalmente relação dos números de terminais telefônicos identificados de onde tenham originado ligações referidas no artigo anterior.

Parágrafo único. As relações a que alude o *caput* deste artigo deverão ser enviadas, até o quinto dia útil posterior ao término do mês a que se referirem, à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, a quem competirá remeter rol integrado dos números telefônicos às operadoras de telefonia para que insiram nas respectivas contas a multa correspondente a cada ligação indevida, ou, no caso de planos pré-pagos, que debitem o equivalente aos créditos.

Art. 3º O produto da arrecadação das multas previstas no art. 1º desta Lei se reverterá aos Fundos de Reparelhamento da Polícia Civil e de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor em noventa dias de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de outubro de 2009
Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 268/09

Institui o Dia Estadual do Bandoneon.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:
Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Bandoneon, a ser comemorado no dia 20 de julho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de outubro de 2009
Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 307/09

Institui o Dia Estadual dos Pioneiros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:
Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual dos Pioneiros, que será comemorado no dia 11 de agosto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de outubro de 2009
Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 309/09

Declara de utilidade pública o São Bento Clube de Natação, com sede no Município de São Bento do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:
Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o São Bento Clube de Natação, com sede no Município de São Bento do Sul.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de outubro de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 331/09

Declara integrante do patrimônio histórico e cultural do Estado o dialeto "Talian", originado dos italianos e descendentes radicados em Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado integrante do patrimônio histórico e cultural do Estado, nos termos dos arts. 9º, incisos III e IV e 173, Parágrafo único, inciso I, da Constituição do Estado, o dialeto "Talian", a língua neolatina originária dos italianos e descendentes radicados em Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de outubro de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 362/09

Autoriza a Secretaria de Estado da Educação a receber equipamentos em doação.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica a Secretaria de Estado da Educação autorizada a receber em doação equipamentos que tenham sido cedidos em escolas estaduais há mais de 12 (doze) meses, por Associação de Pais e Professores, cooperativas de alunos ou entidades comunitárias, que estejam em utilização e em plenas condições de uso, ou que necessitem de reparos que não ultrapassem a 20% (vinte por cento) do valor do bem.

Art. 2º Os equipamentos recebidos em doação integrarão o patrimônio público e ficarão à disposição nas unidades escolares.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de outubro de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***